

# REVISTA ESPAÇO LIVRE

V. 13, n. 26, jul. dez./2018

ISSN 2316-3011

Nº 26

## AUTOGESTÃO SOCIAL

IDEOLOGIA  
BURGUESA

CAPITALISMO  
ESTADO

UNIVERSIDADES

BUROCRACIA

ESCOLA

PARTIDOS  
POLITICOS

M  
A  
R  
X  
I  
S  
M  
O

Meios  
de  
propriedade  
social



## REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 13, num. 26, jul. dez./2018.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

### Capa

Diney Vasco & Edmilson Marques

### Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG

André Melo/UFMG

Lisandro Braga/UFMS-UFMG

Felipe Mateus/UFMG

### Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

Aline Cristina Ferreira/UNESP

Alvinan Magno Lopes Catão/UNB

André de Melo Santos/UFMG

Anna Christine Ferreira Kist/UFMS

Cássia Baldini Soares/USP

Celestino J. L. Catalán/Valência-Esp.

Célia Maria Sivalli Campos/USP

Cleinaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFMG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFMG

Edmilson Marques/UEG

Edinei Oliveira Vasco/UFMG

Eliane Maria de Jesus/UNEMAT

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Mateus de Almeida/UFMG

Fernando Lima Neves/USP

Flávio Pereira Diniz/UFMG

Gabriel Teles Viana/UFMG

Jean Isídio dos Santos/UFMG

Jaciara Reis Veiga/UFMG

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Parreira Proto/UEG-UFMG

Lisandro Braga/UFMS-UFMG

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataídes/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Ório/UFMG

Matheus de Araújo Almeida/UFMG

Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ

Nildo Viana/UFMG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renan Mosege Araújo Lima/UFMG

Renato Dias de Souza/UEG

Ricardo Vidal Golovaty/IFG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

Thiago Lemos da Silva/UFU

Uelinton Barbosa Rodrigues/UEG

Veralúcia Pinheiro/UEG

Weder David de Freitas/IFG

Wellington Rodrigues/UFMG

## EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

## SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação .....	05
O Método Dialético em Marx .....	07
<i>Felipe Gusmão Carvalho Andrade</i>	
O Estudo Alienado .....	21
<i>Rubens Vinícius da Silva e Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	
Concepção de Utopia em Bloch e a Crítica Revolucionária .....	34
<i>Renan Mosege Araújo Lima</i>	
Movimentos Sociais e Partidos Políticos .....	43
<i>Nildo Viana</i>	
Os Novos Movimentos Sociais em Touraine e Melucci .....	55
<i>André de Melo Santos</i>	
Ensino de História por Meio das Produções Musicais de Raul Seixas .....	66
<i>Kelsse Pereira Borges</i>	
Epistemologia e Crítica na Obra de Georges Politzer: dos fundamentos da psicologia clássica à psicologia concreta .....	82
<i>Alvinan Magno Lopes Catão</i>	
Diálogos com Paulo Freire: pesquisa-cartas ao educador popular .....	97
<i>Daniele Barros Vargas Furtado e Helena Amaral da Fontoura</i>	
O Contributo da SCA para o Desenvolvimento de Valores Artísticos em Luanda (1942 - 1966): Breves considerações .....	104
<i>Yuri Manuel Francisco Agostinho</i>	

## Apresentação

A Revista Espaço Livre (REL) está, com este número, completando treze anos de existência. Desde o seu primeiro número tem afirmado a necessidade de contribuir com a luta revolucionária e intensificar a crítica à cultura e ao mundo burguês. Hoje, encontramos um contexto propício para o avanço da luta revolucionária, momento em que a elaboração e aprofundamento da teoria pode ser sentida, logo, que pode ser percebida a contribuição da REL que nestes anos vem dedicando à publicação de reflexões que buscam fazer a crítica desapiedada do existente, pois, como já havia dito Marx (2005, p. 151),

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz.

É nesse sentido que a capa desta edição é apresentada. Aí está, em forma de imagem, o que a Espaço Livre busca ser na forma de texto, ou seja, a crítica, a negação ao mundo existente e a expressão teórica, a afirmação da autogestão social.

A hora do fim do modo de produção capitalista se aproxima, isso é o que indica a sua história, isso é o que indica o contexto atual. Há os limites da consciência burguesa que continua representando uma barreira para os indivíduos perceberem esta situação, mas o muro que se coloca à sua frente pode ser superado pela teoria. É neste sentido que a teoria, ao ser tomada como referência para pensar a vida, oferece armas, instrumentos, para superar a ideologia, para superar os limites da própria consciência burguesa. Quando isso se efetiva um novo mundo desponta no horizonte. Uma nova vida começa a germinar na consciência antes desesperançosa, mas agora acesa e atenta ao que pode ser efetivado através da luta revolucionária.

A crítica não corresponde a uma mera formalidade pautada na atuação desinteressada da intelectualidade. Não corresponde a uma forma elaborada com a finalidade do entretenimento, como o faz alguns indivíduos que se aventuram à literatura. A crítica aqui entendida é uma arma, por isso Marx denomina-la de arma da crítica, de teoria. E por teoria entende-se a articulação da luta revolucionária do proletariado no campo da cultura complexa.

Com isso estamos querendo dizer que a luta empreendida no campo da cultura é fundamental em um processo revolucionário assim como para sua instituição. Do ponto de vista do proletariado é algo que deve ser intensificado, ampliado cada vez mais, uma vez que esta luta pode ter como consequência o fortalecimento da luta revolucionária no campo da cultura, no interior da luta de classes. A teoria torna-se assim efetiva na ação individual e coletiva. É

concretizada quando manifesta nas ações que estabelecem o enfrentamento do mundo burguês e de tudo que o representa e o reproduz. Esse o caminho a ser percorrido enquanto a realidade de classe existir.

É pautada por esta reflexão que a atual edição é iniciada com uma reflexão sobre o método dialético em Marx, apresentada por Felipe Andrade. Na sequência, uma importante análise sobre o estudo alienado sistematizada por Rubens Vínicius e Diego Marques. Posteriormente, há o resultado dos estudos de Renan Lima sobre a concepção de utopia em Ernest Bloch e sua relação com a crítica revolucionária. Em seguida, Nildo Viana apresenta uma discussão sobre a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, focando em um dos seus elementos fundamentais que é o aparelhamento. André Melo apresenta também uma abordagem sobre os movimentos sociais, porém, buscando compreendê-los na concepção de Rouraine e Melucci. Já o artigo posterior, de autoria de Kelsse Borges, coloca como objetivo verificar se as composições de Raul Seixas podem ser utilizadas como recurso didático no ensino de história. Alvinan Catão traz em seguida uma discussão sobre os fundamentos da psicologia na concepção de Politzer. O penúltimo texto desta edição tem como objetivo “discutir os limites e as possibilidades do trabalho docente de uma professora no início de sua carreira em uma Escola Pública de São Gonçalo, Rio de Janeiro”. E, por fim, há o estudo de Yuri Agostinho sobre as contribuições da Sociedade Cultural de Angola para o desenvolvimento dos valores artísticos em Luanda.

Com este conjunto de textos avançamos um pouco mais na compreensão de determinados aspectos da sociedade capitalista. Não é um trabalho simples o de compreender o mundo que vivemos em uma perspectiva revolucionária. Pressupõe, primeiramente, superar os próprios limites da consciência burguesa que nos foram inculcados no processo de formação escolar e na própria formação que recebemos em nosso cotidiano, onde introjetamos diariamente os valores burgueses. Mas não é impossível superá-los. Aqui nesta edição encontramos muitos exemplos de sua possibilidade. Ao leitor, desejamos com este número proporcionar mais uma vez um momento de reflexão e de possibilidade de superação dos limites da consciência burguesa.

### **Referências bibliográficas**

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

*Boa leitura!*  
*Conselho Editorial.*

# O Método Dialético em Marx

Felipe Gusmão Carvalho Andrade\*

O conhecimento da realidade produzido pelo método dialético é igualmente inseparável da perspectiva de classe do proletariado -  
*Georg Lukács, História e Consciência de Classe.*

## Introdução

Marx não deixou nenhuma obra sistematizada ou algum manuscrito sobre o método dialético. Por conta disso, há uma dificuldade na discussão sobre a dialética nesse autor sem que outros autores sejam utilizados para fundamentar tal discussão no pensamento dele, tais como a abordagem sobre a dialética em Hegel, Engels, Lênin, entre outros. Contudo, o nosso foco não será discutir a história da dialética, muito menos criticar outras abordagens que buscaram desenvolver a dialética marxista deformando-a.

A preocupação fundamental aqui será realizar uma reconstituição da dialética marxista, o que pressupõe fazer referência a Karl Marx. A obra de Marx é fundamental, porque ele é o pioneiro a desenvolver essa reflexão. Utilizaremos os seus próprios escritos, em que existem indicações ou discussões pormenorizadas sobre a dialética, sem deixar de lado outros autores que também contribuíram com o desenvolvimento da dialética marxista (KORSCH, 2008; LUKÁCS, 2012; VIANA, 2007a; VIANA, 2007b).

No entanto, antes de apresentarmos uma discussão sobre a dialética marxista, faz-se necessário expormos os elementos em Marx que fornecem a base do método, pois o pensamento dele é uma unidade que forma uma totalidade. Assim, elementos no pensamento de Marx como a sua concepção de realidade e a teoria da consciência estão contidos em seu materialismo histórico, o que, por sua vez, fornece a base teórica do método. Logo depois, discutiremos a questão da perspectiva de classe e, em seguida, o método dialético e suas características, como o significado de recurso heurístico e o processo de abstração.

Em último lugar, traremos uma breve discussão sobre o significado dos conceitos para o marxismo e de algumas categorias da dialética materialista. Para tanto, retomaremos outros autores, nos quais conseguiram aprofundar aspectos do pensamento de Marx ou retomar elementos esquecidos do método dialético. Assim, nosso “fio condutor” será explicar o método dialético como expressão metodológica da teoria revolucionária do proletariado, em unidade com o materialismo histórico e com a perspectiva do proletariado (VIANA, 2017).

---

\* Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) e mestrando em sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

## Materialismo Histórico

Em primeiro lugar, deve-se dizer que Marx nunca dedicou nenhuma obra para discutir a sua teoria materialista da história. Assim, para compreendermos as suas teses é necessário estudar várias obras em que a concepção é desenvolvida, tais como *A Ideologia Alemã* (2007), *Manifesto do Partido Comunista* (1999), prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2011), etc. Entretanto, nos estudos de Viana (2017) sobre o materialismo histórico, o autor coloca que a obra *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2013) representou o manifesto inaugural do materialismo histórico, pois apresenta uma discussão sobre a relação entre trabalhadores e não-trabalhadores, proletários e capitalistas, ou seja, a percepção da luta de classes, ainda sob resquícios de uma linguagem filosófica, falta de aprofundamento nas relações concretas etc. Anos depois, na obra *A Ideologia Alemã* (2007), Marx e Engels apresentaram uma teoria da história da humanidade que é expressa a partir de uma realidade concreta, esboçando conceitos novos que serão aprofundados ou esboçando outros ainda incipientes (VIANA, 2017). Portanto, a obra *A Ideologia Alemã* será o nosso ponto de partida para discutir o materialismo histórico, mas não deixaremos de lado obras posteriores.

Além disso, devemos lembrar que Marx nunca utilizou a expressão materialismo histórico, mas como a sua concepção é materialista, não há problema em chamar a sua teoria da história como materialista (BRAGA, 2012; MAIA, 2015; VIANA, 2007a). Em segundo lugar, o materialismo histórico possui diversos elementos que possibilitam sistematizar uma teoria da história, uma teoria da sociedade, uma teoria da consciência e uma teoria da realidade em Marx. Esses serão os elementos que discutiremos daqui em diante.

O primeiro elemento que Marx desenvolve sobre o materialismo histórico é a unidade entre ser e consciência<sup>1</sup>. Assim, diz-nos Marx que “a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX & ENGELS, 2007, p. 19). Portanto, Marx e Engels realizam o inverso que faziam os idealistas alemães, principalmente os neohegelianos, os quais davam primazia às ideias em detrimento do ser social. A teoria da consciência neles pressupõe que é a vida que determina a consciência: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 2007, p. 20). A partir disso, o primeiro pressuposto para analisar a história é mostrar

---

<sup>1</sup> Korsch também destaca essa unidade entre ser social e consciência no seu ensaio “Marxismo e Filosofia”. Ele coloca que “a coincidência entre a consciência e o real caracteriza toda dialética e, também, a dialética materialista marxista” (KORSCH, 2008, p. 57). Além disso, ele demonstra essa unidade quando busca aplicar a dialética materialista à história do marxismo, cuja aplicação é similar ao que foi realizado por Lukács (2012) nos ensaios do seu livro *História e Consciência de Classe*.

a existência dos seres humanos reais, o que significa que os seres humanos vivem e devem produzir os meios básicos para satisfazer as suas necessidades vitais, como dormir, beber, comer etc. Logo depois, é preciso observar os meios em que os seres humanos produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência.

Assim, os seres humanos produzem e reproduzem suas condições de existência através do trabalho. Este é uma condição necessária em que os indivíduos buscam satisfazer suas necessidades vitais, uma relação de metabolismo entre o ser humano e a natureza, presente em todas as formas sociais comuns de sociedade (MARX, 1988). Assim, o trabalho é uma característica particularmente humana e se realiza socialmente em comum com outros indivíduos através da cooperação. A questão seria compreender como se realiza tal trabalho em determinadas condições materiais. Por conseguinte, o conceito de modo de produção nos explica como ocorre historicamente essa condição de produção e reprodução da existência material. O modo de produção seria constituído pelas forças produtivas (força de trabalho, meios de produção e meios de distribuição) e pelas relações de produção que consistem nas relações estabelecidas entre os indivíduos no trabalho de produção e distribuição dos bens produzidos (BRAGA, 2012).

Em conjunto com o modo de produção existe a chamada “superestrutura” (MARX, 2011) ou formas de regularização social (VIANA, 2007a). Assim, cada modo de produção possui formas específicas de regularização social (formas sociais), constituído pela cultura, estado, ideologias etc. Ao conjunto dos modos de produção e formas sociais, Marx denomina de *sociedade* (MAIA, 2015). Portanto, a teoria da sociedade em Marx pode ser resumida como o conjunto do modo de produção (relações de produção + forças produtivas) que condiciona (ou determina, corresponde) a uma determinada forma de regularização social ou forma social (cultura, estado, ideologias etc.). A síntese (“fio condutor”) que Marx chegou em sua pesquisa acerca da relação entre o modo de produção e a “superestrutura”, ou seja, a sua teoria da sociedade, foi exposta no *prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2011, p. 5-6).

Na medida em que há transformação nos modos de produção, relaciona-se outro elemento fundamental que é a *luta de classes*. Por conseguinte, a luta de classes (motor da história) seria a determinação fundamental das sociedades de classes, o que explica as mudanças históricas desta. Logo no começo do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels colocam que “a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX & ENGELS, 1999, p. 66)<sup>2</sup>. Por conseguinte, Marx afirma que a história na Europa Ocidental teve como tendência o desenvolvimento dos seguintes modos de produção, a saber: “os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.” (MARX, 2011, p. 6).

Portanto, a teoria da história em Marx possui quatro conceitos fundamentais: *ser social*, *modo de produção*, *formas sociais* e *luta de classes*. Além disso, a relação entre o modo de produção e as formas sociais é de uma determinação da primeira sobre a segunda. Isto é, o modo de produção influencia, condiciona ou determina as formas sociais (MAIA, 2015).

Além disso, dentro da concepção marxista, o que podemos entender por realidade? A realidade, segundo Marx (2011), é o concreto, “síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 248). Assim, a realidade dentro de uma concepção marxista é uma totalidade concreta, que é histórica, possui múltiplas determinações e existe efetivamente.

### **Perspectiva do Proletariado**

Nos prefácios do primeiro volume da obra *O Capital*, Marx destaca que a sua perspectiva é “em sua essência, crítica e revolucionária” (MARX, 1988, p. 27). Não apenas isso, ele também destaca que a sua crítica, diferentemente dos economistas burgueses de sua época, “representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado” (MARX, 1988, p. 24). Assim, outro elemento fundamental que está presente no pensamento de Marx, tanto em sua teoria da história, como em seu método dialético, é a sua perspectiva revolucionária. Esta posição é destacada por Lukács (2012) ao dizer que a essência da dialética

---

<sup>2</sup> Engels acrescenta em uma nota de rodapé que essa passagem do *Manifesto Comunista* foi revisada e, portanto, as classes sociais estão presentes apenas através da existência da história escrita (MARX & ENGELS, 1999).

materialista é o seu caráter revolucionário, como também quando coloca que ela é inseparável da perspectiva do proletariado<sup>3</sup>.

Outro autor que desenvolve esse aspecto do método dialético é Karl Korsch. Ele retoma em seus ensaios “A Dialética Materialista” e “A Dialética de Marx”, o caráter revolucionário da dialética materialista. Diz-nos Korsch (2008) que a dialética materialista é expressão teórica da luta revolucionária do proletariado<sup>4</sup>, como também é um fundamento metodológico indispensável do marxismo. Além disso, ela só pode ser aplicada na práxis revolucionária do proletariado, sendo assim também indissociável a uma teoria da revolução (KORSCH, 2008). Portanto, a dialética em Marx representa uma crítica às ciências burguesas, como, por exemplo, ao aspecto da “neutralidade”.

Por conseguinte, a distinção entre ciência burguesa e marxismo está em que a primeira, em forma de ideologia, expressa a perspectiva de uma classe (burguesia), e a segunda, em forma de teoria, expressa outra perspectiva de classe (proletariado). Em uma passagem da obra *Miséria da Filosofia*, Marx (2009) deixa claro a distinção entre a perspectiva de classe dos economistas burgueses e dos comunistas: “assim como os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária” (MARX, 2009, p. 141, *grifos do autor*).

Além disso, Viana (2007b) coloca que Marx não propôs fundar uma “ciência” no sentido burguês, pois as suas obras teóricas são uma crítica da “ciência”, especialmente *O Capital* que é uma crítica da economia política. Além disso, Marx não fez problemáticas científicas, dado que o seu interesse não era “neutro” e por isso a sua perspectiva de classe era explícita, bem como o destaque em suas obras à luta de classes. Na obra de Marx encontramos o “aspecto científico” e o “aspecto utópico”, a crítica da economia política e o vislumbre de uma transformação radical da sociedade que seria o comunismo. Portanto, a perspectiva de Marx é revolucionária, deve ser compreendida nestes termos, e qualquer análise de seu

---

<sup>3</sup> O ser de classe do proletariado pode ser explicado da seguinte maneira: “O proletariado pode ser compreendido como uma classe social que emerge no capitalismo e que se caracteriza por ser a classe produtora de mais-valor (MARX, 1988; VIANA, 2008). O proletariado só existe através da relação-capital, ou seja, sua relação com a classe capitalista. A relação-capital é produção (proletariado) e apropriação (burguesia) do mais-valor produzido. Essas são as relações de produção capitalistas e que formam as duas classes sociais fundamentais da sociedade burguesa” (VIANA, 2014, p. 24).

<sup>4</sup> Quando dizemos “luta revolucionária do proletariado”, estamos nos referindo ao momento específico da luta de classes em que o conjunto do proletariado (a classe) se torna autodeterminado. Portanto, o marxismo é expressão do “proletariado como classe para-si, autodeterminada, [quando] rompe com o capital e passa a autogerir suas lutas no sentido da abolição do capitalismo. Nesse processo, ele cria sua associação, sua auto-organização de classe, para defender seus interesses de classe revolucionária” (VIANA, 2014, p. 27).

pensamento não pode estar desvinculada da sua preocupação fundamental com o projeto comunista.

### **Método Dialético**

Após toda a trajetória que seguimos, ao discutirmos o materialismo histórico e a perspectiva de classe no pensamento de Marx, podemos, por fim, explicar o que é o método dialético. Em primeiro lugar, deveríamos nos perguntar sobre o que é método. Viana (2017) coloca que o método é

Uma elaboração mental que objetiva servir de suporte para a análise da realidade, seja assumindo a forma de um modelo (como o positivismo clássico e seus herdeiros posteriores, o funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia, etc.) ou como um recurso heurístico (o método dialético de Marx). Um método, no entanto, possui como base uma teoria da consciência e da realidade e por isso não pode ser destacado e compreendido de forma isolada, excluindo tais teorias (VIANA, 2017, p. 175).

Portanto, o método é um modo de explanação da realidade, um conjunto de ferramentas que indicam um caminho para se fazer uma análise da realidade. Por conseguinte, o modo de explanação possui uma base teórica (teoria da consciência e da realidade) e uma base metodológica (ferramenta intelectual) as quais possibilitam desenvolver uma análise da realidade. Isto é, dentro de um modo de explicar ou analisar a realidade, dois elementos são indissociáveis: a teoria e o método. Por sua vez, a teoria já foi explicitada anteriormente (materialismo histórico), e resta a nós desvendarmos o que entendemos por método dialético.

Utilizando a contribuição de Korsch (2008), em seu ensaio “A Concepção Materialista da História”, poderíamos de início colocar que a dialética seria um “fio condutor” de que Marx se serviu nas suas investigações sociais, a fim de demonstrar teoricamente que o seu método era correto, aplicando-o no estudo da economia política. Portanto, a obra *O Capital* seria a demonstração da aplicação do método dialético de Marx.

Se em *O Capital*, Marx discute o método dialético, podemos retomar em seu *Prefácio* uma indicação do que ele compreende por dialética. Logo de início, Marx diz-nos que o método dialético é diferente do método aplicado nas ciências naturais, sendo que o primeiro utilizaria a “faculdade de abstrair”. “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (MARX, 1988, p. 18). Portanto, uma das características do método dialético é utilizar o procedimento da abstração. Como utilizar tal procedimento?

No texto “Método da Economia Política” (segundo capítulo do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*), Marx (2011) nos explica como realiza o procedimento da abstração dialética.

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. A primeira via foi a que, historicamente, a economia política adotou ao seu nascimento. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabam sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevavam até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial. Este segundo método é evidentemente o método científico correto (MARX, 2011, p. 247-248).

Segundo essa passagem em que Marx revela o seu método, devemos começar o processo de análise pelo real e pelo concreto (concreto-dado). No caso da economia política clássica, a análise pressupõe como condição começar a partir da população. O problema é que em seguida, os economistas ignoram as relações mais simples, categorias mais simples como o trabalho assalariado, capital, divisão do trabalho, preços, classes etc. Por isso, Marx adverte que no início da análise (concreto-dado), a população ainda é um todo caótico. No entanto, logo depois do processo de abstração, a análise deve chegar às determinações mais simples, através de abstrações que cheguem aos conceitos mais simples (concreto-pensado). Logo depois, quando efetivada a análise, volta-se ao início (a população) e dessa vez não será mais um todo caótico, e sim uma rica totalidade de determinações de relações numerosas, o concreto-pensado (MARX, 2011).

Diz-nos Marx que os economistas do século XVII começaram sempre por uma totalidade viva, como a população, nação, estado etc., e logo depois ficam em conceitos gerais e abstratos. Contudo, a partir do momento em que começarem a formular teoricamente sistemas econômicos “mais ou menos fixados e teoricamente formulados”, ou seja, a economia política posterior ao seu nascimento, este seria o método correto, que para Marx é o concreto, como “síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 248). Assim, o processo do pensamento é síntese e resultado, ponto de partida e ponto de chegada da análise. Começa-se pela observação imediata<sup>5</sup>, o concreto-dado, e no processo de abstração da realidade que é um concreto-determinado, o pensamento deve reconstituir o concreto em suas múltiplas determinações, descobrindo a sua determinação fundamental, o que é o concreto-pensado ou “concreto espiritual” (MARX, 2011).

Portanto, o método dialético, utilizando do processo de abstração, seria um recurso heurístico, um guia de pesquisa que o pesquisador utiliza para compreender a determinação fundamental de um fenômeno (VIANA, 2007b; KORSCH, 2008). Logo, por ser um recurso heurístico o método dialético não é um modelo que pode ser encaixado na realidade, tal como o positivismo, e sim deve ter como referência a realidade que é uma totalidade, concreta e histórica. Assim, pode-se dizer que é a realidade que determina o método, e não o método que determina a realidade. Em síntese, o objetivo do método dialético é:

Reconstituir o real, descobrindo sua determinação fundamental (...). A determinação fundamental é a essência do fenômeno. Porém, a essência assume diversas formas de manifestação, o que gera inúmeras outras determinações, e ao descobrir a determinação fundamental, a essência, passo fundamental e necessário, se pode partir para descobrir as demais determinações e chegar até a existência, ou seja, o concreto. Desta forma reconstitui o concreto no pensamento, percebendo a existência como manifestação concreta da essência. Observar o que existe sem perceber sua determinação fundamental, sua essência, bem como suas múltiplas determinações, é o mesmo que ficar no nível da aparência (VIANA, 2017, p. 196).

Nessa passagem, ficam em destaque algumas das principais categorias do método dialético que são a essência, existência e aparência. Viana (2017) coloca que a existência é o concreto, o que existe efetivamente e pode ser reconstituído em suas múltiplas determinações

---

<sup>5</sup> “Marx retoma a distinção hegeliana entre “representação” e “conceito” e nesse processo pode dizer que o ponto de partida natural de qualquer pesquisa ou análise é a representação, ou seja, a observação imediata. Isso significa dizer que todos partem da intuição, da observação imediata, da representação do fenômeno e não tem como ser diferente, pois só se alguém nascesse com o saber pronto é que poderia estar além da observação imediata e da representação” (VIANA, 2017, p. 184).

através de uma análise que visa descobri-las. A descoberta possibilita formular conceitos que expressam essas determinações e a análise deve ser realizada pela abstração dialética, no qual busca compreender o processo de constituição de um determinado fenômeno, o que, por sua vez, é a sua essência, sua determinação fundamental. Além disso, ainda faltam alguns elementos que compõem o método dialético, como algumas das outras categorias principais do método dialético e os conceitos que lhe acompanham. Discutiremos eles a seguir.

### **Conceitos e Categorias da Dialética Marxista**

Segundo Viana (2007a), os conceitos são expressões da realidade. É a realidade que constrange os indivíduos a formularem conceitos que expressam sua determinada perspectiva de classe, valores, interesses, sentimentos etc. Além disso, os conceitos possuem uma historicidade, devido a historicidade das sociedades humanas. Tal discussão está presente em Marx, quando ele coloca que “as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção” (MARX, 2009, p. 125). Ou seja, os conceitos (categorias) são expressões da realidade, bem como são “produtos históricos e transitórios” (MARX, 2009), expressando uma determinada realidade social.

Por isso, no método dialético temos vários conceitos que foram desenvolvidos na pesquisa de Marx sobre o modo de produção capitalista, tais como mais-valor, força de trabalho, capital constante, capital variável etc., os quais são singulares, específicos da sociedade capitalista. Outros conceitos desenvolvidos por Marx, por exemplo aqueles que estão presentes em sua teoria da sociedade, como modo de produção, sociedade, cultura são conceitos universais, pois estão presentes em qualquer sociedade humana.

Além dos conceitos, há também as categorias que não são conceitos. Segundo Viana (2007a):

As categorias são instrumentos heurísticos usados pela consciência para facilitar o processo de seu desenvolvimento, tais como as categorias de totalidade, abstrato, concreto etc. (...). São recursos utilizados para pensar a realidade e neste processo podem ser reformuladas para ganhar a flexibilidade da realidade e, assim, transportá-la ao pensamento. Entretanto, as categorias só existem como processos da consciência e não como realidade e, portanto, não existe categoria que esteja ligada a um ser concreto existente (VIANA, 2007a, p. 119).

No caso das categorias do método dialético, poderíamos também listar várias, a saber: totalidade, concreto, abstrato, historicidade, determinação fundamental, contradição etc. Assim, a dialética em Marx teve como inspiração formal o filósofo alemão Hegel, o qual possibilitou

o desenvolvimento das diversas categorias da dialética que enriquecem o método e possibilitam uma explicação mais ampla da realidade, a fim de chegar a uma consciência correta da mesma. Portanto, apenas retomaremos algumas categorias que já foram discutidas implicitamente ao longo do texto, mas que não nos detemos com maior profundidade. Por sua vez, discutiremos apenas algumas categorias da dialética e não todas elas.

Assim, duas das categorias presentes na dialética marxista são a abstração/abstrato e a concreção/concreto. Quando no processo de análise, Marx coloca que ele utiliza o procedimento da abstração, ele inicia tal procedimento a partir do concreto-dado (ponto de partida), para depois chegar ao concreto-pensado (ponto de chegada). Nessa mediação, a realidade existe efetivamente e é um concreto-determinado. Por isso, a abstração se configura como um procedimento (“faculdade de abstrair”) e uma categoria da dialética, e o abstrato, outra categoria, seria o momento inicial da análise. Em um capítulo do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, denominado *O Método da Economia Política*, Marx (2011) coloca que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (MARX, 2011, p. 254). Isso significa que a compreensão do mais complexo precede a do mais simples. Portanto, o desenvolvimento histórico das sociedades humanas mais complexas tão-somente ilustra o grau de desenvolvimento pelo qual as sociedades mais simples poderão passar. A partir disso, podemos entender que o abstrato é o momento inicial da análise, ou seja, o mais complexo, que deve chegar ao mais simples (concreto). Deve-se partir das formas mais abstratas (concreto-dado) para as mais concretas (concreto-pensado), ponto de partida e ponto de chegada da análise.

No entanto, como colocamos anteriormente, existe o processo de concreção, no qual se busca descobrir as “múltiplas determinações do fenômeno” (MARX, 2011). Viana (2007b) nos ajuda a distinguir entre duas formas de abstração, a fim de esclarecer que o processo de abstração-concreção em Marx é diferente daquele processo de abstratificação (abstração) realizado pelos economistas políticos da sua época, no qual seria um processo ideológico. No caso do processo de abstratificação dos economistas políticos (ou quaisquer ideólogos burgueses) é realizado o seguinte processo:

Apresenta o concreto-dado como sendo o concreto-real (a aparência em lugar da manifestação da essência), apresenta um aspecto secundário da totalidade como sendo seu aspecto essencial, autonomiza e separa um aspecto da totalidade (cria, tal como os ideólogos alemães, uma ilusão de autonomia de um aspecto da realidade social, tal como a consciência) (VIANA, 2007b, p. 82).

Viana (2007b) denomina tal processo ideológico de metafísico. No caso de Marx, o processo de abstração-concreção não deixa de lado que a realidade é a referência, isto é, que a realidade determina o método e esta é histórica, concreta. Assim, a abstração no método dialético “revela a essência por detrás da aparência e é um momento necessário para se chegar ao concreto-determinado, sendo, também, uma parte dele” (VIANA, 2007b, p. 82).

Outra categoria do método dialético é a determinação fundamental e a determinação. Esta última foi discutida por Viana (2001), ao colocar que

A manifestação concreta da determinação fundamental (essência) produz o concreto (existência) conjuntamente com diversas outras determinações. Dentre as determinações não-fundamentais podemos destacar a determinação formal, a determinação imediata, a determinação conjuntural, a determinação extraordinária (VIANA, 2001, p. 93).

Logo, o fenômeno é constituído pela sua determinação fundamental e por diversas determinações (formal, imediata, conjuntural e extraordinária). A respeito da determinação fundamental, temos uma percepção dela quando Engels em sua carta a Joseph Bloch discute que o elemento “econômico” é, em última instância, a determinação fundamental. “Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, *em última instância*, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto” (ENGELS, p. 39, 1987).

Assim, em uma linguagem mais adequada, podemos dizer que o objetivo do método dialético é “descobrir as determinações específicas (e dentre elas a determinação fundamental) que fornecem a dinâmica histórica, as quais vão desde o surgimento até a abolição de um determinado modo de produção e sociedade” (VIANA, 2007b, p. 96). Portanto, temos aqui que a determinação fundamental deve ser encontrada no processo de análise de um determinado fenômeno, como também as outras determinações.

Logo mais, Engels também acrescenta que o “econômico” não é o único elemento, ou que o marxismo seria um “determinismo econômico”. Para ele,

A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua *forma* (ENGELS, p. 39, 1987).

Observamos nessa passagem que Engels retoma a teoria da sociedade em Marx, na qual o conjunto da sociedade é o modo de produção que determina as formas sociais (políticas, jurídicas, filosóficas etc.). Nesse aspecto, aparece outra categoria fundamental no método dialético que é a totalidade. Segundo Viana (2007a), a totalidade é a sociedade, determinada fundamentalmente pelo modo de produção dominante. Ela é composta por partes que constituem a sociedade, como o modo de produção dominante, modos de produção subordinados e as formas de regularização das relações sociais. Por sua vez, essas partes ainda podem ser subdivididas em outras partes. Temos assim que a totalidade é a ligação entre essas partes.

Dessa maneira, não é possível analisar a sociedade sem nos remetermos à totalidade, além das suas outras partes que a constituem. Acrescenta Lukács (2012) que a totalidade é o que permite o conhecimento da realidade, como momento em que todos os diferentes fatos da vida social são integrados, enquanto elementos do desenvolvimento histórico. Por isso, Engels coloca que não é possível separar a “situação econômica” da sua “superestrutura” no curso das “lutas históricas”. Além disso, a totalidade é histórica, possui uma historicidade. Quando discutimos que os conceitos expressam a realidade, bem como são transitórios e históricos, utilizamos a categoria da historicidade que é outro aspecto do método dialético.

Na carta de Marx a Annenkov (2009), ele aponta que as “categorias econômicas” utilizadas pelos economistas burgueses são vistas como “leis eternas”, ao invés de serem “leis históricas, válidas exclusivamente para certo desenvolvimento histórico, desenvolvimento determinado pelas forças produtivas” (MARX, 2009, p. 250). Dessa forma, a análise que Marx realiza da sociedade burguesa é através da sua historicidade. Todas as relações que ela expressa, como a divisão social do trabalho ou o dinheiro, por exemplo, podem ser transformadas, ou não existem em sociedades anteriores, como as sociedades sem classe, e por isso certos conceitos expressam tão-somente uma forma determinada de sociedade. A historicidade, portanto, é um aspecto revolucionário da dialética marxista, pois permite visualizar a transformação da sociedade atual.

Além disso, em conjunto com a historicidade, temos a história. Marx também escreve nessa mesma carta o que ele entende por história:

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados,

pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento (MARX, 2009, p. 245).

Fica claro que a história humana é sempre a história das gerações precedentes que interferem nas gerações atuais. Ela não é a simples vontade ou escolha livre dos indivíduos. Todas as forças produtivas, relações de produção etc., acumulados durante as sociedades anteriores influenciam as relações sociais que serão desenvolvidas posteriormente. Portanto, a história humana expressa toda a produção humana que foi desenvolvida no conjunto de suas relações sociais, desde a sua origem até a sua existência mais atual.

Por fim, podemos dizer que destacamos algumas das categorias importantes que estão presentes no método dialético, tais como abstração/abstrato, concreção/concreto, determinação/determinação fundamental, totalidade, história/historicidade. Ainda há outras categorias como a contradição, forma, conteúdo, entre outras, que não foram aprofundadas nesse tópico e merecem estudos aprofundados que possam desenvolver além do que Marx elaborou em vida.

### **Considerações finais**

A nossa discussão sobre o método dialético foi desenvolvida a partir dos elementos que lhe acompanham, tais como: materialismo histórico e a perspectiva do proletariado. Ainda restam outros aspectos como a teoria da revolução (comunismo), a aplicação do método na teoria do modo de produção capitalista etc., bem como desenvolver com maior aprofundamento outras categorias da dialética, uma discussão que poucos autores ainda se atreveram a fazer. Portanto, dentro do tema por nós delimitado, buscamos tão-somente retomar alguns aspectos que estão vinculados com uma coerência teórico-metodológica e a perspectiva revolucionária de Marx. Ao esclarecer tais conceitos, em consonância com tal perspectiva, a dialética se torna revolucionária. E para nós, ou a dialética é revolucionária, ou não é nada. Portanto, a utilização do método deve sempre acompanhar a práxis do movimento revolucionário do proletariado e assim contribuir com a emancipação humana.

### Referências Bibliográficas

BRAGA, Lisandro. *A Concepção Materialista da História*. Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 7, n. 11, jan./jul. 2012.

ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas Filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a Dialética Marxista*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MAIA, Lucas. *O Materialismo Histórico-Dialético*. Revista Marxismo e Autogestão Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas Filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MARX, Karl. *Carta de Marx a P. V. Annenkov*. In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*. In: MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Ensaios sobre o Materialismo Histórico-Dialético. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

\_\_\_\_\_. *A Essência do Marxismo*. Revista Marxismo e Autogestão. Ano 01, Num. 02, jul./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *A Questão da Causalidade nas Ciências Sociais*. Goiânia: Edições Germinal, 2001.

\_\_\_\_\_. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Editora Alternativa, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Karl Marx – A Crítica Desapiedada do Existente*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

# O Estudo Alienado

Rubens Vinícius da Silva\*  
Diego Marques Pereira dos Anjos\*\*

## Introdução

A ressignificação do termo alienação feita por Karl Marx apreendeu o fundamento concreto deste conceito nas relações sociais. A alienação surge nas relações de produção, na alienação do trabalho característica da sociedade capitalista. Ao expandir a alienação para outras esferas da vida social, também a atividade de estudo passa a ser absorvida pela dinâmica de alienação, isto é, de perda do controle, de perda de si, de dominação por outrem. O objetivo deste artigo é resgatar a contribuição de Karl Marx sobre o conceito de alienação, retomar sua discussão na sociedade contemporânea e, por fim, indicar como este processo ocorre especificamente através da atividade de estudo.

## Trabalhadores e estudantes

O estudo da alienação e a alienação do estudo são duas realidades da sociedade capitalista<sup>1</sup>. Surgem por causa da alienação do trabalho que existe na relação entre a classe burguesa e o proletariado e outras classes exploradas. O estudo da alienação foi alterado profundamente por Karl Marx ao ressignificar a alienação como manifestação concreta das relações de trabalho, existindo em diferentes sociedades de classes e que na sociedade capitalista expressa o poder de controle e apropriação do processo de trabalho por parte do capital. A partir daí a alienação como relação social capitalista se generaliza para outras esferas da vida social para além das relações de trabalho. Por conseguinte, ela também se alastrou para o conjunto das instituições de educação, afetando profundamente os estudantes.

Pode-se dizer que dois tipos de atividades sociais ocupam bem mais que a metade da população de uma cidade qualquer na era moderna: o trabalho e o estudo alienados, que abrangem tanto o conjunto dos trabalhadores produtivos (referimo-nos aqui ao proletariado, conjunto dos trabalhadores que produzem o mais-valor apropriado pela burguesia) quanto

---

\* Bacharel em Direito pela Uniasselvi/Fameblu. Licenciado em Ciências Sociais pela FURB, Fundação Universidade Regional de Blumenau - SC. Mestrando em Sociologia pela UFG, Universidade Federal de Goiás.

\*\* Mestre em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. Doutorando em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA/UnB). Professor de História no IF Goiano – Morrinhos.

<sup>1</sup> Agradecemos especialmente aos apontamentos e comentários elucidativos de Nildo Viana na elaboração deste trabalho, revisando ideias e orientando o modo de abordagem do tema.

os trabalhadores improdutivos (ou seja, o conjunto daqueles que trabalham no processo de consumação de mercancias, realizado no âmbito das formas sociais burguesas). No entanto, existem diferenças essenciais entre os dois grandes agrupamentos humanos que se criam em torno destas atividades, apesar de que por semelhanças existenciais ambos os grupos venham a estar intimamente vinculados<sup>2</sup>. São eles os trabalhadores e estudantes: os primeiros, numa situação permanente, que é marcada pela condição de classe, e os segundos, em situação temporária, marcada pela condição do grupo estudantil. Esta é a primeira grande diferença entre trabalhadores e estudantes, a diferença qualitativa entre as situações que cada um está inserido. Nos chamados horários de pico, isto é, horários com maior movimentação de pessoas pelas ruas, observamos trabalhadores e estudantes amontoados em ônibus, engarrafados em seus carros, transitando pelas calçadas de diferentes lugares da cidade, etc. Na maioria das vezes, uma escola ou ambiente de trabalho são os destinos de longas horas durante o dia, em todos os dias da semana. Esta é uma segunda grande diferença entre trabalhador e estudante, a instituição a que pertencem, local de trabalho ou local de estudo, sendo esta uma diferença institucional.

A divisão social do trabalho envolve a totalidade dos indivíduos de uma sociedade. Na produção capitalista há a tendência crescente de parcelamento e especialização do trabalho, aprofundando as divisões dentro do trabalho manual e trabalho intelectual: este processo se generaliza para além dos locais de produção dos bens necessários à vida, assimilando os trabalhos não produtores de mais-valor, estimulando a criação de inúmeras especialidades de trabalho improdutivo, as quais geram lucros. Pode-se dizer que na divisão do trabalho também entra a divisão dos que estão sendo preparados para o trabalho, no caso os estudantes.

A terceira grande diferença entre trabalhadores e estudantes está em que ao passo que as classes trabalhadoras tendem a se constituir como bloco homogêneo, apresentando variações que não se opõem entre si (proletários, trabalhadores dos serviços subalternos<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup> A compreensão dialética da questão da essência e existência foi apresentada por Nildo Viana em *Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferenças*.

<sup>3</sup> Os trabalhadores do setor de serviços, comércio, limpeza, segurança, bem como os demais trabalhadores das formas sociais burguesas formam os subalternos. Isso porque se encontram subordinados à forma da mercadoria e envolvidos no processo de consumação de mercanciais: devido a esta condição de classe, geram lucros para os detentores do trabalho alheio. Para o estudo da mercantilização das relações sociais ver a análise de Nildo Viana em *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. (VIANA, 2016).

lumpemproletários<sup>4</sup> – à exceção de parte do lumpemproletariado que não consegue ao menos sobreviver com os trabalhos mais degradados que lhes sobram e optam pelo crime, charlatanismo), dentro do grande grupo dos estudantes há uma formação policlassista que conforma forma um bloco heterogêneo, tendo em vista as distintas posições que alcançarão na divisão social do trabalho, desde a produção, o controle e a apropriação do trabalho. Notam-se diferenças, tais como o estudante filho da família burguesa é preparado para ser um não-trabalhador que expropria o trabalho de outro, ou um trabalhador improdutivo no futuro, pertencente à classe exploradora na divisão social do trabalho. Esta tendência se repete com os filhos das classes auxiliares, intelectualidade e burocracia, que conformam importante parcela do grupo estudantil nas universidades. Apesar da heterogeneidade interna, considerando escola e universidade, existe a uniformização de ideias e comportamentos, presentes na escola e no universo acadêmico, que tem a flexível capacidade de submeter os indivíduos de diferentes classes sociais. Estas diferenças essenciais configuram situações distintas para os trabalhadores e estudantes: enquanto os primeiros encontram-se numa situação de classe social, os segundos estão numa situação de grupo social, que marca a unidade na diversidade no grupo estudantil.

A impressão cotidiana de que o estudante de hoje é o trabalhador de amanhã é uma realidade, na medida em que esses dois grupos na sociedade capitalista alimentam e contribuem (a cada nova geração) para o processo de valorização do capital. O trabalhador na geração presente e o estudante na geração futura, ainda que vimos que na heterogeneidade estudantil a inserção do estudante na divisão do trabalho se dê com posições diferentes, quer seja na produção, controle ou apropriação do trabalho. A força de trabalho é uma mercadoria: como tal, tem seu valor medido pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário para a sua realização. Ou seja, se sua realização se dá como consumo por um capitalista, é necessário que o objeto consumido exista em condições de se reproduzir. Para existir a mercadoria força de trabalho, o “indivíduo vivo” é o seu pressuposto e este precisa de alimentos, habitação, vestuário e outras necessidades básicas satisfeitas. Na sociedade capitalista, a obtenção dos meios de vida se dá por meio do trabalho alienado ao capitalista, que lhe extrai um mais-valor e outras formas secundárias de exploração, e em troca o trabalhador recebe um salário

---

<sup>4</sup> Lumpemproletariado é uma classe social específica surgida no capitalismo, sendo sua condição de classe marcada pela marginalidade da divisão do trabalho. Seu modo de vida é marcado pela pobreza e por não ter como fonte de dinheiro a divisão de trabalho. O desenvolvimento contemporâneo da teoria sobre o lumpemproletariado foi esboçado por Nildo Viana, na obra A teoria das classes sociais em Karl Marx.

(MARX, 1985). O tempo médio de trabalho para obter esses meios de vida é o valor médio da força de trabalho, pago em determinada quantia de dinheiro<sup>5</sup>.

O diferencial da força de trabalho como mercadoria, diz Marx, é que por oposição às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho também contém “elementos históricos e morais” que entram no cálculo do seu valor. Isto porque o alcance dos meios de vida se altera conforme a época, o desenvolvimento da sociedade, os meios disponíveis de satisfação das necessidades, as formas de distribuição, as lutas em torno da distribuição do trabalho e dos seus produtos. Também a luta de classes, em todas as suas formas de manifestação, interfere na definição do valor da força de trabalho: a experiência histórica de luta entre as classes exploradas e exploradoras determina os níveis da exploração.

No processo de trabalho o indivíduo está objetivando sua força de trabalho como “complexo das capacidades físicas e espirituais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um ser humano, e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985, p. 139), e dado que o trabalho é social, as capacidades físicas e espirituais também são: ou seja, são desenvolvidas em sociedade.

O dispêndio das capacidades fisiológicas (músculo, nervos, visão, etc.) é realizado e adaptado conforme a dinâmica das relações de trabalho e do desenvolvimento dos meios de produção; as capacidades espirituais são os saberes, a cultura, as ideias que são transmitidas de geração em geração e de que dispõem a força de trabalho. Desde a criação da escola nas sociedades escravistas da antiguidade, este foi o espaço por excelência do saber especializado, o que na sociedade capitalista se consolida e é aperfeiçoado, posto que o saber e o saber especializado foram adaptados às determinações da razão instrumentalizada, aos interesses da produção capitalista. Assim, o conceito de saber especializado remete ao conjunto de atividades mentais (intelectuais, ‘espirituais’) necessárias à reprodução de um ramo da divisão social do trabalho no capitalismo, ou seja, um saber específico vinculado à reprodução das relações sociais capitalistas. Logo, na medida do valor da força de trabalho, entram diversos elementos que variam com a sociedade, com a época. Dentre estes

---

<sup>5</sup> Além da exploração capitalista (apropriação do mais-valor, trabalho produtivo) e de formas de exploração secundária (caso do campesinato), existe a subalternização que é a expressão do trabalho improdutivo alienado, fundada na apropriação de mais-dinheiro, e criando os trabalhadores subalternos. O capital mercantil (capitalista que realiza a consumação de mercancias) surge nas relações de distribuição capitalistas (“mercado”) e nas formas sociais (formas de regularização das relações sociais: estado, igrejas, partidos, ong’s, etc.).

elementos, enfatizamos aqui a educação formal, como parte das capacidades espirituais dos indivíduos, como habilidade posta em movimento para a realização da produção de qualquer valor de uso. Sendo a escolarização um elemento a ser considerado na formação do valor da força de trabalho, passa a existir um forte vínculo no processo de existência concreta entre estudantes e trabalhadores. Tal vínculo varia conforme o nível de ensino e a posição da classe na divisão social do trabalho, processo que é reforçado pela especialização do trabalho dentro de relações sociais de produção baseadas na extração de mais-valor. O conhecimento de que dispõe a força de trabalho é em sua grande medida custeado pela parcela do mais-valor global da qual o Estado se apropria. Contudo, o avanço da mercantilização do ensino interfere nesse quadro: isso porque determinadas frações do capital (como o capital mercantil das escolas privadas, investido no sistema de ensino), querem aumentar sua parcela na participação desse serviço. Por outro lado, outras frações do capital querem manter a gestão estatal da educação. Aqui temos manifesta uma disputa entre frações do capital e a forma atual do Estado (neoliberal). Tal disputa interfere na composição do grupo estudantil, tal como recentemente se assistiu no Brasil a expansão precarizada do ensino superior

Mas além de contar na formação do valor da força de trabalho, a educação também é a preparação para viver em sociedade, prepara para a sociabilidade, direciona a assimilação de um conjunto de comportamentos e valores pelos indivíduos. A educação é a preparação para o trabalho, é preparação para a vida em sociedade. Logo, a educação (e a sua atividade, o estudo) é perpassada pela divisão de classes e conflitos de interesses existentes na sociedade capitalista.

Trabalhadores e estudantes estão vinculados através da renovação da força de trabalho, sendo que os estudantes serão os trabalhadores do futuro sob novas condições de acumulação de capital, sob novos métodos de extração de mais-valor da força de trabalho. Desta forma, se o produto futuro está destinado a assumir determinada forma, no caso da sociedade capitalista a forma do trabalho alienado, também o desenvolvimento do processo contém as tendências de sua realização, do produto final. O estudo na sociedade capitalista assume a forma da alienação, isto porque o processo de alienação que surge com o trabalho alienado é generalizado para toda a sociedade.

### **O estudo da alienação e a alienação como relação social**

Como dissemos anteriormente, o estudo na sociedade capitalista surge como estudo alienado porque a alienação que surge no trabalho é generalizada para todas as esferas da

vida social. E este fenômeno ocorre devido à generalização da mercantilização e da burocratização das relações sociais, que são elementos fundamentais para a existência da sociedade capitalista ao lado da competição social. A mercantilização é expandida porque subordina todas as esferas da vida social à obtenção de lucros, ao cálculo mercantil. Perder o controle sobre os meios de vida significa ter o consumo mediado pelo dinheiro, o equivalente universal de todas as mercadorias. A burocratização é a forma de dominação necessária para o controle da força de trabalho proletária no processo de produção de mercadorias no capitalismo: em virtude da relação de perda, que significa a exploração do trabalho, deve existir para manter o perdedor, o explorado em sua condição. Com a consolidação do estado e das demais organizações burocráticas (como a escola e a empresa capitalista) o processo de burocratização das relações sociais se expande e se complexifica, uma vez que a mercantilização reforça a burocratização e vice-versa. Portanto, a burocratização e a mercantilização são inerentes às relações de classe no capitalismo, porque emergem nas relações de produção, nas quais se constituem as classes fundamentais de um modo de produção classista. E o que mantém a exploração e dominação da classe capitalista? O trabalho alienado.

O trabalho alienado foi compreendido e expresso teoricamente por Karl Marx (2010). Na disputa pelo significado das palavras, a concepção marxista da alienação remete para as relações sociais de produção e para a sua organização historicamente constituída, tendo como características: a) surgimento na sociedade de classes; b) controle do trabalho do trabalhador por outro, o não-trabalhador; c) o trabalhador perde o controle sobre os produtos, sobre o resultado do seu trabalho; d) na sociedade capitalista a alienação do trabalho é a determinação fundamental para o fetichismo da mercadoria, que é quando as coisas parecem ter vida própria, “começam a dançar por iniciativa própria”, isto porque a forma mercadoria é carregada pelo seu “caráter enigmático”.

A mercadoria reflete para os homens as características sociais do seu trabalho como características objetivas, próprias do produto do seu trabalho, e não expressão real do que é, trabalho humano, por isso as mercadorias assumem a “forma fantasmagórica entre coisas” (MARX, 1985, p. 71). O fetichismo da mercadoria reflete na consciência do trabalhador a aparência de que a mercadoria tem autonomia, vida própria: ao invés de aparentar ser o produto do trabalho humano, parecem que mantêm relações entre si e com os seres humanos. Na sociedade moderna, a classe capitalista controla o processo de trabalho, os produtos do

trabalho e a consciência sobre o conjunto das relações sociais (MARX, 1985; MARX & ENGELS, 2007; VIANA, 2012).

Com a constante ampliação da divisão do trabalho, que é uma tendência do modo de produção capitalista, o trabalho alienado é generalizado para todas as formas de trabalho submetidas ao capitalismo. Em resumo, a alienação é uma relação social originada nas relações de trabalho, onde o trabalhador não controla sua atividade, ficando sob domínio do não-trabalhador, o capitalista, sendo que este por consequência também controla os produtos do trabalho. Porém, a alienação é generalizada para as demais atividades produzidas no interior da sociedade capitalista. Isto ocorre devido à crescente mercantilização e burocratização nas relações sociais, colocando como traços característicos da sociedade capitalista a direção e o controle, a perda e a exploração.

O trabalho alienado gera o processo de alienação, que é o não-controle e a perda do produto de todas as atividades da vida social. Este processo é complementado pela burocratização que existe para garantir a exploração via aumento do controle social e das organizações burocráticas, fundadas na relação social entre dirigentes e dirigidos. A burocratização existe para reproduzir e garantir a exploração no processo de trabalho (VIANA, 2012). E por isso se generaliza na sociedade, inclusive no processo de socialização, especialmente na escolarização, pois esta prepara o indivíduo para viver na sociedade capitalista e para o trabalho alienado.

### **A Alienação do Estudo**

A alienação surge nas relações de produção e é generalizada para outras atividades sociais: na política o indivíduo que não participa do processo de decisão e tem o poder de decisão retirado, no universo cultural moderno que o indivíduo não tem controle sobre suas representações culturais, enfim, em toda atividade social em que os indivíduos não têm controle sobre a atividade e têm os resultados de suas atividades apropriados por outrem.

A determinação de classe da escola/universidade, que é a preparação da força de trabalho, juntamente com o processo de alienação crescente na sociedade, devido à mercantilização e os mecanismos de controle, imprime no estudo a alienação, transformam o estudo em atividade de alienação do estudante. A alienação do estudo transforma a atividade genérica de busca do saber em uma atividade massacrante, desumana, de mortificação para o indivíduo que está na condição estudantil. Isto ocorre porque a sua

atividade é controlada e pertencente a outro. O estudo se torna, para o estudante, “a perda de si mesmo”. Daí que o estudo e o estudante são constringidos a reproduzirem a sociedade. Neste sentido, o caráter alienado do estudo é determinação para a presença maior do conservadorismo entre os estudantes, a presença um pouco menor dos estudantes progressistas, comparada com outras parcelas da população, bem como a presença marginal dos estudantes com concepções revolucionárias. A expansão da alienação gera a luta contra a alienação, e esta se revela no meio estudantil.

O estudo é a atividade intelectual de busca de aquisição e desenvolvimento do saber. Nas sociedades pré-capitalistas esta atividade intelectual apareceu primeiramente sob controle dos sacerdotes que dirigiam os Estados Antigos (Antiguidade Tardia, com egípcios, babilônicos, chineses e nas três grandes civilizações pré-colombianas da América) e, depois, com a direção propriamente civil do Estado (gregos e romanos são os principais exemplos da Antiguidade), o estudo foi ampliado para outros grupos, o que está presente em diversos conflitos registrados na história antiga em diferentes cidades, mas que foi mais completamente expressado na disputa entre a mitologia e a filosofia. Na Idade Média Europeia ocorre novamente a subordinação do estudo à religião.

Na sociedade capitalista, o estudo descobriu a chave para se libertar de todas as suas antigas correntes (teológicas, filosóficas, tradições, políticas) para poder livremente aprisionar-se ao desenvolvimento do capital. Ao longo da história do capitalismo, a escola e a universidade constituíram-se como lugares próprios, como especificidades (diferente de outras esferas da vida social como religião, lazer, política, trabalho, etc.), cujos interesses próprios, dentre eles o fundamental é o saber, é que justificam a sua existência.

Na sociedade moderna, o estudo geralmente é mediado por instituições, especialmente a escola, mas também instituições financiadoras, sociedades de acadêmicos, grupos profissionais. O estudo desenvolve-se em instituições e organizações burocráticas, assimilando os indivíduos às suas normas de funcionamento. E o princípio básico da organização da instituição escolar em todas as sociedades, a divisão entre professor e alunos, é plenamente desenvolvido sob a alienação capitalista. Nesta sociedade surge o estudo alienado como atividade intelectual que visa à aquisição do saber, porém, como estamos apontando, a busca pelo construto conhecimento inexistente<sup>6</sup>: o que existe é o constringimento

---

<sup>6</sup> O termo conhecimento é por nós rechaçado por se basear na separação entre “sujeito” e “objeto” do conhecimento. O conhecimento é um construto, um falso conceito, que deforma a realidade ao invés de expressá-la. Nas abordagens das ciências humanas, o conhecimento é tido como um produto que pode ser

pelo acúmulo de saberes especializados, necessários à reprodução das relações sociais capitalistas. É isso que está por detrás da ideologia do conhecimento, que separa o sujeito e o objeto do conhecimento, promovendo a inversão da unidade concreta e real entre ser e consciência (MARX & ENGELS, 2007). A busca pelo saber marca a realização de uma potencialidade humana, expressando a luta contra a desumanização e fragmentação do ser humano promovida pela divisão capitalista do trabalho intelectual, na linha do que Marx chamou de idiotismo da especialização, referindo-se à expansão e complexificação da divisão do trabalho.

O estudo alienado é derivação do trabalho alienado que funda a sociedade capitalista e, por sua vez, o estudo alienado reforça a formação do trabalhador alienado do futuro. O que é então a alienação do estudo? É uma relação social, na qual o estudo não pertence ao estudante e é controlado por outro e, por consequência, seus resultados só imediatamente podem lhe satisfazer, pelo fato de que a atividade intelectual alienada, o estudo (produção e reprodução de ideias, conhecimentos, práticas, representações, etc.) deve pertencer à instituição ou retornar à sociedade sob a forma de serviço ou produto a ser vendido no mercado. O conjunto da atividade não satisfaz o estudante, justamente por ser controlada e porque nela o estudante não se reconhece. O desenvolvimento das capacidades espirituais do indivíduo é direcionado, tolhido, mutilado, especializado e, por isso, limitado. Ao invés de desenvolver-se como ser humano, o indivíduo se apequena diante do controle dos estudos e demais formalidades que lhe acompanham. A alienação do estudo é acompanhada de diversas consequências:

\* Enquadramento: imposição de linguagem, de comportamento, de pensamento, uniformizando o modo de estudar, ou seja, cria a ideia do “estudante-padrão”, o estudante modelo, aquele que se assemelha o máximo possível com os professores;

---

acumulado pelo “sujeito que conhece” em suas relações com um ou mais “objetos”. Tal procedimento não parte das relações sociais concretas e se fundamenta na separação entre ser e consciência. O saber especializado (no caso do trabalho intelectual) é o conjunto de ideias, representações e formas de pensamento complexo necessários para a reprodução de um trabalho intelectual especializado. Todo este processo é produto do aumento e complexificação da divisão capitalista do trabalho intelectual e, por conseguinte, das relações de produção capitalistas. A separação entre sujeito e objeto do conhecimento é produto das disputas no interior da esfera científica via ação da intelectualidade, isto é, dos especialistas na produção e reprodução de ideologias. Por outro lado, o saber autêntico aqui entendido só pode ser a expressão de ideias, representações e formas de pensamento complexo que partem da perspectiva do proletariado. A luta contra o saber especializado gera a busca pelo saber autêntico. O saber autêntico está vinculado à luta cultural pela autoemancipação humana e é produto dos intelectuais engajados. Estes últimos, por ter compromisso com a verdade e não possuir vínculos e interesses na reprodução da sociedade capitalista, efetiva a crítica das produções intelectuais burguesas, contribuindo assim com o desenvolvimento da consciência humana e para a luta pela transformação social.

\* Cronograma de leituras pré-estabelecido e impositivo: O pensamento hegemônico dentro de cada campo do saber, dentro de cada profissão é imposto aos estudantes, que sem condições de propor alternativas (devido à sua formação no interior da sociedade burguesa, a hegemonia do pensamento burguês, a pouca formação individual, dentre outros motivos) acabam por submeter-se ao processo de enquadramento;

\* Pouco ou nenhum nível de reflexão: uma vez que o estudo alienado se expressa na aquisição e reprodução de saberes indispensáveis à manutenção da sociedade capitalista, qualquer questionamento realmente crítico, que vá à raiz dos problemas e além dos limites estabelecidos pelo capitalismo tende a ser mal visto e rejeitado, tanto pelos estudantes quanto pelos intelectuais (professores);

\* Submissão do estudante: aceitação de recompensas (bolsas, auxílios, etc.) e promessas de estudo e condições de trabalho menos precárias (melhores empregos, salários mais altos, cargos, etc.);

\* Estimula o “entesouramento” do saber: o “conhecer por conhecer”, a acumulação em si de conhecimento, o que no fundo é um conhecimento com maior quantidade de informações sobre poucas ou somente uma coisa. Aqui se revela a função ideológica por detrás do signo conhecimento, o qual, assim como o capital, poderia ser acumulado; neste sentido, ressurgem a famosa questão: para quem serve a ideologia burguesa do ‘acúmulo de conhecimento’?;

\* Quantificação do saber: provas, exames, testes, bancas, etc.;

\* Objetificação: produz resultados materiais compatíveis com a expectativa de sucesso e competição: concursos, processos seletivos, relatórios, prêmios, citações, trabalho privilegiado e quando finalizada a formação do estudante, o profissional responsável pela “aplicação do conhecimento”, produzindo serviços e novos produtos;

As determinações do estudo alienado atingem desde as crianças com preparação para a rotina do trabalho (técnicas simples, rotina, disciplina, etc.) até os jovens e adultos no âmbito universitário e suas promessas de melhor posição na divisão do trabalho. Por consequência, o “conhecimento” que se adquire ao longo do estudo alienado é o mesmo da razão instrumental e funcional à dinâmica da produção capitalista. Desta forma, o estudo alienado contribui para a produção, reprodução e sociabilidade nesta sociedade.

Sob essas condições, o estudante alienado foge do estudo alienado como o trabalhador foge do trabalho forçado e alienado. Ainda que o estudante possa “fugir mais”,

por não ser daí que provêm seus meios de sobrevivência e porque muitos vivem do trabalho alheio (família), então podem ser mais rebeldes, tanto em relação aos estudos, quanto ao resto das responsabilidades civis impostas aos adultos. A grande questão é que a atividade de estudo não é controlada pelo aluno, bem como os seus resultados ficam sob o controle do professor, do orientador, do departamento, das instituições de fomento à pesquisa, dos eventos acadêmicos. Tal dinâmica se encerra com a inserção do estudante no processo de divisão social do trabalho, na instância do conjunto das relações de produção e/ou reprodução capitalista.

E na sua situação alienada, o estudante é apequenado diante do estudo alienado, situação que é acompanhada pela competição que se dilui nas relações dentro dos muros das escolas e universidades. Por muitas vezes o estudante se sente feliz no seu mundo submisso, já que ele respira o ar intelectual e acadêmico. Por isso uma parcela dos estudantes reproduz o intelectualismo e academicismo, que são a valorização do estudo alienado e dos saberes essenciais à reprodução da sociedade capitalista. Assim, alguns estudantes se sentem felizes na sua submissão.

O processo de mercantilização do ensino, na forma de mercancia<sup>7</sup>, é o desdobramento necessário do estudo alienado, e é responsável pela intensificação da competição entre os estudantes. O saber específico que o estudante aprende e o professor transmite é engolido pela dinâmica de obtenção de lucro, daí que o acúmulo de “tempo de estudo” é mais ou menos correspondido à alta remuneração, posições privilegiadas. O intelectualismo e o academicismo são posições extremadas de autovalorização da atividade específica do grupo, e funciona tanto para a obtenção de status social quanto de benefícios materiais decorrentes de uma posição privilegiada no interior da sociedade.

Os efeitos na consciência do estudante são diversos. Primeiramente, parece que o saber e os seus resultados materiais têm vida própria: assim, os estudantes curvam-se diante de ideologias, “tecnologias”, posições privilegiadas e benefícios materiais, tidos como seres com vida própria, e que o estudante não reconhece na atividade de estudo como atividade produtora desses seres autônomos. Em segundo lugar, os estudantes introjetam as ideias do

---

<sup>7</sup> Mercancia é o conceito esboçado e utilizado por Nildo Viana para analisar a consumação de serviços que geram lucro no capitalismo, mas não são bens materiais, mercadorias, no sentido da produção capitalista de valor, sendo que as mercancias são consumadas no âmbito das relações de distribuição e relações de reprodução burguesas. Para a explicação detalhada deste conceito ver o capítulo A Mercancia, no livro A Mercantilização das relações sociais, de Nildo Viana.

saber escolar, reproduzindo-as: estes são guiados, dirigidos pelos seus conhecimentos. Assim, ao invés de lhes utilizarem como instrumentos de transformação, o estudo e as ideias são adorados, se tornam instrumentos de reprodução e incorporação à sociedade.

É motivada por esta situação alienada que em 1968 os estudantes parisienses escreveram nos muros: “Os estudantes são crápulas”. Os estudantes também são parte do problema, principalmente a maioria conformista e conservadora, bem como os progressistas. A condição estudantil é marcada por ambiguidades, pois ela reproduz as condições da sociedade capitalista, notadamente, a condição do trabalho alienado, em sua expressão como estudo alienado.

Em resumo, o estudo é alienado porque não é controlado pelo estudante, ele não define o que vai estudar, como estudar, etc., e é controlado através de horários, sistema de exames, presença, etc. Logo, ele não controla o resultado de sua atividade, que não é mercadoria, mas ideias, que são colocadas nas provas – a partir do ensino do professor, tema e conteúdo ministrado e decidido pelo professor, para agradar o professor, etc. Embora no caso dos estudantes há menos controle e dependendo do contexto (universidade, professor, conjuntura, etc.) pode haver maior ou menor liberdade, ou quando há convergência entre professor/estudante – em casos individuais, pois numa turma ou sala de aula a heterogeneidade de estudantes impede isso na totalidade. E dada as condições atuais, a libertação do estudante somente pode ocorrer com a libertação da sociedade do trabalho alienado. Apesar da sua inserção nas relações sociais capitalistas, cresce a parcela dos estudantes que identifica o objetivo de transformação revolucionária dos trabalhadores como também sendo seu objetivo. No novo ciclo de radicalização das lutas sua participação deverá ser estratégica e defendendo os interesses das classes trabalhadoras.

### **Considerações finais**

Alienação é a relação social de controle e perda; quem é controlado é dominado, e quem perde algo foi explorado. A alienação é generalizada devido à expansão da mercantilização, pois quem perdeu o produto do seu trabalho só readquire os meios de vida por meio da compra. E por outro lado, é generalizada porque há a necessidade de dominação e de controle. Devido à mercantilização das relações sociais e especialização dos mecanismos de controle, a alienação como relação social de controle e de perda é generalizada para o conjunto da sociedade. Com isso, atinge a condição estudantil, gerando

a alienação estudantil, bem como fornece as condições de possibilidade para diversas formas de luta contra esta relação social.

### **Referências bibliográficas**

MARX, Karl. *O Capital*. Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIANA, Nildo. A alienação como relação social. In: *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá*, v. 1, n. 2, p. 23-42 – jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferenças. In: *Revista Espaço Livre*, Vol. 11, nº 22, jul./dez., 2016, pp. 23-42.

\_\_\_\_\_. *A Mercantilização das Relações Sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Ar, 2016.

# Concepção de Utopia em Bloch e a Crítica Revolucionária

Renan Mosege Araújo Lima \*

## Introdução

Este texto tem como finalidade apresentar uma leitura sobre a Concepção de Utopia em Ernst Bloch e relacioná-lo com a crítica revolucionária. Se trata da conclusão de uma pesquisa de Iniciação Científica onde, a partir do Método Dialético em Marx (2001, 2002, 2003, 2007), foi possível realizar um levantamento bibliográfico de autores que trabalham com o conceito de utopia e com a concepção revolucionária, o que quer dizer que a pesquisa do ponto de vista do proletariado e da luta revolucionária.

O texto foi dividido em três partes: na primeira foi abordada *a Utopia e a Crítica Revolucionária*, apresentamos uma leitura de autores que trabalham o conceito de utopia, antes de apresentar a concepção de Ernst Bloch, tais como: More (1994), Coelho (1993) e Albanoz (1958).

Na segunda parte, intitulado *Concepção de Utopia em Ernst Bloch*, apresento a sistematização da leitura dos três volumes de sua obra *O Princípio Esperança*, sendo que a fundamentação teórica está presente no volume I, onde será analisado o conceito de utopia em Ernst Bloch.

Na terceira parte, *A Utopia e a Crítica Revolucionária em Bloch*, parte fundamental desta pesquisa, é onde apresento a relação do conceito de utopia em Bloch e sua relação com a crítica revolucionária. Por fim, nas *Considerações Finais*, tem-se uma breve discussão sobre a importância do conceito de utopia e a crítica revolucionária.

## Sobre a Utopia e a Crítica Revolucionária

Para o ter uma noção sobre os conceitos que estão sendo trabalhados nesta pesquisa, se optou por fazer um levantamento de breves definições sobre utopia e crítica revolucionária, apresentando primeiro a definição em dicionários e depois para alguns autores. Como já foi mencionado acima, primeiramente estarei abordando o conceito de Utopia, e em seguida a concepção de crítica revolucionária.

---

\* Graduado em Licenciatura Plena em História e Especialista em Ensino de História pela Universidade Estadual de Goiás e mestrando em sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

Sobre a utopia, Abbagnano (1998) faz uma síntese de definições do significado de Utopia por Thomas More; Platão; Comte; Marx e Engels e Marcuse; mas, de forma geral, utopia,

[...] representa a correção ou a integração ideal de uma situação política, social ou religiosa existente. Como muitas vezes aconteceu, essa correlação pode ficar no estágio de simples aspiração ou sonho genérico, resolvendo-se numa espécie de evasão da realidade vivida. Mas também pode tornar-se força de transformação da realidade, assumindo corpo e consistência suficientes para transformar-se em autêntica vontade inovadora e encontrar os meios da inovação, (ABBAGNANO, 1998, p. 987)

E complementa referindo-se ao primeiro significado, como uma integração social e/ou política que “[...] está ligada à chamada “teoria crítica da sociedade”, desenvolvida por Horkeimer, Adorno e Marcuse (especialmente este último), que se concentra sobretudo na crítica arrasadora da sociedade contemporânea”, (ABBAGNANO, 1998, p. 987). Nesta última citação, percebe-se que já faz uma certa ligação entre a questão da utopia com a crítica, próximo com o que Viana (2013) apresenta em seu texto, que será debatido a posteriori.

Boudon e Bourricaud (2001) apresentam no *Dicionário Crítico de Sociologia*, uma definição, de certo ponto, similar a esta. Sendo assim, ele define como “um gênero literário, uma espécie de ficção política, quanto a tentativa, frequentemente coercitiva e as vezes brutal, de realizar uma forma de organização social em que se presume materializar-se um Ideal considerado absolutamente bom” (BOURDON & BOURRICARD, 2001, p. 593). Posteriormente, se tem uma discussão sobre os tipos de utopia que se encontra em alguns autores que trabalham com este conceito, porém, não carece de tanto aprofundamento.

Coelho (1993), por exemplo, apresenta a utopia como,

Um traço que deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido pela própria franqueza ou pela realidade tremenda, é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar-se *esperança*; [...] Essa força talvez pudesse ser chamada, também, de força do sonho. Mas também seria um nome inadequado: acima de tudo, porque não somos nós que temos um sonho e, sim, o sonho que nos tem [...] Estaríamos mais perto do nome adequado a essa força de contradição se pensássemos na imaginação, essa capacidade de superar os limites frequentemente medíocres da realidade e penetrar no mundo do possível. [...] Essa imaginação exigente tem um nome: é a imaginação utópica, ponto de contato entre a vida e o sonho, sem o qual o sonho é uma droga narcotizante como qualquer outra qualquer e a vida, uma sequência de banalidades insípidas. É ela que, até hoje pelo menos, sempre esteve presente nas sociedades humanas, apresentando-se

como o elemento de impulso das invenções, das descobertas, mas, também, das revoluções (COELHO, 1993, p. 7 -9).

Utopia para esse autor, é vista como uma liberdade, a linha tênue entre o sonho e a realidade, apresentada como uma sequência de banalidades ou mesmo de nada. Para nós, esta não é ainda a definição fundamental para o que seria a utopia na perspectiva da crítica revolucionária. Menos ainda teremos essa clareza/entendimento, se partirmos da concepção de utopia para More (1994). Em sua obra *A Utopia*, é apresentado como uma ilha, a ilha da utopia, onde tudo, todo o conjunto desta ilha é a sua explicação para este conceito. Para compreendê-lo precisamos analisar a obra na sua totalidade.

Os utopianos dividem o intervalo de um dia e de uma noite em vinte e quatro horas iguais. Seis horas são empregadas nos trabalhos materiais. Eis sua distribuição. Três horas de trabalho antes do meio-dia, depois almoçam. Depois do meio-dia, duas horas de repouso, três de trabalho, em seguida jantam. Contam uma hora onde contamos meio-dia, deitam-se às nove e reservam nove horas para o sono (MORE, 1994, p. 72)

Esse pensamento é impossível de se realizar, algo utópico, fantasia, a ilha da utopia é então, a ilha da imaginação de More. Se percebe que nessa ilha tudo funciona, tudo pode acontecer, de forma organizada e sem nenhuma objeção; isso é impossível de ser realizado, por isso toda a obra, tudo o que tem nela, é a sua concepção de utopia; a estrutura da cidade, a economia ou a política trata-se de um projeto, um plano inalcançável ou inatingível. Pensar a utopia carece de uma análise e muito mais profunda, que é o que será apresentado adiante tendo como referência Ernst Bloch (2005, 2006, 2005-6).

Não se apresenta neste trabalho vários autores que debatem a respeito da crítica revolucionária, sendo que focaremos somente na obra *Quadrinhos e Crítica Social – o universo ficcional de Ferdinando* de Nildo Viana (2013). Porquanto, na própria obra, Viana apresenta um debate entre alguns autores que estaremos apresentando a seguir.

Existem diversas definições para o que se entende por “crítica”, semelhante às várias definições sobre utopia, porquanto, diferente da discussão anterior, iremos apresentar somente a definição de Viana (2013). Segundo o autor,

[...] em Marx se encontra a melhor concepção de crítica e por isso a tomaremos como ponto de partida. Não se trata de buscar reconstituir a gênese deste conceito em Marx, tal como alguns fizeram (Assom Raulet, 1981) e sim apresentar sinteticamente o seu significado. Para Marx, a crítica não é um objetivo em si mesmo, ela é o pressuposto de algo, não é o fim, mas um meio. (VIANA, 2013, p. 82)

Sendo assim, para compreender a finalidade da crítica, precisamos compreender a sua estrutura e seu fundamento (VIANA, 2013). Desta maneira,

[...] a crítica é um projeto de superação das ideologias e ilusões da realidade social que as produz cujo objetivo é expressar a perspectiva do proletariado e contribuir com a transformação social (Marx, 1978). A crítica, então, nasce como um projeto de superação visando a transformação social, cujo objetivo é simultaneamente a realidade social existente e suas manifestações intelectuais ilusórias, expressando a classe revolucionária de nossa época, o proletariado (VIANA, 2013, p. 82)

Por conseguinte, a crítica que utilizamos parte da luta revolucionária, a luta concreta do proletariado contra a burguesia, tendo como objetivo final o fim da divisão social de classes e, conseqüentemente, o fim do capitalismo e o objetivo de instituição de uma sociedade autogestionária.

Desta maneira a concepção de crítica aqui apresentada parte da ideia de uma crítica radical, onde tem como base o marxismo, ou seja, uma teoria que apresenta a crítica à sociedade capitalista, que rompe com ela e vincula a um projeto de transformação social radical cujo agente concreto é o proletariado (VIANA, 2013, p. 83). E, a segunda, temos uma crítica que não se baseia na totalidade da sociedade, portanto, é uma crítica moralista ou fragmentaria (VIANA, 2013, p. 84).

### **Concepção de Utopia em Ernst Bloch**

Nascido em 1885 em Ludwighasfen, junto ao Reno, e falecendo em 1977 em Tubinga – Alemanha, Bloch foi um estudante de filosofia, filologia, música e física em Minique e Würzburg (ALBONNOZ, 1985, p. 13). Dentre dos vários trabalhos traduzidos do alemão para o português, se destaca os três volumes de *O Princípio Esperança*, obra densa e repleta de informações e reflexões, onde se destaca, principalmente, "o conceito de princípio utópico, no bom sentido, a rigor torna-se aqui ainda mais central, qual seja: o da esperança e de seus conteúdos ligados à dignidade humana" (BLOCH, 2005, p. 17).

Como bem apresentou Bloch, falar de utopia é pensar em esperança, e, este conceito é fundamental para a humanidade. Podemos, com base em Bloch, afirmar que

A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas. É por isso que até mesmo a fraude, para ser eficaz, tem de trabalhar com esperança lisonjeira e perversamente estimulada (BLOCH, 2005, p. 15)

E complementa que "o que é desejado utopicamente guia todos os movimentos libertários, e todos os cristãos o conhecem a seu modo, com a consciência adormecida ou manifestando comoção, a partir dos trechos bíblicos messiânicos ou do êxodo" (BLOCH, 2005, p. 18). Podemos compreender a utopia como a força de luta em busca de algo novo, algo que fará com que o meio atual seja eliminado e substituído por algo melhor, sendo que no caso da luta revolucionária, que irá acabar com a divisão social de classes, conceberá uma liberdade social, política e econômica dos trabalhadores.

Na sociedade em que vivemos, no modo de produção capitalista, onde tudo é mediado pelo lucro e, principalmente, prevalece os objetivos burgueses que buscam explorar a classe trabalhadora, se pode pensar que,

A própria vida foi protegida e cercada, bem no alto, por ameias que, no entanto, podiam ser galgadas a qualquer momento para lançar o olhar ao longe. Esta conexão entre o espaço estreito e a bela terra estrangeira não desaparece nem depois disso. O que vale dizer que, desde esse tempo, a terra ideal é uma ilha (BLOCH, 2005, p. 31)

Essa ilha, se lembrando de More (1994), seria o lugar 'perfeito' para onde se apresentará o ser que deseja realizar seus sonhos, onde estará com sua perspectiva de vida relacionada ao lucro. Com desprezo, conforme Bloch, entendemos todos esses planos como utópico (BLOCH, 2005, p. 41). Essa vida, onde os sonhos podem ser realizados, de encontro da felicidade, enquanto estiver numa sociedade capitalista, estará associada ao acúmulo de riquezas e mercadorias.

A partir da leitura de Bloch, foi possível perceber dois significados sobre o conceito de utopia,

O ponto central entre sonho e vida, sem o qual o sonho produz apenas utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade, apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível-real [...] Com isso, aqui teria lugar o conceito de *utópico-concreto*, apenas aparentemente paradoxal, ou seja, um antecipatório que não se confunde com o sonhar utópico-abstrato, nem é direcionado pela imaturidade de um socialismo meramente utópico-abstrato (BLOCH, 2005, p. 145)

Desta forma podemos pensar em dois tipos distintos de utopia, a utopia concreta e a utopia abstrata, e o autor complementa sobre a distinção dela que,

O que distingue a fantasia da função utópica da mera fantasia quimérica é o fato de apenas a primeira ter a seu favor um ainda-não-ser do tipo que pode ser esperado, isto é, que ainda não gira nem se perde em torno de uma possibilidade vazia, mas antecipa psiquicamente um possível real (BLOCH, 2005, p. 144)

Ou seja, existe uma utopia que está baseada na fantasia, em algo que não acontecerá, como a ilha de More, um lugar que para existir basta deitar e dormir; um sonho pelo qual não existe a possibilidade de acontecer, denominada por ele de utopia abstrata. Bloch apresenta que temos dois tipos de sonhos: os diurnos e os noturnos. Utilizando Costa (2009), ela apresenta que,

Bloch destaca uma diferença fundamental entre sonhos diurno e sonhos noturnos: o sonho noturno é a realização secreta de desejos antigos e circula no campo do reprimido e esquecido, já os sonhos diurnos são antecipadores do realmente possível (COSTA, 2009, p. 3).

Identificando isso, se pode compreender que a utopia abstrata é relacionada com o sonho noturno, algo que não tem a possibilidade de acontecer e que fica somente reprimido, algo que não teria forma de existência, semelhante a ilha da utopia de More. O autor ainda afirma que dentre todos os seres, somente o ser humano consegue velejar em sonhos sem base na realidade concreta, sendo que somente o ser humano, que, embora muito mais desperto, entra em efervescência utópica (BLOCH, 2005, p. 194).

Finalizando a questão da utopia abstrata, ele apresenta que "a vida psíquica sempre está enquadrada simultaneamente pelo noturno e pelo matinal. O sonho noturno se move dentro do esquecido, reprimido, enquanto o sonho diurno se move naquilo que de fato nunca havia sido experimentado como presente (BLOCH, 2005, p. 116).

Pensando o sonho diurno, podemos entendê-lo como um antecipador do que está sendo planejado para vir-a-ser; uma grande possibilidade de vir a ser realizada e concebida mediante a uma luta. Bloch sintetiza que,

A utopia é, na sua forma concreta, a vontade testada rumo ao ser do tudo; nela atua, portanto, o *páthos* do ser, que anteriormente esteve voltado para uma ordem do mundo, até uma ordem do supramundo, bem-sucedida, supostamente fundada já de modo bem-acabado (BLOCH, 2005, p. 307)

A utopia concreta está inteiramente relacionada com,

[...] os valores da felicidade baseada no conforto deslocam-se para as perspectivas do sonho dial revolucionário, já porque a felicidade não decorre mais da infelicidade do outro nem se mede por ela [...] Em lugar da liberdade para comprar, brilha a liberdade resultante do comprar; no lugar da imaginada alegria de vigarista na guerra econômica, a imaginada vitória na luta de classes proletária. E, ainda acima desta, resplandecem a paz distante, a oportunidade distante de ser solidário com todos os seres humanos, ser amigável com todos, ocasião que constitui o alvo distante da luta (BLOCH, 2005, p. 42)

Somente a utopia concreta, conforme apresenta o autor, tem a possibilidade de romper com o atual modo de produção capitalista. Se pode perceber que o autor parte de uma base crítica revolucionária, tendo como fio condutor o materialismo histórico dialético de Marx; bem como de que ele aponta para o socialismo, conforme aponta Albornoz (2015), "foi o socialismo, a luta de emancipação socialista pela afirmação de novos direitos das classes trabalhadoras e a conquista de novas condições humanas de igualdade, dignidade e felicidade (ALBORNOZ, 2015, p. 23).

### **A Utopia e Crítica Revolucionária em Bloch**

Compreendido o significado de utopia na concepção de Bloch e sobre a crítica revolucionária, estaremos apresentando qual, e se existe, a relação entre ambos. Vamos discutir se a concepção de Bloch pode ser entendida como uma perspectiva crítica assim como previsto pelo Método-dialético de Marx.

Bem se entendeu na parte anterior que existe dois tipos de utopia: a utopia abstrata e a utopia concreta, onde a primeira está relacionada a um sonho reprimido que não tende a ser realizado, e a segunda com o planejamento de algo que virá-à-ser, porquanto, terá que ter como fundamento uma teoria socialista, pois se levará a algo melhor que se busca de forma revolucionária.

Citando Viana (2013), onde o autor apresenta que,

A crítica, então, nasce como um projeto de superação visando a transformação social, cujo objeto é simultaneamente a realidade social existente e suas manifestações intelectuais ilusórias, expressando a classe revolucionária de nossa época, o proletariado (VIANA, 2013, p. 82)

Fica entendido que ela rompe com o abstrato da realidade social, conforme Bloch insinua ao falar sobre a utopia concreta, pensando em uma forma de organização social que rompe com a divisão de classes. Sendo que não pode ser qualquer crítica, deve ser algo fundamentada radicalmente em uma perspectiva revolucionária. Desta forma, Viana deixa claro de que a crítica

[...] inspirada no marxismo, ou seja, numa teoria da sociedade capitalista e vinculada a um projeto de transformação social racial cujo agente concreto é o proletariado [...] essa crítica também pode ser realizada a partir de uma concepção anarquista, quando embasada numa concepção de lutas de classes, ou seja, não individualista (VIANA, 2013, p. 83).

Com isso em mente, o método-dialético como referência e a luta revolucionária como ação, ficou-se claro quem é o agente concreto que Bloch apresenta em sua obra,

[...] todas as turvações e todos os desvios ocorridos pelo caminho só podem ser realmente criticados e até removidos de dentro do marxismo; pois é ele o único herdeiro daquilo que, na antiga burguesia revolucionária, era intencionado em termos de humanidade. E através do conhecimento de que a sociedade de classes, em grau extremo a capitalista, provoca todo tipo de auto-alienação, ele foi o único que avançou até sua raiz eliminável (BLOCH, 2005-6, p. 444)

Pensar no marxismo como um fio condutor para a crítica, estamos vendo a realidade social concreta, sem nenhuma intervenção abstrata ou fictícia que a possa deturpar, e dessa maneira fazer a crítica dos valores, das crenças, da divisão de classe. A partir dessa referência é que se pode compreender que a classe trabalhadora poderá romper com os grilhões que a prende.

### **Considerações finais**

Para concluir este trabalho, sintetiza-se a importância do debate sobre o conceito de utopia em Bloch e a sua relação com a crítica revolucionária. Além disso, destacamos a relevância da leitura de Bloch (2005, 2006, 2005-6) e de Viana (2013) para quem deseja compreender ambas as concepções, respectivamente sobre utopia e crítica revolucionária, ou mesmo ter uma base significativa para pesquisas mais profundas.

Lembrando primeiramente do método que dá a base para essa pesquisa, que é o materialismo-dialético de Marx, ele tem em sua própria essência analisar a realidade concreta, e nisso já faz uma alusão à utopia concreta, ao mesmo tempo que parte da realidade para a própria realidade, ou seja, não concebe em si uma referência abstrata.

Por seguinte, tanto Viana quanto Bloch são autores que utilizam este método como referência em seus trabalhos, que escrevem a partir de uma base que rompe com todas as amarras do capitalismo. É somente a partir disto que conseguem realizar uma verdade crítica radical. Ambos os autores apresentam como utopia concreta o fim do modo de produção capitalista e o surgimento de uma forma de organização social onde as pessoas, os trabalhadores, todos os seres humanos, possam desfrutar de uma total liberdade social, econômica e política. Totalmente distinto da falsa liberdade que dizem que a sociedade possui.

Por fim, se acredita que esse tipo de trabalho, essas pesquisas, representam um importante passo em relação a divulgação, sistematização e crítica da realidade. São

pequenos fragmentos como esse que oportunizam outras pessoas a terem acesso à uma leitura crítica e concreta da sociedade.

### Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martin Fontes, 1998.
- ALBORNOZ, Suzana. *Ernst Bloch e a Felicidade Prometida*. Revista Espaço Livre, V. 10, n. 19, jan. jun./2015
- \_\_\_\_\_. *Ética e Utopia: ensaio sobre Ernst Bloch*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.
- BOURDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 2001
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança Vol. I*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005
- \_\_\_\_\_. *O Princípio Esperança Vol. II*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006
- \_\_\_\_\_. *O Princípio Esperança Vol. III*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005-6
- COELHO, Teixeira. *O que é Utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COSTA, Maria de Fátima Tardin. *A Utopia na Perspectiva de Ernst Bloch*. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/526.%20%20a%20utopia%20na%20perspectiva%20de%20ernst%20bloch.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/526.%20%20a%20utopia%20na%20perspectiva%20de%20ernst%20bloch.pdf)>, acesso em 10 de maio de 2017.
- MARX, Karl. *Carta a Annenkov*. In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. Prefácio 1ª e 2ª edição de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital, volume I*. São Paulo: Nova Cultura, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.
- MARX, Karl e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORE, Thomas. *A Utopia*. Bauru-SP: EDIPRO, 1994.
- VIANA, Nildo. *Quadrinhos e Crítica Social: o universo ficcional de Ferdinando*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013.

## **Movimentos Sociais e Partidos Políticos**

Nildo Viana\*

Os movimentos sociais não podem ser compreendidos fora da totalidade da sociedade capitalista. A sua compreensão pressupõe compreender o seu processo de formação e suas relações e determinações. Os movimentos sociais possuem múltiplas relações na sociedade civil e uma das mais importantes, no sentido de lhe fornecer explicação, é a sua relação com os partidos políticos. Este é um tema pouco analisado numa perspectiva teórica. O nosso objetivo é abordar a relação entre partidos políticos e movimentos sociais e analisar um dos seus elementos fundamentais, que é o aparelhamento. A dinâmica do aparelhamento é algo a ser tematizado e que traz vários elementos para a compreensão da história dos movimentos sociais.

### **Partidos Políticos, Interesses e Movimentos Sociais**

A análise da relação de dois fenômenos sociais pressupõe uma compreensão de ambos em sua especificidade. Nesse sentido, discutir a relação entre partidos políticos e movimentos sociais pressupõe uma compreensão do significado desses fenômenos sociais. Os partidos políticos surgem no século 19 e os movimentos sociais começam a se esboçar no final desse século. Ambos são fenômenos que nascem com a sociedade moderna.

Os partidos políticos receberam inúmeras abordagens e pesquisas. Diversos autores, no âmbito das ciências humanas, tal como a sociologia, ciência política, história, entre outras, abordaram os partidos ou determinadas organizações partidárias (MICHELS, 1981; DUVERGER, 1982; VIANA, 2014; CERRONI, 1982; WEBER, 1993)<sup>1</sup>. O surgimento dos partidos políticos ocorreu na sociedade civil burguesa incipiente do século 19, tendo duas fontes básicas: os clubes formados principalmente por indivíduos da classe burguesa e as associações operárias. A origem dos partidos conservadores (conservantistas, republicanos, liberais, etc.) se encontra na primeira forma organizativa acima citada e a dos

---

\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>1</sup> Além dos pesquisadores, ativistas e integrantes de partidos também fizeram reflexões sobre tais organizações, mas, no entanto, sob uma perspectiva normativa sobre qual é a forma ideal de partido (LÊNIN, 1975; LÊNIN, 1978; GRAMSCI, 1988; STÁLIN, 1982).

partidos social-democratas se encontra na segunda forma. A partir da organização da democracia representativa, que emerge com a transição do regime de acumulação extensivo para o regime de acumulação intensivo, ou seja, a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo oligopolista, temos a emergência dos partidos políticos e sua formalização/burocratização<sup>2</sup>.

Os partidos políticos realizam, aparentemente, a função mediadora entre sociedade civil e Estado, via representação política. Esse processo é, por sua vez, organizado pelo aparato estatal via criação dos processos legislativos, eleitorais, parlamentos, etc. Os partidos políticos são constrangidos, tanto pelo aparato estatal quanto por seus próprios interesses, a criarem uma máquina organizativa, burocrática. A formação dos partidos políticos significa, simultaneamente, a burocratização das formas organizativas anteriores, que é acompanhada também por sua mercantilização. É por isso que tanto os partidos conservadores quanto os progressistas se tornam organizações burocráticas, apesar das diferenças entre ambos.

O caráter burocrático dos partidos conservadores não traz nenhuma estranheza, mas isso ocorre no caso dos partidos progressistas. No fundo, a questão é que a força da burocracia é diferente em ambos os casos. Os partidos conservadores são organizações burocráticas, mas trata-se de uma burocracia moderada e inteiramente subordinada à burguesia. No caso dos partidos progressistas, especialmente os que se denominam “social-democratas”, “comunistas”, “socialistas”, “operários”, dos “trabalhadores”, trata-se de uma burocracia relativamente autonomizada e que busca maior autonomização. A burocratização é o objetivo fundamental dos partidos progressistas e é um objetivo secundário nos partidos conservadores.

Isso remete ao problema da classe burocrática. A burocracia é uma classe social (VIANA, 2018; VIANA, 2015a) e possui diversas frações e divisões internas. A burocracia tem o controle como atividade fixa derivada de sua posição na divisão social do trabalho (VIANA, 2018; VIANA, 2015a). Nós podemos dividir a burocracia por suas frações: burocracia estatal, burocracia empresarial, burocracia universitária, burocracia eclesiástica, burocracia partidária, burocracia sindical, etc. E podemos realizar subdivisões: a burocracia estatal é dividida em uma burocracia estatutária (que é permanente, pois seu meio de acesso é concurso público) e uma burocracia governamental (cujo meio de acesso é via eleições ou nomeação). Essa divisão, no entanto, não esgota a complexidade, pois existem outras

---

<sup>2</sup> Sobre regimes de acumulação cf. Viana (2009), Orio (2014), Viana (2015), Braga (2018).

divisões. Dentre elas destacaríamos apenas dois exemplos: a divisão entre os estratos de renda e a que ocorre na posição de poder dentro de determinada organização burocrática. Por estratos de renda, que é meramente quantitativa e delimitada apenas no âmbito salarial, temos a alta burocracia, a média burocracia e a baixa burocracia. No plano da posição de poder no interior de uma organização burocrática, podemos observar a existência de uma burocracia superior e inferior (que podem ter divisões e subdivisões, por sua vez).

Aqui nos interessa uma fração específica da burocracia, a partidária. Os partidos políticos são organizações burocráticas criadas no capitalismo e cuja função é controlar a participação individual no processo eleitoral e democracia representativa e, uma vez existindo, passa a gerar uma nova fração da classe burocrática, cujo interesse fundamental é sua reprodução ampliada e a conquista do poder estatal. Assim, a burocracia partidária efetiva um processo de controle dentro dos partidos políticos. No caso dos partidos conservadores (direita), o que predomina é geralmente a alta burocracia, mais estruturalmente subordinada à burguesia, tanto no interior do partido quanto no conjunto da sociedade. Nos partidos progressistas (esquerda), há o predomínio da média ou baixa burocracia (a baixa burocracia é mais forte nos progressistas extremistas, como no caso dos partidos bolchevistas e a média burocracia tende a ser mais forte nos progressistas moderados, como ocorre nos partidos social-democratas). A burocracia partidária é mais forte e com maior capacidade dirigente nos partidos progressistas, pois a ausência relativa da burguesia e sua maior autonomia possibilitam isso.

Quais são os interesses dos partidos políticos? Os interesses dos partidos é o daqueles que o fazem existir, especialmente daqueles que tomam as decisões no seu interior: a burocracia. E o interesse da burocracia é burocratizar, ou seja, intensificar o controle (interno e externo) e aumentar quantitativamente a burocracia (interna e externa). Aqui já temos um elemento fundamental para entender a relação entre partidos e movimentos sociais. Mas antes de entrar nisso, precisamos discutir os movimentos sociais.

Os movimentos sociais, por sua vez, são movimentos de grupos sociais que geram mobilização a partir de determinada situação social que produz insatisfação social, senso de pertencimento e objetivos (VIANA, 2016). Sem dúvida, existem diversas outras definições de movimentos sociais, mas são, geralmente, muito amplas e em muitos casos geram confusão com diversos outros fenômenos sociais, como partidos, classes, manifestações, protestos, etc. (COSTA, 2016; VIANA, 2016) ou são apenas a generalização de um caso de

um movimento social (às vezes uma organização de um movimento social) e que não se sustenta na análise de outros casos. O movimento social é o conjunto das organizações, concepções, tendências, etc., que forma o todo que é o movimento. Assim, quando tratamos de movimento estudantil, estamos englobando todas as organizações estudantis (no caso brasileiro, União Nacional dos Estudantes, Uniões estaduais, diretórios centrais de estudantes, centros acadêmicos, associações de moradores de casa de estudantes, grêmios e diversos outros), concepções (ideologias, representações cotidianas, doutrinas, etc., que existem no interior das organizações ou nos meios estudantis), tendências (conservadores, progressistas, revolucionários).

Os movimentos sociais nascem a partir de outra lógica, distinta, da dos partidos políticos, mas com o processo crescente de mercantilização e burocratização, acaba se envolvendo na dinâmica da reprodução do capitalismo e se submetem à hegemonia burguesa. Os movimentos sociais geram, como uma de suas principais ramificações, as organizações mobilizadoras, que são tendencialmente mais atingidas pela mercantilização e burocratização. Essas organizações mobilizadoras são as que se aproximam mais dos partidos políticos, seja por iniciativa destes, seja por iniciativa das próprias organizações.

Nesse contexto, a relação entre partidos políticos e movimentos sociais é marcada, fundamentalmente, pelo aparelhamento. Porém, existem outras formas de relação entre ambos. Vamos abordar, rapidamente, estas outras formas para depois tratarmos do aparelhamento. Os partidos políticos, uma vez existindo, atuam sobre a sociedade civil sob várias formas: propaganda partidária (quando o partido é mais fortemente programático, também realiza propaganda ideológica, ou seja, da ideologia defendida por ele), busca de votos, busca de apoio ou trabalho em conjunto (por exemplo, apoio para manifestações e petições públicas), etc. Além disso, os diversos partidos políticos possuem integrantes que atuam individualmente na sociedade civil, alguns participando de movimentos sociais, manifestações, etc. Nesses casos, temos a atuação dos indivíduos através do proselitismo, mais ou menos intenso, de acordo com as características individuais de cada pessoa<sup>3</sup>.

Os movimentos sociais, por sua vez, especialmente as organizações mobilizadoras, efetivam uma ação de pressão sobre os partidos políticos, para que defendam suas

---

<sup>3</sup> No sentido comum do termo, o proselitismo é o empenho em tentar converter outros indivíduos para uma causa, doutrina, ideologia, partido ou religião. O proselitismo vai assumir forma distinta dependendo de qual causa, doutrina, partido, etc. se tentar conquistar adesão, beirando ao fanatismo ou usando uma forma agressiva ou insistente em certos casos.

reivindicações ou objetivos. Esse processo ocorre através de diversas iniciativas. Uma delas é quando ativistas de movimentos sociais buscam trazer as questões de seu movimento social (a partir de uma determinada posição no interior do movimento social, pois, como vimos, eles são bem variados internamente, especialmente os progressistas) para o partido, pois este tem um peso na sociedade civil (por menor que seja, dependendo de qual é) e pode, se for mais forte, ter influência na produção de leis e outros processos que pode beneficiar determinadas ramificações do movimento<sup>4</sup>. Assim, temos também um proselitismo dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos e a pressão exercida sobre eles, sob várias formas (propaganda, proselitismo, constrangimento, etc.). Existem casos nos quais algumas ramificações dos movimentos sociais se relacionam de forma diferente com os partidos, algumas adotando o apartidarismo e outras o antipartidarismo. O apartidarismo ocorre em ramificações dos movimentos sociais que não se posicionam e/ou não apoiam partidos ou simplesmente não aceitam posições partidárias no seu interior. A antipartidarismo expressa a posição de algumas ramificações que combatem os partidos políticos em geral, sendo geralmente as tendências revolucionárias no seu interior.

### **A Dinâmica do Aparelhamento Partidário dos Movimentos Sociais**

A forma principal de relacionamento entre partido e movimentos sociais é através do aparelhamento. Os partidos políticos progressistas (mais conhecidos como de “esquerda”) buscam transformar determinadas ramificações (organizações, setores, etc.) dos movimentos sociais em seus aparelhos. Um aparelho significa, no sentido comum do termo, um instrumento ou conjunto de peças organizadas para um determinado fim. Um aparelho partidário, por sua vez, significa um instrumento para reproduzir os objetivos do partido. Nesse sentido, os aparelhos dos partidos são órgãos auxiliares, em sua luta pelo poder político, seja pela via eleitoral ou insurrecional. Os setores dos movimentos sociais aparelhados se tornam “correias de transmissão”<sup>5</sup> dos partidos e acabam se submetendo ao papel de apoio eleitoral ou burocrático dos mesmos. Esse processo possui uma dinâmica marcada por um conjunto de procedimentos e mecanismos que apontam para entender a

---

<sup>4</sup> Esse beneficiamento pode ser para a organização ou para o objetivo do movimento ou organização, e, portanto, pode ser algo que realmente atinja o movimento social ou apenas interesses outros gerados a partir dele.

<sup>5</sup> Stálin (1982) já colocava esse processo ao colocar que as organizações da sociedade civil deveriam ser correias de transmissão do partido comunista.

prática partidária em relação aos movimentos sociais que, uma vez concretizada, expressa o aparelhamento de ramificações dos movimentos sociais pelos partidos políticos<sup>6</sup>.

Para entender melhor o processo de aparelhamento é preciso entender o que é aparelhado, as formas do aparelhamento, os seus mecanismos, a razão disso ocorrer e suas consequências. Um movimento social não pode ser aparelhado por um partido político em seu conjunto. O que pode ser aparelhado são ramificações do mesmo. Assim, o movimento de luta por moradia pode ter uma ou outra ramificação aparelhada por um ou outro partido, mas não o movimento inteiro, bem como o feminino, negro, estudantil ou qualquer outro movimento. As formas do aparelhamento são variadas. O aparelhamento pode ser parcial ou total, temporário ou permanente, entre outras possibilidades. O aparelhamento parcial é quando uma determinada ramificação (ou, mais especificamente, uma organização mobilizadora) é aparelhada pela força que o partido possui internamente, mas havendo forças dissidentes no seu interior. Se as lideranças são do partido político (ou simpatizantes influenciados diretamente por seus membros ou, ainda, aderentes não formais), mas existem dissidentes ou indiferentes ao partido no seu interior, então é um aparelhamento parcial. Esse é o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, aparelhado pelo PT – Partido dos Trabalhadores (IGLESIAS, 2015). O aparelhamento total é quando a direção da organização mobilizadora é aparelhada pelo partido, sendo que apenas integrantes do partido, simpatizantes, aderentes não formais e pessoas influenciáveis sem maior autonomia, são da direção da ramificação. Esse é o caso da UNE em alguns momentos históricos, que foi aparelhada pelo PCdoB – Partido Comunista do Brasil (TELES, 2018).

O aparelhamento temporário é aquele que ocorre quando é parcial, pois a correlação de forças internas pode determinar a sua passagem para aparelhamento de outro partido ou a cessação do aparelhamento. Esse é o caso dos DCEs – Diretórios Centrais dos Estudantes – de certas universidades, na qual concorrem várias chapas – cada uma representando um partido e algumas chamadas “independentes” ou anarquistas, autogestionárias,

---

<sup>6</sup> A análise aqui se fundamenta na observação relacional, o que é bem distinto do empiricismo. A observação relacional (VIANA, 2015) pode ser uma técnica de pesquisa auxiliar ou uma técnica principal. Aqui é a técnica principal. A observação relacional pode ser espontânea ou planejada. A espontânea é o conjunto de observações de um determinado pesquisador durante sua história de vida ou momentos específicos e a planejada é realizada com a intenção de unir material informativo sobre determinado fenômeno e com o uso do caderno de anotações e outros procedimentos complementares. Ambas são realizadas através da percepção do fenômeno pesquisado e sua relação com outros processos sociais e inserindo os acontecimentos na totalidade da sociedade. Aqui utilizamos a observação relacional espontânea, pois a maioria dos fenômenos aqui identificados foram observados pessoalmente ou via meios de comunicação ou documentos. A observação relacional foi reforçada por leituras e obras que tratam do assunto.

autonomistas, etc. – e se a chapa de um partido ganha, durante o mandato (temporariamente, portanto) se torna aparelho do partido, mas na eleição seguinte pode perder e ceder o aparelho a outro partido ou a nenhum (caso vença uma chapa apartidária ou antipartidária). O aparelhamento permanente ocorre quando a ramificação inteira é do partido político, ou seja, foi criada por ele e para ele. Esse é o caso do Núcleo Negro Socialista, criado por tendências internas do PT<sup>7</sup>.

Mais importante é compreender os mecanismos de aparelhamento. Os principais mecanismos de aparelhamento são: forjar lideranças (do partido) no interior das ramificações a serem aparelhadas, conquistar simpatizantes e aderentes informais, criar organizações mobilizadoras vinculadas a um movimento social, ganhar eleições e compor a direção de uma organização mobilizadora, e, por último, a infiltração.

Para forjar lideranças do partido no interior de determinadas ramificações é preciso usar velhos ativistas e tentar criar novos em determinado movimento social. No caso do movimento estudantil, por exemplo, os filiados do partido são incentivados a participar das organizações estudantis e tomar conta delas, mas nem todos têm a experiência e dedicação necessárias. Somente alguns conseguem efetivar isso. É nesse sentido que se torna necessário que os mais antigos busquem assumir a liderança e que busquem aumentar o número de filiados para que se tornem novas lideranças, bem como simpatizantes e aderentes informais. É nesse contexto que surge o que alguns denominam “estudantes profissionais”, ou seja, líderes experientes que não terminam seus cursos para continuar liderando. O PCdoB, por exemplo, desenvolveu essa prática em várias oportunidades, inclusive através de transferências de estudantes líderes antigos de uma universidade para outra, visando reforçar determinada disputa em lugares mais difíceis. Essas lideranças, uma vez que garantam a direção da organização, concretizam o seu aparelhamento. A conquista de simpatizantes e aderentes informais é um mecanismo geralmente auxiliar ao de forjar lideranças. Isso é realizado através de conversas para recrutamento para o partido, convite para compor chapas eleitorais, oferecimento de cargos, etc. Eles se tornam, assim, um reforço para as lideranças existentes e para o aparelhamento.

---

<sup>7</sup> No início, eram grupos trotskistas que depois formaram a Convergência Socialista que ficou como tendência dentro do PT por alguns anos, até ser expulsa e formar, junto com outras organizações, o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado (SANTOS, 2005). O Núcleo Negro Socialista, por sua vez, desembocou, com o desenvolvimento histórico, no MNU – Movimento Negro Unificado, já aparelhado por outro partido, mas a primeira organização era um aparelho permanente da Convergência Socialista.

Outro mecanismo de aparelhamento é ganhar eleições e/ou compor a direção de uma organização mobilizadora. No caso do movimento estudantil, é bastante comum a ideia de ganhar eleições (em todos os níveis, desde o grêmio estudantil de uma escola secundarista, passando por UEEs, CAs, DCEs, até chegar à UNE) em organizações mobilizadoras e assim garantir sua direção. No entanto, em alguns casos, não há exatamente um processo eleitoral, e sim processo de indicação ou acordo entre forças políticas, o que pode ser conquistado também pelo partido, dependendo da conjuntura.

A infiltração é outro modo de realizar o aparelhamento, mas num caso em que a organização mobilizadora já é aparelhada por outro partido ou é autônoma. Nesse caso, a estratégia é infiltrar ativistas para disputar o poder internamente. Se houver eleições, é possível lançar uma chapa oposicionista visando ganhar e realizar o aparelhamento.

A razão do aparelhamento é o interesse do partido político. Os partidos políticos, como organização burocrática, especialmente os progressistas, possuem a função de burocratizar, o que significa aumentar a quantidade de cargos e organizações burocráticas derivadas e aumentar o controle (interno e externo). No caso da burocracia partidária, isso ocorre ao lado do seu objetivo de conquista do aparato estatal e, para tanto, precisa se fortalecer na sociedade civil, conquistando apoios, eleitores, etc., e uma das formas de se conseguir isso é aparelhando ramificações dos movimentos sociais.

As consequências do aparelhamento de ramificações de movimentos sociais variam com o grau de domínio partidário no seu interior. O aparelhamento incide sobre as lideranças e o domínio sobre o conjunto da ramificação ou organização. Nos casos de um aparelhamento parcial ou total, isso significa a perda de autonomia desta ramificação. Esse é um domínio parcial. Essa perda de autonomia pode ser vista nos casos anteriormente citados, do MST e UNE. Nos casos de domínio total, o que ocorre é o abandono do caráter de ramificação de um movimento social, tornando-se organização burocrática a serviço do partido. No seu discurso pode até ainda afirmar que é uma ramificação de um movimento social, mas isso é uma farsa. Esse é o caso da Ação da Mulher Trabalhista, que é, no fundo, uma organização do PDT – Partido Democrático Trabalhista, que não tem nenhuma autonomia, sendo uma seção do partido e não uma ramificação aparelhada do movimento feminino.

No caso de domínio parcial, o partido que aparelha a ramificação também garante a hegemonia de suas concepções (doutrinas, ideologias, correntes de opinião, etc.) não só na

organização que se apossa, mas também através dela realiza sua difusão para outras ramificações. Ao lado da ação do partido no conjunto da sociedade civil e propaganda política e eleitoral via meios de comunicação, consegue, através das ramificações de alguns movimentos sociais, aumentar sua influência, inclusive pelo fato de parecer algo que brota dos próprios grupos sociais de base dos movimentos.

Uma outra consequência é a corrupção de indivíduos, bem como o uso de ramificações de movimentos sociais (e falando em nome do movimento social) como trampolim político por parte de indivíduos oportunistas. E basta ver o horário eleitoral gratuito e ouvir o discurso de candidatos que falam de grupo sociais ou movimento social do qual nunca tiveram proximidade com suas lutas, para perceber isso. Isso gera também um processo de formação de lideranças oportunistas e aprendizes de burocratas. O exemplo clássico aqui é novamente o movimento estudantil, que gera lideranças que posteriormente se tornam candidatos e burocratas partidários, sendo quase que o início da carreira de político profissional<sup>8</sup>.

O aparelhamento se torna ainda pior quando o partido que o faz chega ao governo, pois assim o une com a cooptação estatal. A cooptação dos movimentos sociais é um tema bastante abordado (VIANA, 2016; DRUCK, 2006; IGLESIAS, 2015; OFFE, 1996; ALBERONI, 1991; VIANA, 2017), mas o aparelhamento já é pouco discutido. A diferença entre cooptação e aparelhamento é que, no primeiro caso, se troca benefícios por apoio (VIANA, 2017) e, no segundo, uma organização toma posse de outra. Dessa diferença fundamental, derivam outras. A cooptação é um aliciamento em troca de benefícios (diretamente para os indivíduos ou organizações), que pode ser de indivíduos (isolados, dentro de organizações ou, em casos raros, do conjunto da organização mobilizadora), e a segunda é o domínio de uma organização, que se torna um aparelho do partido. A cooptação pode ser individual, o aparelhamento é sempre organizacional. A cooptação é sempre em troca de benefícios, o aparelhamento pode ser também por convencimento doutrinário ou ideológico. A cooptação pode ser indireta, o aparelhamento é sempre direto. A cooptação busca apoio e o aparelhamento gera correias de transmissão.

Quando um partido político que efetiva aparelhamento chega ao governo federal (ou mesmo antes, em outras instâncias, mas em menor grau), ele torna as ramificações aparelhadas em aparelhos sublocados, ou seja, sua posse passa a ser da burocracia

---

<sup>8</sup> O político profissional é aquele que vive da política, para utilizar definição do sociólogo Max Weber (1971).

governamental e da burocracia partidária, que se torna um intermediário. Esse foi o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e diversas outras organizações (de movimentos sociais ou não, incluindo sindicatos e centrais sindicais) durante os governos petistas no Brasil de 2003 em diante (IGLESIAS, 2015).

A principal consequência do aparelhamento é a influência que isso acaba tendo no movimento social como um todo. Um grande número de organizações mobilizadoras aparelhadas, ou uma organização de grande importância (como o caso da UNE) num movimento social, pode gerar não apenas o apoio eleitoral ou político geral das organizações aparelhadas, mas também sua hegemonia no interior do movimento social. As ramificações aparelhadas acabam influenciando as não aparelhadas e o movimento social como um todo. E isso significa transformar o objetivo do movimento social em objetivos eleitorais e partidários (ou, em alguns casos, governamentais).

### **Considerações finais**

O breve texto que aqui apresentamos tratou da relação entre movimentos sociais e partidos políticos, com foco no aparelhamento, que é o elemento principal e mais constante nessa relação. Sem dúvida, existem outras possibilidades, tal como determinada organização mobilizadora (ou conjunto de organizações) se transformar em partido político. Esse foi o caso dos partidos verdes originados em ramificações do movimento ecológico. Essa relação também é variável dependendo da conjuntura, força dos partidos progressistas, etc. Em épocas de ditadura, quando os partidos estão proibidos ou apenas existem os oficiais, o aparelhamento é praticamente inexistente e a autonomia dos movimentos sociais muito maior (TELLES, 1987).

O aparelhamento partidário dos movimentos sociais é pouco estudado e a razão disso se encontra nos vínculos de setores da intelectualidade com os partidos políticos progressistas, o que torna inviável dizer a verdade nesse assunto. De qualquer forma, é um tema fundamental na discussão sobre os movimentos sociais e precisa de aprofundamentos e análises de casos concretos.

### **Referências bibliográficas**

ALBERONI, Francesco. *Gênese*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

BRAGA, Lisandro. A Teoria do Regime de Acumulação Integral. In: MARQUES, Edmilson e MAIA, Lucas (orgs.). *Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.

CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Leon. Movimentos Sociais, Protestos e Manifestações Públicas. In: VIANA, Nildo (org.). *Movimentos Sociais: Questões Teóricas e Conceituais*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. *OSAL, Observatorio Social de America Latina*, CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, Ano VI, num. 19. Julho, 2006.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IGLESIAS, Esteban. Da Colonização da Sociedade Civil às Tensões entre Partidos no Governo e Movimentos Sociais. *Sociologia em Rede*. Ano 5, num. 05, jan./jun. de 2015.

LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LENINE, W. *Partido Proletário de Novo Tipo*. Lisboa: Avante, 1975.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1981.

OFFE, Claus. *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Sistema, 1996.

ORIO, Mateus. O Desenvolvimento Capitalista na Sucessão de Regimes de Acumulação. *Ciências Humanas*. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia. Vol. 02, nº 09, Jan. 2014.

SANTOS, Gevanilda. Comentários. In: IANNI, Octávio et al. *O Negro e o Socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STÁLIN, Joseph. *Fundamentos do Leninismo*. São Paulo: Global, 1982.

TELES, Gabriel. A UNE e sua dinâmica relacional com o Governo Lula (2003-2011). *Dissertação de Mestrado*. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFG, 2018.

TELLES, Vera. Movimentos Sociais: Reflexões sobre as Experiências dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015b.

VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018.

VIANA, Nildo. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015. Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297> Acessado em: 31/13/2015a.

VIANA, Nildo. Estado e Movimentos Sociais: Efeitos Colaterais e Dinâmica Relacional. Revista *Café com Sociologia*. V. 6, N. 3, Ago./Dez. 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/902/pdf> acessado em: 31/12/2017.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos*. Brasília: Kíron, 2014b.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada. Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.

## **Os Novos Movimentos Sociais em Touraine e Melucci**

André de Melo Santos\*

Os movimentos sociais têm sofrido mudanças nos últimos anos influenciados pelas transformações ocorridas na sociedade capitalista. Para autores como Touraine e Melucci, os novos movimentos sociais têm como foco demandas específicas que surgiram na sociedade contemporânea, contudo essa denominação de novos, serve mesmo para explicar os movimentos ou é uma abordagem ideológica dos mesmos?

Desde os fins dos anos 1960, as mudanças que ocorreram na sociedade capitalista fez com que muitos autores analisassem essas transformações como uma sociedade pós-moderna (HARVEY, 2000). Ao contrário do que eles dizem, o que se altera não é a forma da sociedade e sim elementos dela, sendo que seu caráter moderno, capitalista, continua. A chamada sociedade pós-moderna é apenas uma nova fase da sociedade capitalista, marcada por mudanças parciais que não alteram sua essência. Desta forma com a ampliação do setor de serviços e a expansão do capital transnacional nos países subordinados é interpretada com o “fim da sociedade industrial”, acompanhada por uma crise do trabalho gerada pela reestruturação produtiva. Do ponto de vista político assistimos a ascensão das políticas destinadas a grupos minoritários caracterizados por sexo, raça, etc., que marcam uma fragmentação do debate político no qual o conceito de classe social, que para alguns autores deixa de existir, perde importância no debate político.

Desta forma, muitos dos movimentos sociais que surgiram a partir dos anos 70/80 passam a ser denominados por alguns autores como Melucci (1994) e Touraine (1988; 1999) como os novos movimentos sociais. O que estes movimentos sociais têm de novo para receber tal denominação? Segundo estes, os novos são baseados na cultura e existe uma certa negação do marxismo. Essa negação do marxismo decorre das críticas ao “marxismo ortodoxo” que então existia na ex-URSS e o descrédito que este “socialismo” tinha nas

---

\* Possui graduação em história pela Universidade Federal de Goiás (2006). Especialista em Ciência Política pela UEG (2008), mestre em sociologia pela UFG (2014) e atualmente cursando o doutorado em sociologia na UFG.

sociedades europeias, bem como no movimento estudantil radical dos anos 1960<sup>1</sup>, junto com o fato desse regime se esfacelar no fim dos anos 1980.

Logo, com a derrocada do “socialismo real” houve uma mudança na agenda de grupos que atuavam em movimentos sociais, com vários abandonando a perspectiva da transformação social e adotando a luta por causas específicas, como a questão ambiental, o preconceito de raça, reivindicações femininas, etc.

Esta mudança sinaliza para nós de forma bem clara como que a leitura desses novos movimentos sociais é ideológica. Ideologia, entendido por nós como falsa consciência sistematizada por ideólogos. No caso dos movimentos, temas que tinham uma radicalidade nos anos 1960, como o feminismo e os direitos civis, que em muitos casos questionavam a própria sociedade capitalista, foram despolitizados (EAGLETON, 2005) e assumiram posturas reformistas.

O movimento negro é um exemplo dessa tendência. Segundo Callinicos (2007) o racismo surge com o capitalismo, segundo ele não existia na antiguidade algo parecido com o racismo moderno, na antiguidade a escravidão não era por raça, se escravizava por dívidas e guerras de conquista. Desta forma o racismo surge para justificar a escravização de nativos americanos e africanos com o argumento de que eram raças inferiores. Com o fim da escravidão esta ideologia persiste, a manutenção do racismo se dá pela competição social, luta de classes e, em sociedades que viveram o fenômeno da escravidão, como o Brasil, o negro foi integrado na sociedade de classes numa relação de inferioridade. A luta seria por uma integração do negro na sociedade de classes, contudo para o capital era fundamental manter a divisão racial, pois assim podia fragmentar a classe e criar uma divisão entre trabalhadores brancos e negros, e não da classe trabalhadora contra a burguesia.

Depois dos anos 1980 a maioria do movimento negro foi cooptado pelo Estado com as políticas de ações afirmativas, que visava em linhas gerais criar garantias para minorias dentro da precarização do Estado Neoliberal. Logo surgiram muitos autores que defendiam as políticas de cotas e, por tabela atacavam o marxismo, que segundo estes não tinha nada a dizer sobre o racismo (EAGLETON, 2005). Porém, foi o marxismo que ofereceu um referencial na luta dos explorados e, no século XIX o tema do racismo não era tão destacado, quando Marx escreveu sua obra, como no século XX. Logo, a luta contra o racismo se

---

<sup>1</sup> Não podemos nos esquecer que no maio de 1968 na França houve por parte dos estudantes uma recusa do marxismo-leninismo e uma retomada do marxismo autêntico, bem como o ressurgimento de grupos anarquistas.

desvencilha da luta contra o seu gerador, o capitalismo, e passa a se abrigar dentro do Estado na busca por algumas ações que este possa fazer, mas que não eliminará o problema.

Pelo discutido, fica evidente que os novos movimentos sociais se justificam dentro da dinâmica do capitalismo, e acompanham as transformações econômicas, reestruturação produtiva e estatal com as políticas de orientação neoliberal. Desta forma vamos analisar alguns ideólogos que analisam os movimentos sociais. Tivemos que fazer uma seleção desses autores pelo fato de que suas obras partem dos chamados novos movimentos sociais. E ideólogos porque em suas obras as definições não são claras e as análises são centradas numa recusa ao marxismo. Essa recusa expressa, uma perspectiva conservadora diante dos movimentos sociais e da própria sociedade capitalista.

### **Alain Touraine e os Novos Movimentos Sociais**

O primeiro autor que vamos analisar é o sociólogo Alain Touraine, pois ele possui uma vasta obra dedicada ao debate sobre os movimentos sociais. Apesar dos movimentos sociais serem recorrentes na história das sociedades, como para Tarrow (2009), Touraine afirma que os movimentos sociais estão ligados à sociedade industrial. Assim, existiram movimentos sociais surgidos na sociedade industrial, tal como o movimento operário, e os novos movimentos sociais, da sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1988). Segundo ele na sociedade pós-industrial os denominados antigos movimentos sociais são substituídos por novos movimentos sociais que se limitam ao âmbito das questões culturais e de identidade.

Segundo Touraine um movimento social surge como resposta a um estímulo social (GOHN, 1994). Para o autor, os movimentos sociais partindo da ação social, lutam contra a discriminação, como no caso do movimento feminista e negro ou, por acesso aos bens da sociedade industrial. A definição por ele elaborada:

Um movimento social é uma combinação de um conflito com um adversário social organizado e de uma referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o conflito ou a resolução do conflito. (TOURAINÉ, 2006, p.19).

Segundo Gohn (1994) o modelo teórico de Touraine é baseado na cultura e há uma negação do marxismo, tanto que ele fala na diferença entre os movimentos históricos, como o antiglobalização no século XXI (TOURAINÉ, 2006). Movimentos que contestam as elites

dirigentes, dos próprios movimentos sociais que o conflito e o campo de atuação está na cultura. Gohn afirma que, para Touraine, os movimentos sociais se constituem a partir de três elementos constitutivos:

Três elementos constitutivos de um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. Existiriam três princípios de interpretação dos movimentos sociais-identidade, oposição e totalidade. Eles reagrupam, no âmbito da ação coletiva, as dialéticas de criação a controle, situadas, desta vez, imediatamente no campo dos problemas da sociedade industrial (princípio da totalidade). Isto permite à análise reencontrar, por trás da ação coletiva, o projeto pessoal dos atores individuais (GOHN, 1994, p. 145).

Para Touraine (1988) com a desagregação da sociedade industrial, se forma uma sociedade programada, no qual vemos a decomposição do movimento operário, que se incorpora ao poder do Estado. Claramente se referindo à crise que passava o movimento operário na Europa nos anos 1980. Esta crise do movimento operário decorre do que Touraine coloca da ação do movimento operário com o fim do que ele denomina socialismo, no caso o colapso da URSS. Junto com o processo de reestruturação produtiva em curso na Europa, no qual a adoção do modelo japonês de organização do trabalho. Podemos dizer, ao contrário do que afirma Touraine, que nesse momento ocorre uma ofensiva capitalista, que expõe o enfraquecimento dos sindicatos<sup>2</sup> integrados no modelo fordista de produção, que a décadas não faziam nada pela classe operária e, diante da expansão do capital oligopolista transnacional, tinham reduzido o seu poder de mobilização e pressão sobre o capital.

Outro aspecto mencionado se refere aos partidos de orientação leninista e socialdemocrata que tinham nas palavras de Touraine (1988) sido incorporados ao poder do Estado. De fato a socialdemocracia que esteve no poder em vários países da Europa após a Segunda Guerra Mundial, não tinha uma perspectiva revolucionária, almejava reformas dentro do capitalismo com o intuito, segundo seu discurso, de conseguir melhorias para a classe trabalhadora. Junta-se o fato de no fim dos anos 1980 o socialismo real (expressão de Touraine) da URSS ruir. Isso fez com que muitas tendências de orientação leninista<sup>3</sup>, aderissem às posições mais moderadas. Neste ponto, emergiram os chamados novos movimentos sociais, que, segundo Touraine, trazem com si novas demandas que ele

---

<sup>2</sup> A passagem do regime de acumulação conjugado para o integral, do ponto de vista do trabalho a transição do fordismo para o toyotismo colocou condições de trabalho inflexíveis para os trabalhadores nos países centrais.

<sup>3</sup> O que existiu na Rússia, denominado de socialismo, segundo vários autores existiu um capitalismo de Estado, no qual, através da burocracia bolchevique que tomou o poder estatal e passou a extrair mais-valor e controlar a acumulação de capital, se tornou uma burguesia de Estado que explorava o proletariado e exercia uma ditadura.

identifica nos novos movimentos, os das mulheres, o do desenvolvimento regional autônomo e o movimento ecológico.

O movimento feminista tem como principal bandeira recriar relações cuja norma fora instaurada pela dominação (TOURAINÉ, 1988). Ao contrário do movimento feminista dos anos 1960, no qual uma parte se engajou na luta anticapitalista, como os movimentos que tiveram destaque no período, com o refluxo destas lutas, a tendência associava a questão da opressão da mulher à condição desta na sociedade capitalista, perde espaço para tendências que reivindicam o direito à relação, ao uso do corpo, etc. O desenvolvimento regional autônomo questiona a dita globalização<sup>4</sup>, e as medidas de desregulamentação do Estado bem como a destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Por fim, o movimento ecológico, que nos anos 1980 lutava contra a ameaça nuclear, simbolizada pela construção de usinas nucleares em vários países. Também se preocupavam com a destruição de florestas e poluição em geral. Além do combate a governos tecnocratas da sociedade programada. Essas demandas se tornaram as principais bandeiras dos novos movimentos sociais. Segundo o autor:

Do feminismo ao movimento das mulheres, da defesa de uma região em crise a um movimento de desenvolvimento regional autônomo, ou de liberação nacional, do medo da energia nuclear à luta contra o poder nuclear, nesses três casos e em outros, opera-se a mesma passagem de uma ação de defesa para a contestação do poder, da afirmação de uma identidade para a denúncia de uma relação de dominação (TOURAINÉ, 1988, p.138).

Apesar de contestar o poder, os movimentos sociais, segundo Touraine, tem por objetivo ampliar o acesso a bens culturais da sociedade. Na relação de dominação descrita acima, quem é o dominador e quem é dominado? Os dominados são os agentes coletivos que podem, numa sociedade programada, ocupar o lugar que pertenceu ao movimento operário na sociedade industrial? (TOURAINÉ, 1988, p. 119), tenta demonstrar esta tese com a emergência dos novos movimentos sociais. Contudo, essa posição é problemática, pois os movimentos mais recentes que surgiram no mundo questionando as políticas de orientação neoliberal, trazem à tona questões que são decorrentes das contradições da sociedade capitalista e, têm assumido uma postura mais radical, como algumas manifestações do movimento antiglobalização que assumiram posturas libertárias.

---

<sup>4</sup> O termo globalização é muito utilizado, contudo acreditamos ser impreciso, visto ser um fenômeno que deve ser denominado neoimperialismo (VIANA, 2009).

Em um texto mais recente, de 1994, Touraine, como outros autores na propalada crise da modernidade, afirma que a crise da sociedade industrial. Ao mesmo tempo aponta que os movimentos sociais tem apontar para a defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias na sociedade programada, segundo ele:

Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se deterioram, seja em grupos de ação política, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência a categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhes falta uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção, e sem sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa (TOURAINÉ, 1994, p. 260).

Por fim em *Como sair do Liberalismo* (1999) Touraine, já diante de uma realidade na qual o neoliberalismo estava presente na sociedade, apontava suas críticas para o denominado reinado dos mercados e identifica o surgimento de movimentos que ele denominou dos sem, os sem casa, os desempregados, os sem documentos, segundo ele:

Quando se fala de movimentos sociais sem mais especificação, sugere-se que as lutas sociais têm uma unidade, e que está fundada sobre a recusa da política liberal cujas consequências são conhecidas: subordinação da vida social à lógica esmagadora de uma globalização que pesa sobre os salários, aumentos do desemprego, ameaça à seguridade social, enfraquecimento da capacidade de intervenção do Estado (TOURAINÉ, 1999, p. 68).

Fica evidente a crítica ao neoliberalismo. Contudo as categorias utilizadas para fazer esta crítica não oferecem uma alternativa. O autor fala em reprimir a conduta dos grupos mais poderosos, de forma abstrata, além de que essas divisões feitas por ele em relação aos movimentos sociais, espelham, a nosso ver, a fragmentação da classe operária que o pós-modernismo tanto propala. Touraine insiste que os movimentos sociais devem rejeitar os valores da sociedade industrial para acelerar a transição para uma sociedade da informação.

### **Alberto Melucci e os Movimentos Sociais Contemporâneos**

As concepções ideológicas dos movimentos sociais tendem a buscar nestes o componente “novo”, que os diferenciaria dos movimentos “tradicionais”, que seriam ligados à tradição marxista. Alberto Melucci, em sua obra a “Invenção do Presente”, é o segundo autor que trata, a nosso ver, dos movimentos sociais de forma ideológica. Diante de uma

sociedade planetária desigual, os movimentos sociais mostram as dimensões do poder e diante deste os indivíduos e grupos buscam mais autonomia diante do Estado. Segundo o autor:

Quando se fala de um movimento social, refere-se geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante de suas energias para manter unidas as diferenças (MELUCCI, 1994, p. 29).

Partindo da ideia de que os movimentos sociais são sistemas de ações, complexas redes de significados produzidos por estes. O movimento social se apresenta de forma que é observável, contudo para Melucci ele é uma construção analítica, desta forma ele identifica a transformação que ocorreu nos anos 70/80 (MELUCCI, 1994). Isso parece confuso quando ele questiona as desigualdades existentes no mundo e aspira a:

Construção de uma sociedade planetária mais igual, assim como de sociedades locais menos dramaticamente dilaceradas pela desigualdade, permanece uma aspiração fundamental para todos aqueles que se interrogam sobre o futuro da nossa espécie e agem pelo bem comum. Mas essa tendência para a justiça e para a equidade deve, hoje, ser sustentada por uma capacidade de análise dos modos como a desigualdade se forma e se mantém em todos os processos sociais e pessoais que nos envolvem. A ideia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver nossos modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence às ilusões do passado (MELUCCI, 2001, p. 11).

Se os movimentos sociais contêm significados e formas de ação diferenciadas, o que caracteriza os novos movimentos sociais é, segundo ele, a ideia de que a mudança estrutural, almejada pelo marxismo, não faz mais parte das agendas destes movimentos. Segundo o autor os movimentos sociais não são respostas a uma crise, mas expressão de um conflito entre atores que se enfrentam com o objetivo de controlar os recursos da sociedade. Diante deste quadro, os movimentos sociais, segundo Melucci (1994), na sociedade moderna são profetas sem encanto.

Negando a tradição marxista, que via os movimentos como meras expressões de condições estruturais de classe e suas contradições, Melucci retoma nos anos 90 a preocupação dos teóricos norte-americanos por meio de processos os atores constroem suas ações coletivas. Supondo que não é possível estabelecer uma relação linear entre o ator e o sistema, Melucci vê a interação do ator numa ação coletiva como resultado de múltiplos processos e diferentes orientações (GOHN, 1994, p. 158).

O marxismo é visto como a inspiração dos movimentos sociais da sociedade industrial e que na sociedade pós-industrial, para Melucci, as demandas são múltiplas bem como os atores. O autor trata dos movimentos sociais, dos atores, do conflito e em nenhum momento define estes atores. Eles surgiram em uma ação coletiva no qual travam um conflito motivados por demandas que existem na sociedade. Para Melucci, os movimentos sociais atuais abandonaram a inspiração marxista:

A transformação dos movimentos, assim como os conhecemos na época moderna, verificar-se-á um crescimento da capacidade de produzir conflitos e construir identidades coletivas mais transitórias e mais flexíveis, que terão como interlocutor também um sistema transnacional... Os chamados novos movimentos sociais nunca são novos, mas são sempre o resultado de uma sociedade e, na sua realidade empírica, são um composto muito heterogêneo que orientações de níveis diversos de ação. (MELUCCI, 1994, p. 10).

O interessante na sua teoria dos movimentos sociais é que ele diferencia os tipos de condutas que os movimentos sociais contêm, três para Melucci. O primeiro tipo é o de caráter reivindicativo, onde o conflito ocorre no interior de um sistema organizado, no qual o ator coletivo reivindica uma diversa distribuição de recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho (MELUCCI, 1994, p. 41)

O segundo tipo o ator reivindica a ruptura dos limites de participação do sistema político. Neste caso, se luta pela ampliação da participação nas decisões que vão de encontro aos interesses do movimento. Esse ponto é comum nos movimentos sociais que emergiram após os movimentos sociais contestatórios dos anos 1960. O que os movimentos sociais buscam é aumentar a democracia, aumenta a participação dos atores no processo das decisões políticas.

O terceiro tipo, segundo o autor, os movimentos sociais antagonistas, atingem a produção de recursos e questionam os objetivos da produção social. Embora este movimento possa ter um caráter mais crítico da sociedade capitalista, visto que questiona o sistema produtivo, Melucci afirma que a categoria dos movimentos sociais antagonistas é a mais abstrata. Ele deixa claro que nenhum movimento poderá ser apenas antagonista (MELUCCI, 1994, p. 42). Ele fala que não existe movimento antagonista puro, e que este movimento tende a se fragmentar. Concordamos com Melucci quando ele fala da fragmentação e da diversidade dos movimentos sociais, no caso dos movimentos sociais antagonistas. Os

indivíduos aderem ao movimento são de diversas orientações, e o movimento se forma em torno de objetivos em comum.

Porém os atores que ele identifica não têm rostos, não pertencem às classes sociais e não se utiliza de conceitos como exploração, miséria, etc. Embora o autor deixe claro que o marxismo não é a sua orientação teórica, porém não se pode abstrair a realidade. Contudo para analisar os movimentos sociais na sociedade capitalista, não tem como afirmar que as motivações dos movimentos sociais são demandas de setores que não são atendidas. Segundo Melucci, a transformação social é algo do passado e que não ocorrerá. Isso revela seus valores e compromissos e seu discurso contradiz a realidade e também não tem o poder de impedir que se realizem tentativas de transformação como sempre ocorreram na história do capitalismo.

### **Considerações finais**

Esses dois autores, embora com diferenças pontuais são próximos em aspectos que são fundamentais para as suas respectivas análises. Apesar das diferenças, os dois autores possuem um ponto em comum, a negação do marxismo. O marxismo autêntico, que busca a transformação social é ignorado. O marxismo autêntico defende uma sociedade sem as relações de exploração presentes na sociedade capitalista, ao contrário das deformações do marxismo, como o leninismo e a socialdemocracia, que buscam dirigir o movimento operário e apesar se apresentarem como revolucionários servem como discurso para a que grupos consigam chegar ao poder do Estado e, no máximo, contribuir com a reprodução do capitalismo com reformas parciais. Logo, esses autores dizem criticar o marxismo, mas criticam as deformações do marxismo e assim podem apresentar o marxismo como superado e preso ao passado.

Junto com a rejeição do marxismo vêm os o abandono dos conceitos desenvolvidos por eles e que são fundamentais para a análise da sociedade capitalista. Essa sociedade é marcada pelo conflito de classes, especialmente a existente entre as classes fundamentais, na qual a burguesia explora do proletariado através da extração do mais-valor. Essa luta entre as classes fundamentais acaba gerando diversos outros conflitos sociais, envolvendo outras classes sociais e divisões e subdivisões sociais. A luta de classes é fundamental para que possamos analisar os movimentos sociais, pois estes surgem de demandas que são ligadas a uma classe desprivilegiada ou a mais de uma. Os vários movimentos sociais que surgiram

no Brasil nos últimos anos, como passe livre, dos sem teto e outros, são compostos na sua maioria por indivíduos que sofrem os efeitos da exploração da sociedade capitalista

Outro aspecto que une estes dois autores é concordância com as teorias denominadas pós-modernas, que afirmam a superação da sociedade industrial, fim da classe trabalhadora, fim do socialismo, etc. A tentativa de mostrar que os movimentos são atores com demandas diversas, geralmente minorias, como assistimos hoje em movimentos que são cooptados pelo Estado, eles servem para legitimar a sociedade capitalista e suas contradições e, esses autores analisam ideologicamente os movimentos sociais.

Os movimentos sociais geralmente não são revolucionários, pois a transformação social ocorre quando uma classe busca a destruição de uma determinada sociedade e sua substituição por outra. Este não é objetivo dos movimentos sociais conservadores e progressistas. Apenas os movimentos sociais revolucionários defendem isso, mas eles surgem apenas em épocas de crise social, que é quando a hegemonia progressista é substituída pela hegemonia revolucionária. No interior dos movimentos sociais progressistas, existem tendências revolucionárias que podem se tornar hegemônicas e fazer de um movimento social progressista um movimento social revolucionário. Contudo, os movimentos podem ser o estopim para o ressurgimento de tendências revolucionárias que questionam o capitalismo. O movimento antiglobalização, composto, segundo Melucci, por uma heterogeneidade de indivíduos e de demandas, em alguns momentos desenvolveu tendências no seu interior assumiram um caráter radical de protesto contra o capitalismo. A batalha de Seattle foi um dos protestos mais radicais, fomentou o ressurgimento de movimentos contestatórios que emergiram após protestos.

O movimento antiglobalização não pode ser visto como um movimento revolucionário, mais houve o resgate do marxismo autêntico e outras concepções radicais, que eram sufocadas pela ortodoxia leninista. Para o pós-modernismo, a sociedade pós-industrial decretou o fim da sociedade do trabalho e conseqüentemente, para essa ideologia, o fim da “sociedade do trabalho”. Contudo, com a expansão do capital oligopolista transnacional, ou do terceiro mundo, a classe operária é muito maior hoje, mas está fragmentada e, como em muitos países existem regimes que reprimem brutalmente o movimento operário, ou os meios de comunicação não divulgam as manifestações que ocorrem, favorecendo o isolamento e o desconhecimento destes movimentos por grande parte da população.

Como não debatem o conflito que é fundamental na sociedade capitalista, enxergam os movimentos sociais como ações coletivas que buscam o possível. Mesmo quando identificam as contradições que se tornam evidentes na sociedade, como Touraine ao analisar o neoliberalismo, não oferecem uma alternativa para a eliminação do problema, Os “sem” de Touraine buscam lutar contra o abuso de poder dos poderosos, formam um novo movimento social mas que a ordem legal seja mantida.

### Referências bibliográficas

- CALLINICOS, A. *Capitalismo e Racismo*. Rio de Janeiro: Editora Barba Ruiva, 2007.
- EAGLETON, T. *Depois da Teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1994.
- GUNDER FRANK, A. FUENTES, M. *Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais*. In Revista Lua Nova, n.17. São Paulo, 1989.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital e Suas Crises*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MELUCCI, A. *A Invenção do Presente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- TARROW, S. *O Poder em Movimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TOURRAINE, A. *Como Sair do Liberalismo*. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais* in Sociedade e Estado. Brasília, v. 21, n. 1. p. 17-28, 2006
- \_\_\_\_\_. *O Pós-Socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Primas, 2016.

# **Ensino de História por Meio das Produções Musicais de Raul Seixas**

Kelsse Pereira Borges\*

## **Introdução**

A música pode ser trabalhada no campo da história por fazer parte do nosso cotidiano e por ser rica em informações, tanto em seu gênero musical, quanto em suas composições. Assim, ela traz consigo questões fundamentais que envolvem os aspectos sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, a música é um instrumento que facilita a interação, contribuindo para o aprendizado.

A música tem o intuito de complementar o ensino de forma dinâmica, e assim, os alunos também aprendem de forma dinâmica, ou seja, a música em sala de aula colabora para o desenvolvimento de uma concepção crítica da realidade. Nesse sentido, nosso problema de pesquisa, é verificar se as produções musicais de Raul Seixas podem ser utilizadas como material didático no ensino de história.

Partindo desse pressuposto, nosso objetivo é apresentar uma reflexão sobre canções do cantor e compositor Raul Seixas e verificar se podem contribuir como instrumento pedagógico no Ensino de História. Como hipótese, as canções de Raul Seixas expressa ideia que estavam relacionadas com seu cotidiano, sendo assim, apresentavam críticas ao período vigente. Em suas canções e até mesmo sua trajetória de vida é possível verificar questões fundamentais de um período histórico, ou seja, o período que compreendeu o Regime Militar no Brasil (1964-1985).

Trabalhar as canções de Raul Seixas em sala de aula visa dar visibilidade à produção musical do cantor. Suas composições são ricas em conteúdo de um período histórico, como também podem favorecer o desenvolvimento e formação de indivíduos críticos, uma vez que nosso desafio enquanto docente é contribuir para uma educação transformadora, onde “a formação do aluno esteja fundamentada num conceito de História que o leve à compreensão da realidade social” (ABUD, 2013, p. 13). Nesse sentido, alguns documentos de pesquisa serão utilizados, como: músicas, entrevistas e depoimentos à imprensa concedidos pelo o cantor, para melhor compreender o que é proposto.

---

\* Graduada em História e especialista em Ensino de História pela Universidade Estadual de Goiás.

Para entendermos a música como um fator importante para ser trabalhado no Ensino de História, nos apropriamos do conceito de *arte* do autor Nildo Viana, que do nosso ponto de vista irá corroborar com essa discussão.

Minha opção em discutir esse tema vem desde o período em que estava no primeiro ano do curso de História (2014), onde nos foi pedido por um professor para elaborar um pré-projeto. Naquela ocasião apresentei uma proposta de discutir *A produção musical de Raul Seixas e as representações Cotidianas na década de 70*. A curiosidade em estudar a figura de Raul Seixas se intensificou e através da bolsa Pró-Licenciatura da Universidade Estadual de Goiás, na qual propus um Plano de Estudo para pesquisar *A Ditadura Militar no Brasil através da música*. Através dessas pesquisas é que acabei definindo o meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no qual propus continuar estudando o cantor e compositor Raul Seixas com o tema *Raul Seixas e a Ditadura Militar no Brasil*.

Para abordar a temática proposta, o presente trabalho está dividido em quatro tópicos, sendo o primeiro tópico intitulado: *A música como arte*. A proposta aqui é apresentar a ferramenta de análise que utilizaremos nesse artigo. No segundo tópico, denominado: *O Ensino de História*, é apresentada uma breve abordagem sobre o Ensino de História. No terceiro tópico, intitulado *A produção musical de Raul Seixas*, são abordadas algumas canções do cantor, que do nosso ponto de vista irão corroborar com este artigo. No quarto tópico, iremos discutir: *As músicas de Raul Seixas e o Ensino de História*.

### **A Música como Arte**

Este tópico tem como objetivo apresentar a ferramenta de análise que será utilizada neste trabalho. Abordar o conceito de arte é de suma importância, uma vez que o objeto de pesquisa é um artista. Historicamente, a arte é considerada uma produção bastante antiga, utilizada pelos gregos e romanos há milhares de anos. Alguns podem afirmar que a existência da arte se deu com a chamada “pré-história”, como pontua Viana (2013, p. 62). Pouco a pouco essa habilidade de manuseio com objetos que eram utilizados para pinturas em cavernas foi sendo desenvolvida, e então foram “adquirindo outras habilidades e a maior destreza assim adquirida transmitiu-se hereditariamente e aumentou de geração a geração” (MARX-ENGELS, 1979, p. 26) até os dias atuais.

A maioria vê a arte, como a gloriosa “obra de arte”. Para Viana “a arte nasce com o desenvolvimento da sociedade e tem sua consolidação com a emergência das sociedades de classes” (VIANA, 2007, p. 71). Mas como podemos definir arte? Viana afirma que:

A obra de arte é uma expressão figurativa da realidade, ou seja, ela exprime as concepções, valores, sentimentos e inconscientes daqueles que realizam a expressão, no caso o artista individual ou, em caso de obra coletiva, o conjunto de artistas (VIANA, 2007, p. 71).

Partindo desse pressuposto, quando se enaltece um artista por suas obras, músicas, pinturas e etc., tornando-o um ser superior e diferente dos demais, é um equívoco, uma vez que este artista também está sujeito a divisão social do trabalho.

Entretanto, os artistas através de suas “obras de arte” podem expressar valores, sentimentos, interesses, concepções, perspectivas etc., ou seja, “a arte na sociedade capitalista é transformada em mercadoria (...) utilizada e produzida principalmente pelo interesse de convertê-lo em lucro” (BORGES, 2017, p. 18).

Para Marques (2018, p. 19-20).

A música como arte, portanto, é uma expressão figurativa da realidade, mas expressa figurativamente a realidade de uma forma específica. São as suas especificidades que a distingue das demais expressões figurativas da realidade. A tinta e a tela são matéria prima que os indivíduos utilizam para manifestar a realidade através da pintura, assim como o barro, o tecido etc., permite o artesanato, a câmara e cinema etc. A música também é produzida com determinados elementos específicos que a caracteriza, e neste aspecto, o som constitui a sua natureza. (...) As músicas, portanto, manifestam questões presentes na vida de quem a produz. (...), portanto, a primeira questão a ser considerada sobre a música é que esta é produto do trabalho humano, sendo ela uma expressão figurativa da realidade.

A música é a constituição de sons e combinações de notas, produzidas com determinados elementos específicos. Nesse sentido, Abud, Silva e Alves (2013) nos fornecem definições que justificam tal afirmação, dizendo:

A música não se constitui apenas em uma combinação de notas dentro de uma escala, mas também em ruídos de passos e bocas, sons eletrônicos ou, ainda, em vestimentas e gestos do cotidiano de determinados indivíduos que gostam de um tipo de som. Essas particularidades revelam que a música hoje é produto de ligas e incontáveis vivências coletivas e individuais com as experiências de civilizações diversas ao longo da história (ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p. 60).

Nesse sentido, a música pode ser trabalhada no Ensino de História, por ser carregada de informações e por estar inteiramente imbricada no nosso cotidiano, como afirma Glezer (apud ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p. 12),

A música está presente em nosso cotidiano. É veículo de representação dos sentimentos das pessoas. Quem não tem uma música preferida? Quem não ouve ou cantarola canções que alegram, distraem ou marcam sua vida? Da mesma forma, ela é utilizada para representar a relação com a pátria, com a religião, com as pessoas, com os diferentes espaços nos quais transitamos diariamente.

Complementam os autores Abud, Silva e Alves (2013, p. 59):

Ela é um (...) produto social (...) [que] representa modos de ver o mundo, fatos que acontecem na vida cotidiana, expressa indignação, revolta, resistência, e mesmo que tenha um tema específico, ela traz informações sobre um conjunto de elementos que indiretamente participam da trama.

Partindo desse pressuposto, é que a música pode ser um viés para a construção do conhecimento histórico no ensino-aprendizagem, fazendo “uma ponte entre a consciência histórica e o passado histórico” (ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p. 60).

## **O Ensino de História**

O Ensino de História historicamente teve um caráter tradicionalista, ou seja, um ensino que levava o aluno a determinar o seu conhecimento. O Ensino de História era pautado na memorização dos grandes acontecimentos das histórias políticas, dos grandes heróis de batalhas, etc. Nesse sentido, o “ato de fazer história historicamente esteve atrelado à capacidade dos seres humanos de deixar registros escritos de sua trajetória no mundo”, afirmam Abud, Silva e Alves (2013, p. 1).

Esse tipo de ensino mecanizado pautado por uma cronologia, dificulta formar indivíduos críticos, uma vez que não há possibilidade de fazer um posicionamento crítico e muito menos debater conteúdo. Portanto, ensinar História de forma mecanizada e voltada para marcos cronológicos, faz com que o alunato seja incapaz de relacionar o passado com o presente.

Para Alves e Rosa (2016),

o ensino de História no Brasil evidenciou a mecanização da aprendizagem, em outras palavras, o aprender estava intrinsicamente relacionado ao ato de decorar datas, nomes e os grandes feitos. Contudo, as novas correntes pedagógicas em união com as vertentes históricas que surgiram durante o século XIX e XX logo questionaram a visão da História Positivista, fazendo por consequência suas análises

permearem dentro das salas de aula possibilitando nas últimas décadas um estudo histórico mais amplo e didático (ALVES; ROSA, 2016, p. 2).

A realidade do ensino de História no Brasil na atualidade é bem complexa, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade multicultural, que para a autora Scheimer (2010, p. 1) significa “uma série de culturas com características diferentes na mesma sociedade”. Se uma sociedade é pautada por uma série de culturas, quais fontes ou materiais devemos utilizar em sala de aula para que consigamos associar o passado e o presente para o aluno em sala de aula? Primeiramente, a palavra fonte há vários significados conforme o dicionário<sup>1</sup>, assim, desde a metade do “século XIX, quando a História tornou-se disciplina acadêmica, o termo passou a ser usado predominantemente como sinônimo de documento e expressão de autoridade e verdade” (FERREIRA, 2009, p 63).

Com a possibilidade ampla de estudo histórico é possível fazer indagações, problematizações, contextualizações, tendo múltiplas possibilidades. Schmidt (2004) nos fornece definições que justificam essa afirmação dizendo:

A perspectiva da problematização histórica, ao ser transposta para o ensino, traz múltiplas possibilidades e também questões. Pode significar desde a capacidade mais simples de construir uma problemática com relação a um objeto de estudo, a partir das questões postas pelos historiadores e pelos próprios alunos. Pode também significar simples indagações ao objeto de estudo, como: Porquê? Como? Onde? Quando? Na prática da sala de aula, a problemática acerca de um objeto de estudo pode ser construída a partir das questões colocadas pelos historiadores ou daquelas que fazem parte das representações dos alunos, de forma tal que eles encontrem significado no conteúdo que aprendem (SCHMIDT, 2004, p. 121).

A problematização história é fundamental para que se tenha várias possibilidades de indagações em sala de aula, assim complementa a autora:

Desta maneira pode-se conseguir dos educandos uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem. É preciso que se leve em consideração, inclusive, o fato de que a própria história coloca questões que ela própria não consegue responder e de que há inúmeras interpretações possíveis dos fatos históricos. Neste caso, a problematização é um procedimento fundamental para a educação histórica (SCHMIDT, 2004, p. 121).

Partindo desse pressuposto, é preciso que o professor, como mediador do conhecimento, faça com que o ensino de história traga algo que seja significativo, e que

---

<sup>1</sup> Manancial de água que nasce do solo; origem de uma informação, etc.

contribua na formação do aluno. Assim, fará com que os alunos pensem historicamente. Nesse sentido, a música pode ser um meio que visa facilitar o aprendizado do aluno em sala de aula, pois ela está totalmente imbricada no nosso cotidiano e expressa elementos de uma determinada época histórica.

Para Bittencourt (2011, p. 379) “o uso da música é importante por situar os jovens diante de um meio de comunicação próximo de sua vivência. (...) assim, o uso da música gera algumas questões”. Do ponto de vista da autora, podemos transformar a música em “objeto de investigação”.

A música atualmente está sendo bastante utilizada como material didático, podendo ser trabalhada para explicar um contexto histórico. Sendo a música uma arte, ela traz consigo valores, interesses, sentimentos e etc. Nesse sentido, a contribuição das músicas do cantor e compositor Raul Seixas é relevante para abordar vários temas em sala de aula, isso veremos nos tópicos posteriores.

### **A Produção Musical de Raul Seixas**

Este tópico tem como objetivo elencar algumas produções musicais de Raul Seixas e fazer uma breve apresentação da biografia do cantor e compositor. Assim, será possível fazer um mapeamento de algumas canções produzidas por Raul Seixas que do nosso ponto de vista irão corroborar para a reflexão sobre o uso de suas músicas no ensino de história.

Raul Seixas é natural de Salvador – Bahia, nascido no dia 28 de junho de 1945, vindo de uma família de “classe média” (PASSOS, 2003, p. 42). Sua infância foi pautada pela influência dos pais Raul Varela Seixas e Maria Eugênia Pereira Santos Seixas. Em várias entrevistas de Raul Seixas ele cita que gostava das leituras sobre o universo, astronomia, filosofia. “Passava os dias trancado em seu quarto, lendo o *Livro dos Porquês do Tesouro da Juventude*” (PASSOS, 2003, p. 42-43).

Ser artista naquele período não era algo apreciado pela sociedade, “era ser algo baixo” (SEIXAS, Raul, apud PASSOS, 2003, p. 73). E para a família de Raul Seixas, a música não levava a lugar algum, tanto é que ele deixa explícito na primeira frase da música *Mamãe eu Não Queria* (1984) do LP Metrô Linha 743, onde diz: “Larga dessa cantoria menino música não vai te levar a lugar nenhum, Peraí mamãe, güenta aí”.

Raul Seixas não gostava da escola e segundo ele (apud FRANS, 2000 p. 96) “a escola já não dizia nada do que eu queria saber e eu era um fracasso nos estudos (...) a única coisa que aprendi na escola foi odiá-la”. Irreverente e determinado, tenta mostrar à

família o quanto era fácil entrar no Ensino Superior, assim, ele fez vestibular e passa em três cursos, diz Raul Seixas (apud, 2003, p. 85) “eu estava estudando Direito, Filosofia e Psicologia. Depois eu larguei tudo”. Na faculdade de Direito, Raul Seixas era motivo de várias chacotas pelo seu estilo extravagante, disse em uma de suas entrevistas:

Quando entrei para faculdade de Direito, eu era superpichado, olhado torto pelo pessoal do diretório e olhado como o idiota do *rock*, entreguista. (*Raul ri muito.*) Agora, aqueles mesmos caras que me vaiaram, eu conheço até hoje... A moda na época era uma camisa de malha bem fresquinha, de *banlon*, com o desenho de um peixinho, e todos os rapazes da moda, cocô-boy do clube de bossa nova, usavam essa camisa lá no clube e me criticavam, riam, diziam, ‘você é um bobalhão’. (...), mas eu agredia os moleques, agredia a cidade inteira, usando umas camisas coloridas. Eu comprava pano de tapete, o mais louco possível, e eu mesmo criava o modelo das camisas. Tudo colorido, um mau-gosto desgraçado (SEIXAS, Raul apud, PASSOS, 2003, p. 23).

Raul Seixas era irreverente no modo de vestir, falar, andar, etc., devido a isso ele ia contra qualquer tipo de padrão de beleza estabelecido. Na década de 50 e 60, com a chegada do *rock* no Brasil, em Salvador, havia uma divisão musical (SEIXAS, Raul, apud PASSOS, 2003, p. 86) “existia um certo conflito. Existiam dois grupos lá, o grupo de *rock* e o grupo de bossa nova”, ou seja, de um lado cantores que apresentavam para a classe burguesa no *Teatro Vila Velha*, onde os frequentadores escutavam *bossa nova*, e do outro o *Cinema Roma*, onde frequentavam os caminhoneiros, empregadas domésticas, etc., que curtiam *rock'n'roll*.

Em 1962, Raul Seixas inicia sua carreira no campo da música, com a banda *Os Relâmpagos do Rock*, posteriormente *The Panthers (Os Panteras)*, que tinha uma pegada mais romantizada. Com a descoberta dos Beatles, Raul Seixas percebe que precisava escrever canções sobre a realidade. Em 1968, no Rio de Janeiro, grava seu primeiro LP com a banda *Raulzito e os Panteras*, sendo um fracasso, pois era somente disco que iria para catálogo, decepcionando Raul Seixas e sua banda.

Em 1971, trabalhando na CBS (produtora), Raul Seixas aproveitou a ausência do presidente da produtora e gravou o LP onde teve *Sociedade da Grã-Ordem Kavernista apresenta sessão das Dez*, com participações de Sérgio Sampaio, Miriam Batucada e Edy Star. Em 1972, Raul Seixas participa do VII Festival Internacional da Canção – FIC, promovido pela rede Globo, Raul Seixas ficou em terceiro lugar com a canção *Let me Sing, Let me Sing*, além da excelente repercussão provocada na imprensa, o que garantiu a continuidade de sua carreira. Em um contexto de regime militar no Brasil e o AI-5 (Ato

Institucional), o cenário artístico estava cada vez mais despovoado. Vários “nomes da MPB haviam se exilado”, conforme afirma Passos (2003, p. 47).

Em 1973, com a parceria de Paulo Coelho, Raul Seixas dá um grande salto para o sucesso com a música *Ouro de Tolo*, do LP *Krig-Há, Bandolo!* Em vários shows do Raul Seixas, vários gibi-manifesto<sup>2</sup> eram distribuídos ao público, e sempre eram recolhidos pelos policiais. Um certo dia, policiais invadiram a casa de Raul Seixas e revistaram todos os cômodos a procura de algo subversivo, conforme relata Raul:

Um certo dia eu estava em casa, foi o primeiro apartamento que comprei na minha vida, pela Caixa Econômica. Então entraram os agentes. Minha mãe, que estava passando uns dias conosco, ficou assustadíssima, não entendeu nada. Na época, eu estava me desquitando da minha primeira mulher, Edith, para me casar com a segunda. Foi barra. Os agentes revistaram a casa toda, deixaram tudo de pernas para o ar, à cata de papéis sobre a Cidade das Estrelas. Minha mãe perguntou: “Quem são essas pessoas?” Respondi: “São meus amigos, eles são assim mesmo, meio bagunceiros” (risos). Depois disso, bicho, foi fogo. Prisão, exílio, aquilo tudo (SEIXAS, Raul apud, PASSOS, 2003, p 123-124).

Em 1974, surge o LP *Gita*, e acaba sendo premiado com o disco de ouro pela qualidade das canções. No mesmo ano, “a Som Livre lança a trilha sonora nacional da novela *O Rebu* – da TV Globo com músicas compostas por Raul Seixas e Paulo Coelho” (PASSOS, 2003, P. 67). Em 1975, lança o LP *Novo Aeon*, que apesar de ser um fracasso comercial, traz consigo uma injeção de ânimo e determinação, como a canção *Tente outra vez*.

De 1976 a 1988, vários outros LPs foram lançados, como: *Há Dez Mil Anos Atrás* (1976); *Raul Rock Seixas* (1977); *O Dia em que a Terra Parou*; *Mata Virgem* (1978); *Por quem os Sinos Dobram* (1979); *Abre-te Sésamo* (1980); *Raul Seixas* (1983); *Metrô Linha 743* (1974); *Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Béin-Bum!* (1987); *A pedra de Gênesis* (1988) e dois dias antes da sua morte lançou o LP *A Panela do Diabo*, com parceria de Marcelo Nova.

A música foi um meio que Raul Seixas buscou para relatar o que passava no momento e o que almejava para o futuro. Seu intuito era que as pessoas pudessem viver em liberdade e que aprendessem alguma coisa com as suas canções, como ele próprio relata:

Eu espero que meu LP ensine alguma coisa pra moçada de hoje. Eu que estudei história, filosofia, literatura, latim, tenho o que dizer. Não trago

---

<sup>2</sup> Gibi-manifesto tinha como objetivo propor uma nova sociedade, ou seja, a sociedade alternativa.

uma coisa imposta, um rótulo, como a tal de ‘niuueive’. Não estou enchendo lingüiça. (...) nunca li um romance. Só leio tratado, e ainda olho as notas de rodapé, para procurar o nome de outros livros sobre o mesmo assunto. Meu trabalho é de pesquisa, mesmo! (...) eu fico em casa, mas meus experimentos vão para as ruas (SEIXAS, Raul apud, PASSOS, 2000, p.57).

É notável que a maioria das músicas de Raul Seixas são produzidas com um propósito, e várias canções deixam claro que utiliza de elementos que buscavam sempre retratar o período vigente, ou seja, o cotidiano, como ele mesmo diz: “A música e a literatura se misturaram; poderia ter sido escritor, mas canalizei para o rock. Troquei a filosofia pela música porque um microfone é mais importante do que qualquer outra coisa” (SEIXAS, Raul apud, JORGE, 2016, p. 79).

Em uma entrevista para a Revista Bizz (1986) ele diz: “A arte é o espelho social da época” (SEIXAS, Raul apud, SOUZA, [2008] p, 16) e concordamos. Para Kika Seixas, ex-esposa do cantor Raul Seixas, “a obra toda dele cada momento da vida do Raul, ele transpunha em música e letras. (...) A obra dele estava muito ligada ao momento de vida que ele estava vivenciando”. Apesar de várias contradições e limitações do cantor e compositor Raul Seixas, ele conseguiu avançar com uma proposta crítica em suas músicas.

### **As Músicas de Raul Seixas e o Ensino de História**

A música está inserida no nosso cotidiano, está presente nas nossas vidas, seja contribuindo para momentos de comemoração sobre algo ou em momento de tristeza, expressando sentimentos, etc., ou seja, a música é acessível a todos. Sendo assim, a utilização da música em sala de aula apresenta contribuições significantes, podendo ser trabalhada nas aulas de história, desde que haja planejamento.

David (2006) afirma:

Privilegiar a linguagem musical no ensino de História significa construir conhecimento, por meio de um recurso didático motivador e prazeroso que envolve larga possibilidade de trato metodológico. Para tanto, faz-se necessário, principalmente, reconhecer que a música é arte e conhecimento sociocultural, portanto, uma experiência cotidiana na vida do homem (DAVID, 2006, p. 97).

Se privilegiar a música no ensino de história é construir conhecimento, nesse sentido, podemos trabalhar com as produções musicais de Raul Seixas no ensino de história, uma vez que para o autor Fischer, “A experiência de um compositor nunca é

puramente musical, mas pessoal e social, isto é, condicionada pelo período histórico em que ele vive e que o afeta de muitas maneiras” (FISCHER apud DAVID, 2006, p. 97).

Partindo desse pressuposto, este tópico tem como objetivo apresentar canções do cantor e compositor Raul Seixas no sentido de verificar se podem ser utilizadas como recurso didático no ensino de história. Como já dito anteriormente, Raul Seixas viveu em um período histórico no Brasil bastante conturbado, ou seja, o período ditatorial (1964-1985), onde teve vários problemas com a censura envolvendo algumas de suas canções. Se a canção utilizasse alguma ideia de mudança em relação ao sistema vigente, era despertada a atenção dos policiais, e a partir de então, a canção era proibida de ser lançada, sendo considerada subversiva. Foi assim que Raul Seixas percebeu que a música é uma arma poderosa, como ele mesmo expressa: “nunca havia pensado que música poderia ser um instrumento importantíssimo para dizer o que eu queria dizer. Quando tomei consciência disso foi ótimo” (SEIXAS, Raul apud, SEIXAS, Kika, 1996, p. 14).

Como podemos utilizar a canção de Raul Seixas no ensino de história? Quais canções abordar? O primeiro passo é ter clareza, que o historiador trabalha com fontes, documentos, vestígios, etc., sendo assim, é preciso que o aluno entenda que a música é um documento histórico, como afirma David (2006),

A utilização de canções para o ensino de história permite o desdobramento do trabalho em pelo menos dois procedimentos: 1º) a análise da música como documento histórico; 2º) como centro gerador<sup>3</sup>. Interrogar a música como documento histórico compreende a análise do pensamento do autor, de seu posicionamento político, de sua visão de mundo e de seu desempenho no mercado. (...) considera-se, ademais, a necessidade de refletir-se sobre o que sustenta a sua mensagem, como ela foi concebida, seu significado para o contexto da época em que foi elaborada e o significado que a mesma incorpora ao longo do tempo – as persistências (DAVID, 2006, p. 9).

Considerando este pressuposto apontado por David (2006), pode-se observar que várias canções de Raul Seixas abrem um leque vasto de problematizações, como por exemplo, a de várias delas terem sido censuradas no período ditatorial. A canção *Óculoescuro* (1973)<sup>4</sup>, foi vetada inúmeras vezes pelo Departamento de Censura, como afirma Santos (2007).

---

<sup>3</sup> Para David (2006), o centro gerador facilita a condução metodológica do trabalho, porque permite a reflexão a partir do agora, do imediato e, por essa razão, abre-se para o arrolamento e seleção de temas inerentes à proposta inicial, mas que correspondam aos interesses mais imediatos da sala de aula.

<sup>4</sup> Canção de Raul Seixas e Paulo Coelho que está presente no álbum *O Rebu* (1974) com o nome *Como você já dizia*.

Raul Seixas tentou lançar a música *Óculoescuro*, composta em parceria com Paulo Coelho, que, no entanto, foi vetada várias vezes. Os censores alegavam que nela havia palavras com significados obscuros. (...) Por diversas vezes, a letra da música foi levada para reexaminação em Brasília, sendo modificada com frequência, uma vez que os censores acreditavam que os compositores haviam utilizado certas palavras com duplo sentido, “como andar” referindo-se “comandar”. (...) Em dezembro de 1974 (...) os compositores tiveram, mais uma vez, de mudar a letra de *Óculoescuro*, que teve, inclusive, seu título alterado para *Como vovó já dizia*” (SANTOS, 2007, p. 102,103,106).

A composição *Óculoescuro* (1973) de Raul Seixas e de Paulo Coelho, retrata o controle dos militares no período ditatorial, onde diz:

*Essa luz tá muito forte/ Tenho medo de cegar /Os meus olhos tão manchados/ Com teus raios de luar / Eu deixei a vela acesa / Para a bruxa não voltar / Acendi a luz de dia / Para a noite não chiar / Já bebi daquela água / Quero agora vomitar / Uma vez a gente aceita / Duas tem que reclamar / A serpente está na terra / O programa está no ar / Vim de longe, de outra terra / Pra morder teu calcanhar / Esta noite eu tive um sonho / Que queria me matar / Tudo tá na mesma coisa, cada coisa em seu lugar / Com dois galos a galinha não tem tempo de chocar / **Tanto pé na nossa frente que não sabe como andar**<sup>5</sup> / Quem não tem colírio usa óculos escuro!!!*

Algumas interrogações podem ser levantadas sobre esta música, no sentido de refletir sobre a sua contribuição no ensino de história, por exemplo: Que luz é essa? Cegaria quem? onde? Por qual motivo? De quem são os pés? Em que ano foi escrita a canção? Qual a contextualização? Quem é o compositor? Nesse sentido, o professor é concebido como um mediador que ajudará os alunos a fazer uma reflexão histórica, levando em consideração que os alunos aprendam a fazer perguntas ao documento. Através do estudo desta música, os alunos podem compreender o período histórico em que foi produzida, e entender que passava uma mensagem crítica sobre a época instituída. Abre-se aqui a possibilidade do desenvolvimento crítico sobre o controle e a opressão instituídas pelo estado militar.

A canção *SOS* (1974) é outro exemplo que leva à reflexão sobre o cotidiano, a mesmice, a rotina, a falta de atenção ao próximo, ao noticiário que só trazem tragédias.

*Hoje é domingo / Missa e praia / Céu de anil / Tem sangue no jornal / Bandeiras na Avenida Zil / Lá por detrás da triste / Linda zona sul / Vai tudo muito bem / Formigas que trafegam / Sem porque (...) / E nas mensagens / Que nos chegam sem parar / Ninguém, ninguém pode notar/ Estão muito ocupados / Prá pensar...”*

<sup>5</sup> “Canção de Raul Seixas e Paulo Coelho *Óculoescuro*, nunca gravada por Raul Seixas. Lançada em 1994, no CD “**Se o rádio não toca**”, a partir de gravações de um show em Brasília no primeiro semestre de 1974” (SANTOS, 2007, p. 102).

Nesse trecho, a canção refere-se ao dia de domingo, mas poderia ser qualquer dia, por retratar o cotidiano. No trabalho de história com os alunos, pode-se questionar, como é o seu cotidiano? O que sua família faz no final de Semana? Como é sua rotina? Assiste ou lê jornal? Seus pais ou responsável trabalham o dia inteiro? Tais questionamentos fazem com que o professor tenha contato com a realidade do aluno. Isso é importante? Sim, pois o professor pode elaborar temas que visam a pesquisa, entrevistas com a própria família, etc., e depois relacionar com algum período histórico.

Outra canção do cantor e compositor Raul Seixas que pode contribuir com a reflexão sobre o uso de suas canções no ensino de história, é a canção *Não Fosse Cabral* (1973), que foi censurada no período da Ditadura Militar do Brasil, a letra diz o seguinte:

*Tudo aqui me falta/ A taxa é muito alta/ Dane-se quem não gostar/  
Miséria é supérfluo/ O resto é que tá certo/ Assovia que é prá  
disfarçar.../ Falta de cultura/ Ninguém chega à sua altura/ Ó Deus!/  
Não fosse o Cabral/ Por fora é só filó/ Dentro é mulambo só/ E o Cristo  
já não guenta mais/ Cheira fecaloma/ E canta La Paloma/ Deixa meu  
nariz em paz/ Falta de cultura/ Ninguém chega à sua altura/ Ó Deus!/  
Não fosse o Cabral/ E dá-lhe ignorância/ Em toda circunstância/ Não  
tenho de que me orgulhar/ Nós não temos história/ É uma vida sem  
vitórias/ Eu duvido que isso vai mudar.../ Falta de cultura/ Pra cuspir  
na estrutura/ E que culpa tem Cabral?*

O estudo desta canção pode levar o aluno a perceber que Raul Seixas critica o sistema vigente, o período ditatorial, o descaso do governo com a sociedade, em relação à alta taxa de impostos, a miséria, etc. Em decorrência do total controle do estado por meio da censura, nada disso era divulgado, nesse sentido, passava-se uma imagem ao exterior através da mídia, que o Brasil estava vivendo um milagre econômico, que o país caminhava para o desenvolvimento.

### **Considerações finais**

Nesse artigo buscamos verificar se as produções musicais de Raul Seixas podem ser utilizadas como recurso didático no ensino de história. Algumas canções poderiam ser utilizadas nesse trabalho, como *Ouro de Tolo* (1973), *Mosca na Sopa* (1973), *Mamãe Eu Não Queria* (1984), entre várias outras canções, que certamente nos deixa possibilidade de um trabalho posterior.

Podemos afirmar que as canções do cantor e compositor Raul Seixas traz informações de um período histórico, assim, elas podem ser trabalhadas em sala de aula favorecendo o desenvolvimento e formação de indivíduos críticos. Nesse sentido,

algumas canções que analisamos nesse artigo, do compositor e cantor Raul Seixas, podem ser problematizadas em sala de aula, por abrir várias possibilidades de pesquisa, indagações, investigações etc., junto aos alunos, desde que o professor, como mediador do conhecimento faça com que o ensino de história traga algo significativo, e que contribua na formação crítica do aluno.

Em suma, a conclusão que temos é que Raul Seixas pode ser concebido como um compositor que oferece contribuição que favorece o entendimento de um período histórico através de suas canções, logo, suas músicas podem ser convertidas em um recurso didático que contribuem com o ensino de história.

### **Referências bibliográficas**

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ANDRADE, Annielly da Silva. *A música como facilitador da aprendizagem na Educação*. Guarabira: UEPB, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Kelsse. *Raul Seixas e a Ditadura Militar no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Goiás – UEG. Uruaçu-GO, 2017.

ALVES, Carlos Jordan Lapa; ROSA, Geder da Rocha. *ENSAIOS PEDAGÓGICOS Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades*. OPET ISSN 2175-1773 – junho de 2016.

DAVID, Célia M. *Música e Ensino de História*. In: DAVID, C.M. e MALATIAN T. (Orgs). *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Ensino de História*. 2ª ed. Revista. São Paulo: UNESP, 2006.

FRANS, Elton. *Raul Seixas: A história que não foi contada*. Redação de Roberto Moura. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000.

FERREIRA, Antônio Celso. *A fonte Fecunda*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

JORGE, C.S.K. *As críticas sociais na obra de Raul Seixas. Parte 2) corpo e música na cidade*. Algazarra (São Paulo, Online), n. 4, p. 78-96, dez. 2016.

MARQUES, Edmilson. *Música Crítica e a Esfera Musical no Brasil*. In: SOUZA, Erisvaldo. *Música e Sociedade no Brasil: uma análise crítica do fenômeno musical*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre a literatura da arte*. 1ª ed. São Paulo: Global, 1979.

MORAES, Thais de. *Musicalmente falando*. São Paulo: Nova Sampa, 1994.

PASSOS, Sylvio. Raul Seixas por ele mesmo. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PENNIMAN; BOCAGE; COLLINS; SMITH (compositores). Não Fosse Cabral. In: Raul Seixas (LP). Raul Seixas. São Paulo: Estúdio Eldorado, 1983. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=cIJ5chs\\_cNE](https://www.youtube.com/watch?v=cIJ5chs_cNE). Acessado em 05/01/2019.

SANTOS, Paulo dos. *Raul Seixas: A Mosca na Sopa da ditadura. Censura, tortura e exílio (1973-1974)*. Dissertação de Mestrado. Pontífica Universidade Católica – PUC. São Paulo, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A Formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHEIMER, Maria Delfina Teixeira. *Ensino de história e a prática educativa: projetos interdisciplinares*. V CINFE. Caixas do Sul, 2010.

SEIXAS, Kika. O Baú do Raul. São Paulo: globo, 1992.

SEIXAS, Kika. *Entrevista de Kika Seixas ex esposa de Raul Seixas - Arquivo do RRC (Raul Rock Club)*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=48K1ZfL4myY&list=PLpkwHj12I5a\\_3BdgJ7b\\_107G9XTX9qCzA&index=12](https://www.youtube.com/watch?v=48K1ZfL4myY&list=PLpkwHj12I5a_3BdgJ7b_107G9XTX9qCzA&index=12)> acessado em 09/07/2017.

SEIXAS, Raul; SAMPAIO, Sérgio; BATUCADA, Miriam; STAR, Edy. *Sociedade da Grã-ordem kavernista apresenta sessão das 10*. Rio de Janeiro: CBS Discos, 1971. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fZr0kSD4blo> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul; WISNER, Edith Nadine (compositores). *Let me sing my rock n'roll*. São Paulo, 1972. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QKv0X-PS-0> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Krig-há, Bandolo!* (LP). Rio de Janeiro: Philips, 1973. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4KgpyI3iwz8&t=308s> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. COELHO, Paulo (compositores). *Gita* (LP). Rio de Janeiro: Philips, 1974. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=EMjNIO-PTMs&list=PLfoXAem7b68jLzGtgMy2gVvsOHAc2i\\_oB](https://www.youtube.com/watch?v=EMjNIO-PTMs&list=PLfoXAem7b68jLzGtgMy2gVvsOHAc2i_oB) acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Há dez mil Anos Atrás* (LP). Rio de Janeiro: Philips, 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZIYRkLzP1xQ&list=PLfoXAem7b68jg1p4itOttFFWZAJQLXKO> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo (compositores). Como vovó já dizia. In: O Rebu. Vários artistas. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wsNkL0LLFWw> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. SOS. In: Gita (LP), Rio de Janeiro: Philips, 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qttmu53ErXc> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *O Rebu* (LP). Vários Artistas. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ks3jazM-OI&t=28s> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Novo Aeon* (LP). Rio de Janeiro: Philips, 1975. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4NRedu1EpiI&index=14&list=PLfoXAem7b68hchVUNeKx6qp13-DbBOVUL> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Raul Rock Seixas* (LP). Rio de Janeiro: Philips, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KCpLnp419Pk> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *O Dia em que a Terra Parou* (LP). Rio de Janeiro: WEA – Warner Bros, 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-e5nfXrJPRc> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Mata Virgem* (LP). Rio de Janeiro: WEA – Warner Bros, 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GPJCFfylvUE&t=1265s> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Porque quem os Sinos Dobram* (LP). Rio de Janeiro: WEA – Warner Bros, 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n0tdZxov5eQ> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Abre-te Sésamo* (LP). Rio de Janeiro: CBS, 1980. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GzCJmBAXWkM&list=PLfoXAem7b68gjuUDOJucQuyWuGR75reto> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Raul Seixas* (LP). São Paulo: Estúdio Eldorado, 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xWt7VShWvsQ> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Metrô Linha 743* (LP). Rio de Janeiro: Som Livre, 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOKmSHzxusc&t=1516s> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Mamãe eu não queria*. In: *Metrô Linha 743*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gumba6xHY9k> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Béin-Bum!* (LP). São Paulo: Copacabana, 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kEdhxWNQrRA&list=PLB287833197836149> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul. *A Pedra de Gênesis* (LP). São Paulo: Copacabana, 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M5B7CaLN5Pw&list=PLfoXAem7b68i0a2RdD6tVoRnAUETsMfHG> acessado dia 05/01/2019.

SEIXAS, Raul; NOVA, Marcelo. *A Panela do Diabo* (LP). WEA, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pO8H5xFx9JI> acessado dia 05/01/2019.

**Revista Espaço Livre. V. 13, n. 26, jul. dez./2018.**

SOUZA, Isaac Soares. *Grandes Entrevistas – Raul Rock Santos Seixas*. Clube de Autores, 2012.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. 1ª Ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

# Epistemologia e Crítica na Obra de Georges Politzer: dos fundamentos da psicologia clássica à psicologia concreta

Alvinan Magno Lopes Catão\*

## Introdução

Georges Politzer nasceu em 3 de maio de 1903 em Nagyvárad na Hungria. Foi um filósofo e teórico marxista francês de origem húngara. Tornou-se um militante comunista, participando da Resistência Francesa, movimento contra a dominação nazista que surgiu durante a Segunda Guerra Mundial. Em virtude de suas atividades na militância, foi preso no ano de 1942, sendo torturado e executado pela Gestapo, a polícia secreta nazista (GABBI JR., 1998).

Entre suas produções está a obra *Crítica aos Fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a Psicanálise*, publicada em 1928, na qual o autor esboça uma crítica aos fundamentos da psicologia clássica no intuito de desenvolver as bases do que denominou de psicologia concreta. Esta, também caracterizada por Politzer (1998) como "psicologia sem alma", deveria apontar os equívocos fundamentais da psicologia clássica, de maneira a proporcionar as condições para a construção de uma ciência psicológica positiva.

A *Crítica aos Fundamentos da Psicologia* corresponde ao Tomo I de um projeto inacabado, denominado pelo autor de *Matériaux pour la Critique sur les Fondements de la Psychologie* (Material para uma Crítica dos Fundamentos da Psicologia). Tal projeto estava estruturado em três tomos: o primeiro, o único escrito, tratou de apresentar e criticar os fundamentos da psicanálise, relacionando-a com a psicologia clássica, o segundo trataria da crítica aos fundamentos da teoria da gestalt e o terceiro aos fundamentos do behaviorismo. O *Matériaux* ainda iria compor uma obra maior que também não foi escrita: *Essai Critique sur les Fondements de la Psychologie*. O motivo da interrupção encontra-se relacionado ao ingresso de Politzer no Partido Comunista Francês (GABBI JR., 1998).

Com o intuito de apreender as bases teóricas da psicologia concreta de Politzer (1998), suas possibilidades e limites, este trabalho objetiva desenvolver um estudo sobre os fundamentos da psicologia sob a ótica deste autor, uma vez que é a partir da sua crítica

---

\* Psicólogo clínico. Doutorando em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Didática e Metodologia pela Faculdade Anhanguera. Especialista em Filosofia Clínica pela Faculdade Católica de Anápolis. Atua como psicólogo clínico de base psicanalítica no Consciência – Consultório de Atendimento Psicoterápico.

que se edifica o seu projeto epistemológico. Esse estudo será realizado a partir da leitura da Crítica dos Fundamentos da Psicologia, de comentadores da mesma e de outras obras relacionadas ao tema. Buscar-se-á descrever e analisar os postulados da psicologia clássica, relacionando-os com as principais tendências/abordagens psicológicas: a teoria da gestalt, o behaviorismo e principalmente a psicanálise, abordagem escolhida por Politzer (1998) para apresentar a sua crítica. Serão analisadas ainda algumas características, noções e conceitos presentes na obra, no intuito de apresentar alguns limites do empreendimento de Politzer, desenvolvendo, assim, algumas críticas pontuais.

### **Os Fundamentos da Psicologia Clássica e a Psicologia Concreta**

Politzer (1998) entende como psicologia clássica a produção acadêmico-psicológica da segunda metade do século XIX que se fundamenta ora numa psicologia subjetiva, cuja metodologia é introspectiva, ora numa psicologia objetiva, cuja metodologia é experimental. Esses formatos de psicologia são entendidos pelo autor como abstratos, pois tratam o homem e os fatos psicológicos em terceira pessoa, distanciando, assim, do mundo concreto. Ou seja, distanciando-se do tratamento dos fatos psicológicos em primeira pessoa, que representam os atos vivenciados pelo indivíduo particular. Pastre (2006) destaca que Politzer, tendo isso em mente, buscou criticar as psicologias abstratas e todas as abordagens psicológicas que assumissem os pressupostos da psicologia clássica, tratando o homem em terceira pessoa e se alicerçando em torno do mito da dupla natureza humana: orgânica e psicológica.

Ao iniciar suas análises, Politzer (1998) se revela um grande conhecedor de ciência, alçando relações entre a psicologia e as ciências naturais. Ele esboça uma crítica voraz à ciência psicológica clássica e aos psicólogos, comparando-os às ciências físicas e aos físicos. O autor entende que o psicólogo “é o primo pobre na grande família dos servos da ciência. Só se alimenta de esperanças e de ilusões: deixa aos outros a matéria para contentar-se com a forma [...]” (POLITZER, 1998, p. 54). A afirmação de Politzer (1998) expressa a dificuldade do psicólogo de se localizar frente à ciência e de determinar um objeto epistêmico. É na tentativa de situar a psicologia entre as ciências positivas, enquanto psicologia concreta, que caminha a sua crítica.

Para compreender a essência da crítica de Politzer (1998), é necessário compreender primeiro a relação da psicologia clássica com as "psicologias" contemporâneas a Politzer, assim como os seus principais fundamentos.

Gabbi Jr. (1998), ao escrever a apresentação do livro de Politzer (1998), destaca que a crítica de Politzer se inicia pela apreciação de três tipos de psicologia aparentemente diferentes - ou como Politzer chamou: tendências - a teoria da gestalt, o behaviorismo de Watson e a psicanálise de Freud. É a partir de uma comparação entre essas tendências/abordagens com a psicologia clássica que Politzer (1998) pôde perceber e identificar as diferenças e, sobretudo, as semelhanças. Ele procurou extrair a inspiração concreta dessas tendências/abordagens e o que elas, de fato, herdaram e/ou reproduziram da psicologia clássica. Gabbi Jr. (1998) identifica cinco postulados da psicologia clássica, compreendidos por Politzer em sua crítica aos fundamentos da psicologia clássica. São eles:

1. Crença de que a forma última do psicológico é atomística;
2. Tese de que o psicológico é apreendido de forma imediata pela percepção;
3. Presunção de que existe uma vida interior;
4. Crença de que o psíquico resulte de processos e não de atos de pessoas concretas;
5. Postulado da convencionalidade do significado.

O postulado 1 se refere ao que Abbagnano (2012, p. 104) descreve por "concepção atomística da realidade psíquica ou social ou da linguagem", uma das três doutrinas que configuram os significados filosóficos de "atomismo". Segundo o mesmo autor, essa concepção consiste em propor uma hipótese análoga à do atomismo filosófico ou da teoria atômica, afirmando que a consciência, a linguagem ou a sociedade são constituídas de elementos simples irreduzíveis, cujas diferentes combinações explicam todas as suas modalidades. Tal combinação leva ao entendimento clássico de que o todo é constituído pela soma das partes. Essa concepção ou crença é entendida por Politzer (1998) como um dos equívocos da psicologia clássica que, em vez de se fundamentar em investigações empíricas, se apropria de noções abstratas preconceituosas. O autor valoriza a psicologia/teoria da gestalt por perceber esse equívoco.

Grande é o valor da Gestalttheorie, sobretudo do ponto de vista crítico: ela implica a negação do procedimento fundamental da psicologia clássica que consiste em desfazer a forma das ações humanas para tentar, depois, reconstruir a totalidade, que é sentido e forma, a partir de elementos insignificantes e amorfos (POLITZER, 1998, p. 46).

Gabbi Jr. (1998) esclarece que o atomismo da psicologia clássica é substituído na teoria da gestalt pela crença de que o psíquico só pode ser entendido como totalidade

e não enquanto elementos distintos que são posteriormente associados. No entanto, adverte que o postulado 2, tese de que o psicológico é apreendido de forma imediata pela percepção, sobrevive na teoria da gestalt. Nesse sentido, Politzer (1998) afirma que a mesma "entrega-se as construções teóricas e não parece [...] poder libertar-se das preocupações da psicologia clássica" (p. 47).

O postulado 2 também sobrevive no behaviorismo de Watson, tal como constata Gabbi Jr (1998). Porém tal tendência/abordagem é enaltecida positivamente por Politzer por denunciar o caráter mitológico de outra tese bastante cara à psicologia: a presunção de que existe uma vida interior, quebrando, assim, com o postulado 3. Politzer (1998, p. 47) afirma que o behaviorismo reconhece o fracasso da psicologia clássica trazendo a ideia de *behavior* e com esta uma definição concreta de fato psicológico. Ele considera o behaviorismo como a única – até então – “tentativa sincera de psicologia objetiva” (POLITZER, 1998, p. 184). No entanto, destaca que essa tentativa é insuficiente por apenas salvar a objetividade, perdendo, assim, a psicologia. Nesse sentido, ele considera que esta tendência “é estéril ou recai na fisiologia, na biologia, até mesmo na introspecção mais ou menos disfarçada, em vez de esquecer realmente tudo para esperar apenas pelas surpresas da experiência” (POLITZER, 1998, p. 47).

Apesar das contribuições dessas tendências/abordagens, é a psicanálise que Politzer (1998) qualifica como a mais importante. É partir dela, tendo como referência a obra “A Interpretação dos Sonhos” (Traumdeutung) de Freud, que o autor realiza a sua crítica aos fundamentos da psicologia clássica. A escolha dessa obra consiste na consideração de Politzer (1998) de que nela melhor aparece o sentido da psicanálise: "onde são mostrados com um cuidado e uma clareza extraordinários seus procedimentos constitutivos" (p. 51). De acordo com o autor, nesta obra é possível perceber as principais diferenças das concepções psicanalíticas das concepções da psicologia clássica.

Por meio da análise das descobertas de Freud nessa obra, Politzer (1998) procura evidenciar os erros fundamentais da psicologia clássica, seus postulados, a partir da "inspiração concreta" da psicanálise. Assim, convém destacar, tal como afirma Gabbi Jr. (1998), que a última rompe, principalmente, com o postulado 4 da psicologia clássica, "crença de que o psíquico resulte de processos e não de atos de pessoas concretas". Tal crença consiste em tratar os fatos psicológicos como conteúdos que se processam no

interior da mente, generalizando o psíquico e fazendo do sujeito pesquisado um psicólogo<sup>1</sup>.

Dentro dessa concepção genérica do psíquico que exclui o sujeito de seus atos (atitudes) concretos (as), tratando-o em terceira pessoa, não há espaço para o entendimento e aprofundamento do sonho. Este não é visualizado pelos psicólogos clássicos como um fato psicológico, mas como uma reação fisiológica que distorce a realidade do mesmo. Sendo considerado um mero conteúdo fisiológico, o sonho se inclui na lógica da impessoalidade. Tal lógica consiste em tratar esse último como um conjunto de estados, tendo causas mecânicas e sendo uma entidade que existe em si mesma, não os considerando como atos de pessoas concretas. O conteúdo intervém para ser classificado em geral. Nessa perspectiva, a preocupação recai, por exemplo, sob a imagem dos sonhos e os estados afetivos de um ponto de vista de classe. A individualidade onírica e o sentido que o sonho tem para o indivíduo são desconsiderados, separando o sujeito sonhador de seu sonho. Este último, nessa lógica, é significado como produzido por causas impessoais e não pelo sujeito que sonha (POLITZER, 1998; PASTRE, 2006).

Segundo Roudinesco e Plon (1998), Freud foi o primeiro a conceber um método de interpretação para o sonho baseado não em referências estranhas ao sonhador, tal como supunha a psicologia clássica, mas nas livres associações que o sonhador pode fazer a partir do seu relato. A concepção do método do relato é oriunda do rompimento, principalmente com o postulado 4 da psicologia clássica. Tal postulado fundamenta o método dessa última, conhecido como introspecção.

Pastre (2006) afirma que nesse método o psicólogo abandona o plano intencional, ou seja, o plano dos atos, e coloca-se no ponto de vista realista e formal, substituindo o primeiro relato, significativo, por um segundo relato, que nada mais tem a ver com a teleologia das relações humanas. Assim, tal método seria, então, um segundo relato.

Ao substituir o método introspectivo da psicologia clássica, o relato em terceira pessoa, pelo método do relato em primeira pessoa, Freud efetua uma transformação do ponto de vista subjetivo para o objetivo, da intuição para o comportamento. Essa

---

<sup>1</sup> No que compete a essa temática, Politzer (1988, p. 86) afirma que: "O psicólogo introspectivo (clássico) [...] espera do seu sujeito um estudo já psicológico, ele é sempre obrigado a supor um psicólogo no seu sujeito. E conclui: "está aí uma diferença enorme com o que acontece nas outras ciências: o matemático não pede a uma função que ela seja 'matemática', mas que seja simplesmente função, e o físico não procura na bobina de Ruhmkorff outro físico, mas apenas a uma bobina de indução (POLITZER, 1998, p. 86).

transformação metodológica é operada graças à noção de ato psicológico que encontra o seu fundamento na experiência de indivíduos concretos (POLITZER, 1998).

Para Politzer (1998), a grande contribuição de Freud teria sido a consideração do sonho enquanto fato psicológico, justamente pelo tratamento do mesmo como atos pessoais de indivíduos concretos. Freud retira o sonho da lógica da impessoalidade (terceira pessoa) e o coloca na lógica da pessoalidade (primeira pessoa), na medida em que o significa como a realização ou concretização de um desejo. Assim, ele quebra com o postulado 4, pois o sonho deixa de ser um mero processo, um conteúdo, para ser concebido como um ato, a realização de um desejo, sendo significado como um segmento ou continuidade da vida particular do indivíduo. Nesse sentido:

[...] o desejo não liga o sonho ao indivíduo do ponto de vista do conteúdo, mas porque assegura ao sonho essa continuidade do "eu", sem a qual o fato psicológico é apenas uma criação mitológica. Se o sonho é a realização de um desejo, não é senão uma modulação do "eu" que o tem e que, conseqüentemente, está presente. O desejo assegura ao sonho a continuidade dessa presença do eu. Resumindo, pela teoria do sonho-desejo, o sonho passa a ser um ato (POLITZER, 1998, p. 77).

A teoria do sonho-desejo, exposta por Freud (1996a; 1996b) em sua obra, coloca o sonhador como protagonista, "ator" e "autor" de seu próprio sonho, ou seja, de seu ato. O sonhador não é mais entendido com espectador de seu próprio sonho como acreditava a psicologia clássica com seus postulados que se centravam no entendimento do mesmo numa lógica impessoal. Freud (1996a; 1996b) deu outra significação para o sonho, justamente, por considerá-lo em primeira pessoa como segmento da vida dramática do sonhador, ou seja, por entendê-lo enquanto ato.

É justamente sob a noção de ato que Politzer (1998) significa como a noção fundamental da psicologia concreta. O autor afirma que “o ato é a única noção inseparável do *eu* em sua totalidade, único entre todas as noções, só se concebe como a *intervenção atual do eu*” (POLITZER, 1998, p. 77-78). Para o autor, a psicologia concreta só pode reconhecer como fato psicológico real o ato. Aqui cabe um apontamento: embora Politzer (1998) signifique a noção de ato, assim como a de drama, numa acepção metafórica referente ao teatro<sup>2</sup>, cabe aqui refletir sobre as implicações psicológicas dessa noção.

É importante destacar que a noção e o conceito de ato estão no cerne da psicologia filosófica de Franz Brentano (1838-1919). Segundo Maciel (2003), Brentano

---

<sup>2</sup>Tal como afirma Gabbi Jr. (1998, p. 12), Politzer utiliza o teatro como metáfora fundamental de sua crítica. Porém ressalta que não se trata de transformar a psicologia numa estética, mas de traduzi-la em termos empíricos.

foi o mais importante opositor teórico de Wilhelm Wundt, o fundador da psicologia como disciplina formal, a que Politzer (1998) considera como “clássica”.

Apesar dos dois compartilharem a ideia de fazer da psicologia uma ciência, possuíam outras divergentes quanto ao seu objeto de estudo. Wundt, seguindo a tradição fisiológica e indutiva de Fechner, acreditava que a psicologia deveria estudar os conteúdos da experiência consciente. Brentano, se opondo a essa ideia, partindo de princípios dialéticos e empíricos, acreditava que a psicologia deveria estudar o ato mental. Para Brentano o importante era, por exemplo, o ato de ver, pensar e sentir e não o conteúdo do que é visto, pensado ou sentido. Sua psicologia do ato afirma que estes não possuem conteúdos em si mesmos, concentrando-se nas atividades mentais (CATÃO, 2014, p. 38).

É importante destacar também que Brentano possui uma obra volumosa influente. A mais conhecida é “Psicologia Segundo o Ponto de Vista Empírico”, publicada em 1874. Brentano foi professor da Universidade de Viena. Trabalhando lá por mais de vinte anos, teve alunos dos quais se pode citar: Sigmund Freud, fundador da psicanálise, Cristian Von Ehrenfels, contribuinte teórico da psicologia gestalt e Edmund Husserl, fundador da fenomenologia. Esse último foi o que mais se apropriou da sua teoria (MACIEL, 2003; CATÃO, 2014).

Embora Politzer (1998), em seu ensaio crítico, não faça nenhuma alusão ou referência a Brentano ou a Husserl, "um certo estilo fenomenológico parece impregnar o ensaio" (PRADO-JUNIOR, 1991, p. 16). No que compete diretamente à fenomenologia de Brentano, esse estilo pode ser evidenciado pela apreciação de Politzer (1988) do ato enquanto fato psicológico. Tal apreciação sugere uma semelhança teórica e nocional entre os dois autores. Catão (2014) escreveu que para Brentano o ato está ligado a um objeto exterior que está fora da consciência e só pode ser compreendido pela mesma como objeto intencional, assim eles não possuem conteúdos em si mesmos. Ao representar o ato (mental), ligado a um objeto exterior que está fora da consciência do sujeito que o intenciona, o que Brentano diz em outras palavras é que o mesmo é inseparável do eu (sujeito) em sua totalidade, representando a intervenção atual do eu. Nesse sentido, a partir dessa comparação nocional entre Politzer e Brentano, constata-se uma possível semelhança de noções teóricas, o que ilustra mais um argumento do estilo fenomenológico presente na obra de Politzer.

Em oposição a Wundt e a psicologia clássica, precedendo as primeiras tendências psicológicas, Brentano já questionava, a sua maneira, o Postulado 4, anunciando assim a psicologia concreta ao introduzir a noção e o conceito aristotélico de

ato no intuito de determinar o objeto epistêmico da psicologia. Assim, pode-se sugerir que a inspiração concreta da psicologia, a qual Politzer se refere, tem na psicologia de Brentano uma raiz originária. A psicologia do ato brentaniana representa uma crítica da psicologia clássica, porém este é um assunto para ser explorado em outro artigo. A referência a Brentano foi utilizada para ilustrar o Postulado 4 e sua crítica, destacando o possível pioneirismo deste autor nessa última, assim como as semelhanças de suas ideias com Politzer no que compete à noção de ato.

Convém agora refletir e analisar o último postulado da psicologia clássica: o postulado da convencionalidade do significado. Politzer (1998,) afirma que é a partir da intervenção desse postulado que Freud conclui que a psicologia clássica só quer considerar o conteúdo manifesto. Tal postulado consiste em conceber em terceira pessoa, numa lógica convencional, os acontecimentos vivenciados pelo indivíduo. Politzer (1998), no que se refere à convencionalidade do significado da psicologia clássica, destaca:

Tudo acontece para ela [psicologia clássica] como se todas as consciências individuais tivessem o mesmo conteúdo de significações, como se cada consciência individual fosse apenas uma intuição de significações sempre as mesmas para todo mundo; significações que a intuição só captaria, sem nada alterar. É evidente que nessas condições só há conteúdo manifesto, isto é, significações convencionais [...] (POLITZER, 1998, p. 94).

Tal postulado trata o valor coletivo da linguagem e dos atos como fatos espirituais. No caso do sonho, por exemplo, os termos que o sujeito faz do mesmo tem uma significação ordinária (convencional), ou seja, uma significação pública, mas também tem uma significação individual, uma significação para o sujeito (PASTRE, 2006). Politzer (1998) afirma que a psicologia clássica, em uma “atitude realista ingênua” (p. 95-96), desdobra a significação convencional, projetando-a no interior do indivíduo e, não indo além da mesma, elimina o problema do sentido que se situa nos atos desse indivíduo. Essa lógica opera como se o indivíduo não passasse de uma realização das exigências sociais (antropomorfismo social).

Politzer (1988) destaca que com o emprego do postulado da convencionalidade do significado, a psicologia clássica prolonga a atitude do realismo ingênuo, atitude que as demais ciências de sua época não mais conservavam. Essa atitude, empregada pelos valores da sociedade (senso-comum), representa um empecilho para o desenvolvimento das ciências. Nesse sentido, Politzer (1988), com base nos valores (representações coletivas), explica o porquê da teoria da sexualidade de Freud ter encontrado tantas

dificuldades de ser admitida: "é precisamente porque médicos e psicólogos só quiseram ver na criança o que ela deve ser, de acordo com certas representações coletivas bem conhecidas" (POLITZER, 1998, p. 96).

O postulado da convencionalidade do significado, segundo Politzer (1998, p. 97), não tem a mínima relação com a experiência. É oriundo do uso de dialéticas convencionais que, segundo o autor, a psicologia clássica compreende como as únicas existentes. Assim também são concebidos os demais postulados, como construções teóricas de tais dialéticas. A crença neles não é formulada pela experiência.

E é justamente a crença nesses postulados que corresponde ao motor do método introspectivo da psicologia clássica. Na compreensão de Politzer, tal método tem como característica central a transformação dos acontecimentos vividos (atuados) pelo homem em processos que acontecem no interior da mente (conteúdos mentais) - realismo - processos substantivados - abstracionismo - que são tratados como classes de fenômenos psíquicos, perdendo toda significação individual (POLITZER, 1998; PASTRE, 2006).

Embora a psicanálise efetue uma verdadeira transformação dos postulados da psicologia clássica com o método do relato, Politzer (1998) afirma que Freud, abandonando a sua inspiração para o concreto, recai na psicologia clássica, na medida em que utiliza especulações teóricas a partir de um procedimento associacionista. Essas especulações são realizadas, tomando como referência o conceito e a noção metapsicológica de inconsciente. Assim, Freud retorna ao pressuposto 3, a "presunção de que existe uma vida interior", retomando, segundo Politzer (1998), a abstração e o realismo que lhes são próprios. Pois, de acordo com o autor, o inconsciente em Freud é concebido como uma entidade interior que possui vida própria. Para Politzer (1998):

[...] a hipótese do inconsciente não significa para a psicologia essa grande conquista que habitualmente se vê que, por outro lado, a novidade e a originalidade da psicanálise não podem residir na descoberta e na exploração do inconsciente, pois, em certo sentido, o inconsciente só representa na psicanálise a medida da abstração que sobrevive no interior da psicologia abstrata (POLITZER, 1988, p. 131).

Tomando o inconsciente como uma espécie de retorno à psicologia abstrata, Politzer (1988) entende que existe uma dualidade na psicanálise: a dualidade do concreto e do abstrato. Do concreto, pois o seu aporte metodológico, inspirado em um problema real, evidencia criticamente os principais equívocos da psicologia clássica, revelando, assim, o fato psicológico. Do abstrato, pois quando Freud recorre a uma explicação

metapsicologia dos fatos, ele rompe com a inspiração que o levou ao método, incorrendo na atitude da psicologia clássica.

Esse contraste entre abstrato e concreto pode ser explicado pela maneira como Freud concebe as relações entre psicologia e psicanálise. Politzer (1998) afirma que para Freud, “psicologia e psicanálise estão em planos diferentes: a atitude psicanalítica não é a busca da própria psicologia dos fatos e, por outro lado, a busca da explicação psicológica implica o abandono da atitude propriamente psicanalítica” (p. 165).

Politzer (1998) procura demonstrar tal afirmação considerando o movimento que Freud faz da psicanálise à psicologia e, depois, da psicologia à psicanálise. Para ele, o movimento que Freud faz da psicanálise à psicologia se dá quando este procura explicar suas descobertas. A busca da explicação psicológica implica o abandono da atitude propriamente psicanalítica. Assim, para Freud, explicar o fato psicológico significa encaixá-lo em leis conhecidas da psicologia. Nesse sentido, Freud pelo simples fato de procurar a explicação é levado de volta à psicologia clássica (PASTRE, 2006).

Assim vale frisar que, para Politzer (1998), a grande contribuição de Freud está nas suas descobertas realizadas graças ao método do relato: este que trata os atos individuais como fatos psicológicos. Tais descobertas decorrem de sua atitude empírica: problematização e pesquisa.

No entendimento do autor, a psicanálise, ao lado das demais tendências psicológicas, anuncia a psicologia concreta. O método do relato é a evidência dessa anunciação. No entanto, ela retorna a abstração e ao formalismo, na medida em que procura explicar o relato a partir da concepção do inconsciente, traçando o caminho inverso ao de sua atitude, inspirada para o concreto.

### **Algumas Análises e Discussões sobre a Obra de Politzer**

Até agora o trabalho proporcionou um estudo sobre a crítica de Politzer (1998) aos fundamentos da psicologia clássica, tratada em sua obra *Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a Psicologia e a Psicanálise*. Seguindo a ótica desse autor, foi possível alçar relações dos postulados da psicologia clássica com as tendências/abordagens psicológicas apreciadas pelo mesmo: a teoria da gestalt, o behaviorismo e a psicanálise. Assim, pôde-se visualizar a considerada inspiração para o concreto politzteriana de ambas as tendências/abordagem, assim como o que estas conservaram ou reproduziram da psicologia clássica. Como foi demonstrada, a tendência mais apreciada pelo autor foi a psicanálise. Sob esta decorre a sua obra. A partir da relação dos postulados com essa

tendência, foi possível compreender a crítica de Freud à psicologia e a edificação do método do relato. Nesse tópico, procurar-se-á analisar e discutir algumas possibilidades e limites do empreendimento de Politzer (1998).

É importante destacar que o projeto de Politzer (1998) para a construção de uma psicologia concreta, consiste em inserir a psicologia no rol das ciências positivas, ou seja, das ciências naturais. “A psicologia concreta é a primeira psicologia positiva” (p.183). É percebida em algumas passagens de Politzer (1998), uma crítica ácida e feroz ao misticismo e ao convencionalismo social que pode ser fruto de uma concepção positivista de ciência. Esta, oriunda de uma supervalorização da ciência natural/positiva, parece estar inclusa no discurso de Politzer (1998). Nesse sentido, a análise de Politzer parece visualizar somente o aspecto epistemológico do um ponto de vista das ciências naturais, em uma lógica internalista. Dessa maneira, não visualiza os aspectos históricos, políticos e sociais que estão vinculados à produção do conhecimento científico.

É fato que Politzer (1998) contribuiu de maneira significativa para a crítica da ciência psicológica do ponto de vista da metodologia, em uma época na qual a psicologia enfrentava uma crise de paradigmas. Desenvolveu as bases de uma teoria que procurou se fundamentar nos fatos concretos. No entanto, tal crítica não enfrenta o cientificismo próprio daquele período, sendo este um de seus limites. Ao contrário, parece existir nesta a crença no papel progressivo e neutro da ciência. Vale lembrar que Politzer (1998) trata o psicólogo como “o primo pobre na grande família dos servos da ciência”, ou seja, aquele que nada tem a contribuir para o conhecimento científico positivo. Quando Politzer (1998) tenta inserir a psicologia no rol das ciências positivas, sem perceber o papel ideológico desse empreendimento, o mesmo contribui indiretamente para a noção da neutralidade positivista que, em última análise, favorece o discurso da classe dominante e da sociedade capitalista, dividida em classes. Para além da compreensão da lógica interna da produção do conhecimento psicológico, é preciso situar suas determinações externas que são históricas, políticas e sociais. Somente assim torna-se possível identificar o interesse de classe e a quem serve, realmente, as ciências na sociedade capitalista.

É importante destacar que Politzer (1998), em sua análise, desenvolve uma leitura da formação social do conhecimento a partir da concepção da convencionalidade do significado. No entanto, essa parte da crítica do senso-comum que, ao que parece, vem de cima para baixo em uma perspectiva hierárquica. Há uma leitura discriminatória e desvalorizadora do senso-comum, colocando a ciência em um lugar privilegiado. Nesse

sentido, não é questionado ou explicado, por exemplo, o “por que” da existência da convencionalidade do significado, tampouco a sua relação com a ideologia, a falsa consciência sistematizada, proposta por Marx e Engels (1998).

A formação convencional do significado psicológico é explicada pelo uso de dialéticas convencionais que a psicologia clássica compreende como as únicas existentes, que são qualificadas como não possuindo nenhuma relação com a experiência. Ora, até mesmo o conhecimento convencional do senso-comum tem relação com a experiência: o problema está em sua equivalência com o mundo concreto, ou seja, sua deformação em virtude da ideologia. Nesse sentido, falta um olhar sobre a função da ideologia na produção do conhecimento científico e na manutenção dos interesses da classe dominante. Esse olhar é provavelmente turvado pela crença de Politzer (1998) na hierarquia das ciências modernas, as ciências naturais ou positivas. Existe nesse autor uma preocupação enfatizada na metodologia científica, pensada aos moldes positivistas.

A valorização da inspiração para o concreto de Freud, presente nas formulações de Politzer (1998), é um elemento que precisa ser analisado com cuidado. Politzer (1998) descreve esta inspiração em Freud que o leva a construção do método do relato. E qual seria essa inspiração para o concreto que o autor fala? Para responder essa questão é necessário entender qual a concepção de ciência que está impregnada nas formulações freudianas.

Assoun (1983), a partir da análise da operação epistemológica de Freud, destaca que o mesmo concebe a psicanálise unicamente a partir do modelo de ciências naturais. Segundo este autor, o estatuto epistêmico de ciência do psiquismo em Freud é, desde o início, reducionista. Para o autor é esse reducionismo que funda o chamado monismo epistemológico da psicanálise freudiana, que concebe o modelo das ciências naturais como única possibilidade, não expressando relação dual de semelhanças ou oposições com a ciência do espírito. Assim, de acordo com Assoun (1983), para Freud a psicanálise não constitui um intermediário na encruzilhada entre essas modalidades de ciência, mas ela se encontra inteiramente, por essência, tendendo do lado da natureza. Essa concepção naturalista se deve, também, ao contato de Freud com os anátomo-fisiologistas, ou seja, importantes médicos e/ou biólogos de sua época que estudavam anatomia e fisiologia.

A partir do monismo epistemológico e do reducionismo dele oriundo, é possível compreender a inspiração para o concreto a qual Politzer (1998) atribui à atitude psicanalítica, que se opõe à atitude da psicologia clássica. Politzer se identifica com o monismo epistemológico freudiano, e vê nessa perspectiva um distanciamento da

psicologia clássica, no momento em que esse desenvolve o método do relato. Por também se nortear por uma concepção cientificista, o autor não consegue ir além do monismo naturalista freudiano. Aí reside o seu ponto cego. Sem a discussão que considere as ciências do espírito, a ideologia e o interesse de classe que atravessa o conhecimento científico, não se atinge a totalidade, o que tende a levar a naturalização do comportamento humano e ao isolamento deste dos determinantes históricos, políticos e sociais.

Outro aspecto importante, constatado na leitura da Crítica, que parece percorrer a escrita de Politzer é o estilo fenomenológico. Embora o autor não faça nenhuma referência a autores fenomenólogos, foi identificado uma possível semelhança de ideias ou de visões de mundo entre o mesmo e Brentano, um dos percussores da fenomenologia. Essa semelhança paira sobre a noção de ato, tratado por Politzer (1998) como fato psicológico. Brentano foi professor de Freud, opositor teórico de Wundt. Sua psicologia do ato afirma que a psicologia deveria estudar o ato e não os conteúdos ou processos. Ao que parece, Brentano é também um precursor indireto da psicologia concreta de Politzer.

A noção de ato, partir da compreensão de Politzer, se mostrou um importante objeto estudo para a psicologia em geral. É compreendida pelo autor como a noção central da psicologia concreta. O ato, nessa compreensão, diferente do "behavior" que salva objetividade, mas perde a psicologia, não exclui o sujeito concreto individual de sua materialidade objetiva, pois o seu entendimento pressupõe primeira pessoa. O ato liga o indivíduo ao mundo concreto. Trata-se de uma relação que acontece no aqui e no agora entre o indivíduo, o seu contexto e os outros.

Para concluir: pode-se dizer que a psicologia concreta, idealizada por Politzer (1998) e orientada por sua concepção materialista e positivista de ciência, representa uma antítese radical dos postulados clássicos. Assim, seguindo a sua lógica, convém representá-la nos seguintes postulados:

- 1: O psíquico só pode ser entendido como totalidade e não enquanto elementos distintos que são posteriormente associados.
- 2: O psicológico não é apreendido de forma imediata, é apreendido por mediações.
- 3: A psicologia concreta é uma psicologia sem vida interior, sem alma (consciente ou inconsciente)
- 4: Os atos de indivíduos concretos são objetos da psicologia concreta.

5: A psicologia tornando-se positiva, liberta-se da convencionalidade do significado.

Em geral, pode-se dizer que o projeto de uma psicologia concreta de Politzer (1998), representa uma importante iniciativa para a crítica da psicologia como ciência. Aponta importantes elementos ontológicos e epistemológicos, implícitos na produção do conhecimento psicológico. Trata-se de uma formulação epistemológica internalista, que parte de uma concepção materialista e positivista de ciência, e busca romper com as mitologias da psicologia clássica. No entanto, tal como foi discutido anteriormente, as formulações de Politzer (1998) não situam as contradições sociais que estão postas nas ciências modernas e nem critica o seu papel na sociedade capitalista, dividida em classe. Nesse sentido, ele salva o lugar institucional das ciências naturais, supervalorizando o modelo de ciência natural/positiva. Existe em Politzer certo entusiasmo progressista no que tange às ciências modernas que, como foi discutido, turva o seu olhar frente à ideologia.

Esse trabalho não pretende encerrar a discussão sobre essa importante obra da história e epistemologia da psicologia. Devido à sua complexidade temática, esses estudos podem ser considerados introdutórios. Muitas outras questões e análises devem ser levantadas a partir do conteúdo dessa obra como, por exemplo, a crítica de Politzer (1998) ao inconsciente freudiano, que não foi devidamente analisada nesse trabalho.

Que possamos elaborar essas análises e questões com a mesma força e coragem de Politzer (1998). Que possamos pensar a noção de ato, para além do seu entusiasmo cientificista e integrá-lo a uma perspectiva histórico-social crítica, que se posicione em prol do oprimido, da classe dominada. Que o ato seja uma ferramenta para decifrar as relações entre indivíduos e sociedade, opressores e oprimido, criando condições para a luta pela transformação social.

### **Referências bibliográficas**

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASSOUN, P. L. *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

CATÃO, A. M. L. *Psicanálise, Fenomenologia e Existencialismo: um possível diálogo na construção de uma nova abordagem*. Goiânia: Kelps, 2014.

GABBI JR., O. Considerações sobre a eterna juventude da psicologia: o caso da psicanálise. In: *Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a psicologia e a psicanálise*, Trad. Marcos Marcionilo e Yvone M. T. da Silva. Piracicaba-SP: UNIMEP, 1998.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos (1º parte). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. IV, p. 14-365. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos (2º parte). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. V, p. 371-647. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

MACIEL, J. Franz Clemens Brentano e a Psicologia. In: BRUMS, M. A T. & HOLANDA, A. F. (orgs). *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas*. p. 27-39. Campinas, SP: Alinea, 2003.

MARX K.; ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PASTRE, J. L. Crítica aos fundamentos da psicologia em Politzer: psicanálise e psicologia concreta. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v.8, n. esp., p.103-120, dez., 2006.

POLITZER, G. *Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a psicologia e a psicanálise*. Trad. Marcos Marcionilo e Yvone M. T. da Silva. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998.

PRADO-JR, B. Georges Politzer: 60 anos da Crítica dos Fundamentos da Psicologia. In: PRADO Jr, B. (org.). *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ROUDINESCO, E.; PLON M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

# **Diálogos com Paulo Freire: pesquisa-cartas ao educador popular**

Daniele Barros Vargas Furtado\*  
Helena Amaral da Fontoura\*\*

## **Introdução**

Escrevemos este artigo para anunciar aos companheiros e companheiras da educação, a pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação - processos formativos e desigualdades sociais, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ – FFP). Interessou-nos escrever para compartilharmos o trabalho de pesquisa que se utiliza de cartas pedagógicas como instrumento narrativo de discussão e análise.

O objetivo desta pesquisa é discutir os limites e as possibilidades do trabalho docente de uma professora no início de sua carreira em uma Escola Pública de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Buscamos compreender os saberes e as práticas cotidianas dentro da complexidade da organização pedagógica e ao mesmo tempo apresentar aos leitores o processo de valorização dos conhecimentos produzidos no contexto de trabalho desta professora. Optamos pela escolha das cartas como estratégia de registro das narrativas cotidianas de uma das autoras que teve a ideia de escrever cartas ao educador Paulo Freire. Essa forma de escrita na pesquisa surge a partir do convite feito no livro *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, por Ana Freire, a esposa de Freire, em que ela convida educadores a escrever cartas ao autor para discutir os problemas abordados por ele e que ainda são problemas de nosso tempo.

Paulo Freire também inspira a escrever cartas destinadas a ele já que utilizava desse recurso em algumas de suas obras. Nesse formato o autor escreveu as obras: *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis* (FREIRE, 2015a); *Cartas a Guiné-*

---

\* Professora da Rede Municipal de Educação de Santa Maria, RS, atuando nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Especialista em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar - UNINTER. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Especialista em Metodologia do Ensino de Artes- UNINTER. Acadêmica do Mestrado em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, na Faculdade de Formação de Professores - FFP.

\*\* Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974), Graduate Diploma em Educational Psychology pela University of Alberta, Canada (1977), Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993), Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/Fundação Oswaldo Cruz (1997), Pós Doutora em Educação na Universidade de Barcelona (2007), Pós Doutora em Educação UFMT (2017). Professora Titular do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Bissau: registros de uma experiência em processo (FREIRE, 1978); Quatro cartas aos animadores e às animadoras culturais (FREIRE, 1980); Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar (FREIRE, 2015b); Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos (FREIRE, 2000).

As narrativas do trabalho docente de uma professora iniciante na pesquisa contam um pouco das angústias e das possibilidades do trabalho vividas no contexto escolar, no encontro cotidiano com os demais sujeitos da comunidade escolar. As cartas registram situações que envolvem experiências didáticas do trabalho pedagógico, situações relacionadas com a organização do tempo e do espaço da instituição escolar, relações entre o vivido por Freire e as condições de vida das crianças da rede pública de ensino, entre outras cenas cotidianas.

O trabalho se organiza com a proposta de trazer uma apresentação da formação da autora por meio da escrita do memorial; este recurso metodológico se justifica por concordarmos com Prado e Soligo (2007) quando apontam que a produção de memoriais de formação é importante, pois ajuda a construir os nexos de sentido entre o patrimônio experiencial do sujeito e seu percurso como pesquisador. Para os autores, o memorial de formação consiste em uma escrita narrativa que traz um lugar de escritor/narrador como personagem de sua história, circunscreve e analisa um ou mais períodos dos processos formativos vividos por quem narra. Ser autor e narrador, nesse caso, remete a um texto que encadeia acontecimentos de várias ordens, desde a experiência profissional, a vida pessoal, misturando aspectos que mostram, explicam, justificam, exemplificam e ilustram o que está sendo contado e lembrado. Os tempos da narrativa se misturam, não há linearidade necessariamente. Para os autores, a escrita de um memorial de formação se dá a partir do campo da educação, e é neste campo em que transitamos.

Portanto, a contribuição do memorial de formação vem ao encontro da formação do Eu-pesquisadora quando nos possibilita pensar e registrar as ações que nos formaram professoras. Freire quando trata das memórias nos diz:

Quando hoje, tomando distância de momentos por mim vividos ontem, os rememoro, devo ser, tanto quanto possível, em descrevendo a trama, fiel ao que ocorreu, mas, de outro lado, fiel ao momento em que me reconheço e descrevo, o momento antes vivido. Os 'olhos' com que 'revejo' já não são os olhos com que 'vi'. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições diferentes de hoje, passaria. Afinal, o passado se compreende, não se muda (FREIRE, 2015a, p. 22).

No encontro com as memórias do vivido é possível relembrar e registrar aquilo que me atravessou e me fez entender o quanto foi possível avançar e o quanto é necessário o movimento de busca e compreensão do ato de ser professor. Para referenciar o uso de narrativas de formação na pesquisa qualitativa traremos as contribuições de Josso (2010) e de Campos e Prado (2013). Segundo Josso (2010) a narrativa de formação apresenta-se como uma experiência formadora em potencial, pois serve assim de material para compreender os processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem, nas aprendizagens experienciais. Prado e Soligo (2007) argumentam que em um memorial de formação o autor é ao mesmo tempo escritor/narrador/personagem da sua história, tratando-se de um texto em que os acontecimentos são narrados geralmente na primeira pessoa do singular, numa sequência definida a partir das memórias e das escolhas do autor, para registrar a própria experiência e, para produzir certos efeitos nos possíveis leitores.

Para o trabalho de pesquisa, a escrita do meu memorial de formação optamos por apresentar as escritas sobre as experiências formativas ao longo dos anos no curso de Licenciatura em Pedagogia. Iniciei o curso no estado do Amazonas, em Manaus, no Centro Universitário Nilton Lins, e continuei na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) após ter sido aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O curso de Pedagogia foi concluído no estado do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nessas instituições tive a oportunidade de viver a experiência de ser monitora de disciplinas, participar de eventos acadêmicos, integrar a gestão de Centro Acadêmico e Diretório Acadêmico, fazer parte do importante Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) entre outras atividades que trago no memorial de formação. A seguir esclareço o caminho metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa.

### **A pesquisa: como vamos caminhando**

A pesquisa que vem se desenhando apresenta-se numa perspectiva de abordagem qualitativa (MINAYO, 2002), de cunho narrativo em que ao debruçar-me na leitura das cartas pretendo utilizar dos caminhos de análise por tematização apontados por Fontoura (2011, p. 73). Sigo a proposta da autora quando diz que “na qualidade de pesquisadores da prática, usamos métodos de investigação que trazem narrativas diversas, de modo que os colaboradores explorem suas visões e suas práticas profissionais, desenvolvendo uma forma pedagógica de pensar: refletimos e aprendemos.” A ideia é que a análise seja da

expressão do que foi produzido pelos diferentes discursos que compõem o corpus de cada pesquisa, contextualizados nas situações em que esses discursos são produzidos, buscando assim a seleção temática e a partir desse recorte poder problematizar em diálogo com os referenciais teóricos.

### **Autores que nos ajudam a pensar**

Para a contribuição teórica do trabalho de pesquisa utilizo dos apontamentos de Freire que também fez do recurso da escrita de cartas uma forma para apresentar suas ideias a respeito da educação. A escrita e a análise das cartas podem ser consideradas como narrativas que se constituem como instrumento formativo do professor.

A possibilidade de escrever sobre as circunstâncias do trabalho docente pode fazer com que os processos de construção do conhecimento aconteçam nas interações com outros. As narrativas de formação servem assim de material para compreender os processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem, nas aprendizagens experienciais (JOSSO, 2010). Tendo professor a possibilidade de registrar sua atividade docente, as narrativas poderão contribuir para a auto formação e reflexão do trabalho docente realizado. “A situação de construção da narrativa de formação, independente dos procedimentos adotados, oferece-se como uma experiência formadora em potencial, essencialmente porque o aprendente, questiona suas identidades a partir de vários níveis de atividade e de registros” (JOSSO, 2010, p. 36)

Desse modo a autora afirma que ao escrever a narrativa o sujeito pode colocar-se a pensar sobre a construção das suas ações e o quanto elas vem a influenciar na sua própria mudança. Essa é uma atividade que pode favorecer ao professor iniciante nas suas indagações iniciais do próprio trabalho. Pensar sobre aquilo que tem desenvolvido com os alunos e de que modo está gerando ampliação do conhecimento destes tendem a ampliar o repertório de propostas que ele pode realizar no cotidiano. Para Josso (2010), ao colocar em uma narrativa a evolução de um diálogo interior consigo mesmo sob a forma de um percurso de conhecimento e das transformações da sua relação com este, permite alargar e enriquecer o capital experiencial. Ao refletir por meio das narrativas o professor vai revendo os registros desenvolvidos e possivelmente os ignorados de acordo com os interesses das situações que estão ocorrendo no seu trabalho.

Freire em algumas de suas obras trabalhou com a escrita narrativa por meio de cartas. O autor foi criticado por essa forma de escrita e na obra *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*, ele justifica a sua opção pela escrita no formato de

cartas. Os críticos exigiam dele que tivesse mais formalidade, que seu texto apresentasse maior sistematização e rigor acadêmico. No entanto, Freire optou pela escrita de cartas. A forma de expressão e comunicação das cartas não impede ou distorce o rigor científico presente e sistematizado no pensamento teórico (FREIRE, 2015a). Ele opta dessa forma pela escrita de cartas por entender que desta forma seus textos tornam-se mais comunicadores, aproximando o leitor.

Nesse livro, Paulo Freire expressa em cada carta situações bem pessoais da sua história de vida e situações problemas éticos, políticos e econômicos que vivenciou na sua trajetória, ressaltando aquelas que demonstravam a realidade de um Brasil e de um mundo capitalista exploradores. Freire divide o livro em dois momentos, as Cartas a sua sobrinha Cristina abordando no primeiro bloco de cartas experiências pessoais carregadas de sentimentos como angústias e sofrimentos e no segundo momento uma temática muito mais política com a abordagem sobre questões da educação e democracia.

Um segundo livro que Freire também se utiliza da escrita de cartas tem como título: Professora sim, tia, não: cartas a quem ousa ensinar (2015b). O autor inicia o texto com uma discussão que ainda se faz muito pertinente e atual. Em tempos em que a profissão docente vem sendo questionada em sua qualidade do trabalho, pelas propostas pedagógicas em que dizem impor ideologias e pensamentos unificados, tratar sobre a concepção desse profissional é muito necessária. Nesse livro Freire (2015b) escreve dez cartas aos leitores.

Ao falar dos sentidos acerca dos termos ainda utilizados tia x professora Freire (2015b) resalta a necessidade de rigor que a profissão docente requer. Ele fala da responsabilidade de ser professor e do afeto que a profissão também requer. A exigência de seriedade com o trabalho e o querer bem aos outros e a própria realização da tarefa de ensinar, tratando assim como uma tarefa profissional que exige amorosidade, criatividade e competência científica. Para o autor, não podemos desconhecer as implicações ideológicas que envolvem a redução da condição de professora à de tia. Nas demais cartas ele aborda temas variados como formação permanente, atos democráticos no contexto educacional, a luta dos professores por seus direitos, entre outros.

### **Considerações finais**

Como dito inicialmente a pesquisa encontra-se em desenvolvimento. O que foi possível perceber até o momento é que investigar a própria prática docente como professora iniciante é a possibilidade de compreender os saberes e práticas cotidianas

dentro da complexidade da organização pedagógica e um modo de apresentar aos leitores uma forma de valorização dos conhecimentos produzidos pelos educadores nos seus contextos de trabalho.

As obras de Freire no formato de escrita de cartas nos levam à compreensão que uma outra forma de registro é possível. E que para além do rigor científico é importante a escrita das experiências do cotidiano da escola para uma reflexão durante a escrita e após, nas suas análises.

Sobre as cartas é possível afirmar que estas se constituem como um importante instrumento de escrita e reflexão. É uma possibilidade de mudar os planos e rever as estratégias. Ter esse tempo-espaco de registro-reflexão pode permitir avaliar aspectos que contribuíram no processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos docente e discentes. As cartas ao longo da história tiveram grande importância comunicativa entre as pessoas, característica principal desse gênero. Registraram acontecimentos e fatos importantes e eram a possibilidade de comunicar o que estava ocorrendo. Hoje ela se torna uma potencialidade de registro do fazer docente.

Quando o docente utiliza cartas como forma de registro ele supera a autorreflexão. O autor da carta, no processo de escrita e de releitura, desenvolve uma perspectiva crítica da sua prática cotidiana docente, trazendo à memória aspectos vividos que podem ser articulados com novas formas de realizar o seu trabalho docente. Quando quem escreve a carta registra os seus erros e mudanças nas propostas metodológicas, quando registra as dificuldades que encontra para desenvolver um dado conteúdo, ao reconhecer na sua escrita os limites e avanços do seu trabalho e de toda relação que estabelece no cotidiano escolar, tem a possibilidade de transformação da ação educativa que realiza, dando essa possibilidade também ao leitor da carta escrita. Portanto, reforçamos a importância da escrita e da leitura de cartas como estratégias formativas do professor iniciante.

### **Referências**

CAMPOS, Cristina Maria. PRADO, Guilherme Val Toledo (orgs). *Pipocas pedagógicas: narrativas outras da escola*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

FONTOURA, Helena Amaral da. Analisando dados qualitativos através da tematização. in FONTOURA, HA (Org.) *Formação de Professores e Diversidades Culturais: múltiplos olhares em pesquisa*. Coleção “Educação e Vida Nacional”. Niterói: Intertexto, 2011, p. 61-82.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Cristina: reflexões sobre a minha vida e minha prática*. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *Quatro cartas aos animadores e às animadoras culturais*. República de São Tomé e Príncipe: Ministério da Educação e Desporto. São Tomé, 1980.

\_\_\_\_\_. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

JOSSO, Marie Christine. *A experiência de vida e formação*. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

PRADO, Guilherme Val Toledo. SOLIGO, Rosaura. *Memorial de formação – Quando as histórias narram a história da formação*. In: PRADO, G. V.T.; SOLIGO, R. (Org) *Porque escrever é fazer história – revelações, subversões, superações*. Campinas, SP. Editora Alínea, 2007, p. 45 – 60.

## **O Contributo da SCA para o Desenvolvimento de Valores Artísticos em Luanda (1942 – 1966): breves considerações**

Yuri Manuel Francisco Agostinho\*

A (SCA) - Sociedade Cultural de Angola nasce, por não haver uma cultura urbana integradora e própria de Luanda, embora uma cultura possa receber e dar estímulos em outras culturas. A (SCA) foi fundada em 1942, pela portaria do Governo-geral de Angola de 6/11/1942, com o objetivo do desenvolvimento da educação artística e científica, (GUERRA, 2014). Ainda de acordo com este autor, o órgão oficial da (SCA) era o Jornal “Cultura”, o vice-presidente da (SCA), Dr. Eugénio Bento Ferreira assumiu a direção do jornal “Cultura” em 1947, um ou dois anos depois o Jornal foi suspenso pelo Governo-geral de Angola. Em 1957 o Jornal reaparece e publica 12 números até aos anos 60<sup>1</sup>, saltou-nos a vista o leque de colaboradores que participaram com artigos de natureza científica, técnica e trabalhos versando a literatura e a arte.

A cultura está associada ao povo, ela é resultante de um conhecimento usual e de práticas sociais em coletividade, constituindo uma identidade em comum. Partindo deste princípio, procuramos dar uma ênfase ao contributo da (SCA) - Sociedade Cultural de Angola, para o desenvolvimento de valores artísticos em Luanda. Reconhecer a cultura do outro colocava em risco a unidade dos povos, Portugal afirmava que era possível a unidade entre os povos colonizados e colonizadores só com o apoio da cultura portuguesa. (GUERRA, 2014), em declarações ao jornal cultura, afirma, que na década de 40 o que existia de cultura urbana em Luanda era: o Fado; cotações de produto coloniais (café, sisal, etc.); música brasileira e o futebol, etc.

O contributo da (SCA) foi de extrema importância para elevação de várias manifestações, sociais, políticas, económicas e culturais que direta ou indiretamente, estiveram ligadas ao início da luta pela independência de Angola. A cultura teve um grande papel no espaço urbano colonial angolano, desta forma o espaço forjou-se num local de emancipações, oposições, tradição, reinvenção, representação e experiências.

O espaço urbano ajudou na criação de laços de afinidade e solidariedade, é daí por exemplo que se vai formar uma música popular urbana luandense, literatura, agremiações

---

\* Licenciatura em Antropologia pela FCS - Universidade Agostinho Neto. Mestre em Ensino de História – Opção História de África - (ISCED/ Luanda). Professor da Universidade Jean Piaget e do Instituto Superior de Artes, em Luanda-Angola.

<sup>1</sup> Cultura - Jornal Angolano de Arte e Letras. A Sociedade Cultural de Angola e o boletim Cultura | - Entrevista ao Henrique Guerra- 07 de Junho de 2014. <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/a-sociedade-cultural-de-angola-e-o-boletim-cultura-1/4>. Consultado no dia 27/06/2018 as 01:15

culturais, conjuntos de música folclórica, artistas e grupos associativos. Nesta época Angola como província ultramarina portuguesa, só valorizava a cultura do colonizador, as músicas dos angolanos, os provérbios, o saber popular e outras manifestações artísticas endógenas eram relegadas para o segundo lugar.

O Jornal teve como colaboradores as seguintes individualidades<sup>2</sup>: Manuel R. de Paiva, Andiki, Germano Gonçalves, Duarte Fonseca, Carlos Eduardo, Joaquim Xabregas, Agostinho Neto, João Costa, Mário António, José Graça, Adelino Torres, João Torres, João Abel, Augusto da Costa Dias, Matos Veloso, Calazans Duarte, Dulce M. e Castro, Moura Machado, Mário António, Duarte Fonseca, Mário Guerra, Carlos Duarte, António Cardoso, Luandino Vieira, Maria Elisabete, Arnaldo dos Santos, Tomás Jorge, F. Novais, Costa Andrade, Silva Dias, Mário António, A. Tito de Morais, Dúlio F. DA Silva, C.F. Powel, Antero Abreu, Taquelim da Silva, Manuel Carvalheiro, Rocha Correia, Pedro Bento, Oscar Ribas, Amelia Viega, Serrão de Moura, Ermelinda Xavier, Moura Machado, Helder Neto, Vicente Gomes, Maria Cecília, Tomás Medeiro, A. Brandão, Henrique Guerra, Benúdia, A. Maria, Mário Dionísio, Louis de Broglie, Afonso Cautela, Leonel Cosme.

Nos doze números publicados foi possível ver a preocupação da linha editorial em difundir as atividades que a (SCA) desenvolvia no âmbito da literatura, artes plásticas, música, cinema e o teatro. Como exemplos passaremos em resenha, algumas atividades da (SCA)<sup>3</sup>:

O concurso literário Anual que a (SCA) promoveu em 1959. Naquela altura em Angola era raro um concurso desta natureza, neste sentido a criação do concurso foi uma tentativa de prospecção para se encontrar novos talentos no meio literário Angolano.

O concurso de Artes Plásticas promovido pela (SCA) em 1959. Um concurso que teve o seu início em 1957. Este concurso admitiu as seguintes modalidades: desenho, guache<sup>4</sup> e aquarela.

A exposição de Henrique Abranches. Nesta apresentação Abranches demonstrou as formas a personalidade e o poder de expressão aplicada em aquarela e no desenho.

Audição do Conjunto Cigano. O Conjunto Cigano foi um grupo oriundo dos musseques<sup>5</sup>, eram portadores de uma música com característica popular, proporcionaram aos assistentes, canções de crítica social.

---

<sup>2</sup> A lista foi catalogada nos 12 números o boletim cultura que se encontra reeditado na obra de MARQUES (2013).

<sup>3</sup> Retirados no Boletim Cultura.

<sup>4</sup> O guache é uma aquarela opaca, porém elaborado numa consistência mais líquida por ser utilizado uma quantidade maior de aglutinante.

<sup>5</sup> A palavra musseques, em quimbundo significa terra vermelha, área caracterizada pela ausência, debilidade e a insalubridade do povoamento das populações miseráveis.

Exposição de Poesia Ilustrada. Exposição de Arte Infantil. Exposição que decorreu no Museu de Angola. Foram selecionados os trabalhos de alunos da escola infantil feitos no período de 1957 a 1959. Reuniões Culturais na (SCA). Estas reuniões tiveram o caráter de aproximação dos corpos gerentes com a massa associativa. Nestas reuniões passaram músicas africanas da Nigéria, Camarões, Niger e Senegal nos momentos culturais. Por outro lado a (SCA) em busca da divulgação das raízes angolanas e na valorização de uma cultura viva, deu espaço para uma audição aos N'Gola Ritmos, proporcionaram a plateia, músicas tais como: Muturi, manasinha, Tchakuparika, Fatita, Kabulu, N'gongo Jami, Muxima, Kuaba kaié kalumba, Palami, Mazalaia, M'biribiri e Mon'ami.

Apresentação do concurso Literário Anual da - SCA. Este concurso admitiu modalidades, dentre as seguintes: poesia, conto, novela, teatro, jornalismo, ensaio e monografia histórica.

A exposição de Eric Perrin às obras apresentadas pelo artista plástico, revelava superficialidade e a beleza fácil, em todas obras desfilava-se um tecnicolor bonito.

Apresentação de obras de Picasso. Esteve patente ao público de Luanda pinturas modernas, marcou os cinquenta anos de atividade de Picasso. Foi uma exposição essencialmente didática.

Homenagem aos 10 anos de Poesia Angolana, 1947 – 1957. Nesta singela homenagem foi refletido o tempo, a variedade de experiências poéticas e várias tendências com raízes artisticamente angolanas. Os artistas homenageados foram os seguintes: Agostinho Neto, Maurício Gomes, Viriato da Cruz, Aires Almeida Santos, Arnaldo Santos, Ermelinda F. Xavier, António neto, Tomás Jorge, António Jacinto, Mário António.

A exposição de Neves e Sousa em 1958. O artista plástico teve a sapiência em trabalhar retratos e paisagens. As obras caracterizam no seu todo com a impressão de grandiosidade e com o tratamento dado a cor que força o natural a realidade observada.

A elaboração de um inquérito em 1958, concernente atividade Cultural em Angola. O objetivo do inquérito consolidava-se na preocupação das atividades culturais em Angola, sobretudo naquelas atividades com primária incidência sobre o belo, onde é transmitido a riqueza imaterial dos povos. Algumas questões fundamentais neste inquérito transmitem-nos que naquela altura em termos de atividade cultural as coisas não andavam em dias melhores. Por exemplo podemos citar algumas questões: Qual o panorama da atividade cultural em Angola? Quais os principais problemas e atividades, que considera mais importantes? Qual o papel a desempenhar pelos jovens?

Um artigo versando a descoberta do movimento e a sua influência na Arte Negra. De autoria de H. Abranches o autor neste artigo procurou evidenciar o movimento na estatúria. Segundo Abranches, o movimento na estatúria dos nativos é proveniente por um lado das danças e por outro dos cultos. Exposição de gravura. Nesta exposição ficou patente diversas tendências, no geral a arte moderna traduziu-se num enriquecimento nas formas de expressão artística. Na apreciação do público convidado a exposição foi de grande nível. Em 1958 a gravura era uma técnica desconhecida pelo público de Luanda. Enfim, achamos que para este exercício não é exequível fazer referência de todas as atividades que a (SCA) desenvolveu, se não, seríamos bastante exaustivos.

Contudo no jornal cultura, os escritos de carácter científico ou técnico eram comumente da criação de portugueses progressistas, em quanto que os trabalhos incidindo a literatura e arte eram unicamente feitos por intelectuais angolanos. No recinto da (SCA) passaram pessoas de todas “raças” e várias classes sociais e muito delas já enquadradas nas primeiras células políticas clandestinas. Contudo a PIDE<sup>6</sup> aprisionou muita gente que passou por lá, Guerra aclara como aconteceu:

A Pide realizou pelo menos 3 incursões na SCA para prender gente. A respeito do boletim Cultura, escreve a Pide: “Ali se lançou o fermento da massa que mais tarde viria a precipitar os trágicos acontecimentos de Março de 1961”. Os seus frequentadores envolvidos em atividades políticas faziam-no nos comités de ação ou células Clandestinas dos seus movimentos ou partidos políticos, fora da esfera da SCA. A Sociedade Cultural de Angola é extinta por Portaria de 5 de Março de 1966, Governo-Geral de Angola (GUERRA, 2014).

Por outras palavras, a génese do (SCA) esteve também ligada naquilo que designamos de nacionalismo angolano ou o nacionalismo “Branco”<sup>7</sup>, que é um resultado ideológico, isto é, um princípio político - de uma aspiração de domínio económico, social e político por angolanos e “brancos”, subjugados pelo domínio colonial. A arte serviu de arma para lutar pela independência, transpôs barreiras impostas pela repressão, houve uma resistência no âmbito científico e cultural.

Quem se interessar em estudar ou fazer uma periodização do desenvolvimento das artes de forma em geral em Angola, terá que incluir nesta análise, estes herdeiros do tempo

---

<sup>6</sup> Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

<sup>7</sup> Fernando pimenta apresenta a sua definição: para ele, o nacionalismo angolano surge como um resultado ideológico – isto é, o princípio político - de uma aspiração de domínio económico, social e político – numa palavra, de poder – das elites coloniais angolanas, que almejavam ser nacionais, no sentido em que pretendiam obter quer a independência externa, quer a hegemonia interna em Angola. PIMENTA, Fernando Tavares. Angola, *Os brancos e a Independência*. Porto, ed. Afrontamento, 2008.

colonial (todos que deram a sua vida pela SCA). Mas fica na retina o essencial e o valor desta agremiação, embora é pouco estudada entre nós, desconhecendo-se as causas.

### **Referências bibliográficas**

Cultura - Jornal Angolano de Arte e Letras. A Sociedade Cultural de Angola e o boletim Cultura - Entrevista ao Henrique Guerra - 07 de junho de 2014. <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/a-sociedade-cultural-de-angola-e-o-boletim-cultura-1/4>. Consultado no dia 27/06/2018 as 01:15.

MARQUES, Irene Guerra e FERREIRA Carlos. *O Boletim Cultura e a Sociedade Cultural de Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola, Os brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.